

Leiliane Rosa de Jesus Santos

**“EU COSTUMO FAZER LAVOURA O ANO TODO, POIS SE A GENTE NÃO
PLANTAR, TEM QUE COMPRAR”: um estudo sobre Segurança Alimentar e
Nutricional no Assentamento Campo Novo do município de Jequitinhonha, MG**

Leiliane Rosa de Jesus Santos

“EU COSTUMO FAZER LAVOURA O ANO TODO, POIS SE A GENTE NÃO PLANTAR, TEM QUE COMPRAR”: um estudo sobre Segurança Alimentar e Nutricional no Assentamento Campo Novo do município de Jequitinhonha, MG

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território da Universidade Federal de Minas Gerais e Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociedade, Ambiente e Território.

Linha de Pesquisa: Sociedade, Ambiente e Território

Orientador: Prof^a. Dr^a. Vanessa Marzano Araújo

**Montes Claros
2024**

Santos, Leiliane Rosa de Jesus.

S237e
2024

Eu costumo fazer lavoura o ano todo, pois se a gente não plantar, tem que comprar: um estudo sobre segurança alimentar e nutricional no Assentamento Campo Novo do município de Jequitinhonha, MG [manuscrito] / Leiliane Rosa de Jesus Santos. Montes Claros, 2024.

124 f.: il.

Dissertação (mestrado) - Área de concentração em Sociedade, Ambiente e Território. Universidade Federal de Minas Gerais / Instituto de Ciências Agrárias.

Orientador(a): Vanessa Marzano Araújo.

Banca examinadora: Michele Polline Veríssimo, Frederico Antônio Mineiro Lopes, Ana Paula Gomes de Melo.

Inclui referências.

1. Agricultura familiar -- Teses. 2. Segurança alimentar -- Teses. 3. Extensão rural -- Teses. I. Araújo, Vanessa Marzano. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Instituto de Ciências Agrárias. III. Título.

CDU: 63:37



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
MESTRADO ASSOCIADO UFMG - UNIMONTES EM SOCIEDADE, AMBIENTE E TERRITÓRIO

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Aos 02 dias do mês de maio de 2024 às 14:00 horas, sob a presidência da Professora Vanessa Marzano Araújo, D. Sc. (Orientadora – UFMG/ICA), e com a participação dos Professores Michele Poline Veríssimo, D. Sc. (UFU/Instituto de Economia e Relações Internacionais), Frederico Antônio Mineiro Lopes, D. Sc. (UFMG/ICA) e Ana Paula Gomes de Melo, D. Sc. (UFMG/ICA), reuniu-se, por videoconferência, a banca para defesa de dissertação de **Leiliane Rosa de Jesus Santos**, estudante do Curso de Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território, que apresentou a dissertação intitulada: **“EU COSTUMO FAZER LAVOURA O ANO TODO, POIS SE A GENTE NÃO PLANTAR TEM QUE COMPRAR: UM ESTUDO SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO ASSENTAMENTO CAMPO NOVO NO MUNICÍPIO DE JEQUITINHONHA, MG”**. A estudante foi considerada **aprovada** com a seguinte recomendação: incorporar as sugestões da banca.

Obs.1) A estudante somente receberá o título após cumprir as exigências do regulamento do Curso de Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território, conforme apresentado a seguir:

Art. 83 – Para dar andamento ao processo de efetivação do grau obtido, o candidato deverá, após a aprovação de sua Dissertação e a realização das modificações propostas pela banca examinadora, encaminhar à secretaria do colegiado do curso, com a anuência do orientador, 3 (três) exemplares da dissertação e 2 (dois) CD, no prazo de 60 (sessenta) dias.

Obs.2) A estudante deverá apresentar junto com a versão final da dissertação, comprovante de submissão de um periódico com Qualis/Capes na área Planejamento Urbano e Regional/Demografia.

MONTES CLAROS, 02 de maio de 2024.



Documento assinado eletronicamente por **Vanessa Marzano Araújo**, Professora do Magistério Superior, em 06/05/2024, às 09:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

VANESSA MARZANO ARAUJO
ORIENTADORA



Documento assinado eletronicamente por **Michele Poline Veríssimo**, Usuária Externa, em 09/05/2024, às 11:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

MICHELE POLINE VERÍSSIMO
MEMBRO



Documento assinado eletronicamente por **Frederico Antônio Mineiro Lopes**, Professor do Magistério Superior, em 05/05/2024, às 10:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

FREDERICO ANTÔNIO MINEIRO LOPES
MEMBRO



Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula Gomes de Melo**, Professora do Magistério Superior, em 07/05/2024, às 19:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

ANA PAULA GOMES DE MELO
MEMBRO



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 3222197 e o código CRC 58B79C38.

Referência: Processo nº 23072.225067/2024-92

SEI nº 3222197

À minha família, que sempre esteve comigo em todos os momentos. Em especial, ao meu pai, Manoel (*in memoriam*), que tanto lutou e trabalhou na agricultura familiar para nos sustentar e que me incentivou incessantemente a continuar os estudos. Sinto sua falta diariamente.

AGRADECIMENTO

Agradeço, primeiramente, a Deus, por me guiar nesse percurso e me ajudar a ultrapassar os obstáculos ao longo da caminhada. Aos meus pais, Manoel (*in memoriam*) e Nair, por sempre estarem comigo, acreditando em mim quando nem eu mesma acreditava. Agradeço aos meus irmãos, por estarem ao meu lado, torcendo pelas minhas vitórias, e ao meu esposo, João Neto, pela companhia, pelo incentivo e por estar comigo em todos os momentos, torcendo pela minha vitória. Amo vocês!

Agradeço imensamente à minha orientadora, professora doutora Vanessa Marzano, pela orientação no trabalho, pelos conhecimentos transmitidos, pelo incentivo e por me apoiar em momentos tão difíceis que passei nessa trajetória.

Agradeço aos demais professores do mestrado Sociedade, Ambiente e Território (SAT), por compartilhar conhecimentos e experiências que contribuíram muito para a construção do meu aprendizado.

Ao Assentamento Campo Novo, pela receptividade e disposição em contribuir com a minha pesquisa; em especial ao seu Waldir, Manoel Messias, Manoel Pereira, Animércio e Adão, por me acolherem e contarem um pouco suas experiências.

A todos os agricultores(as) familiares do Vale do Jequitinhonha, que, através da produção agrícola, têm o principal sustento da sua família, e que têm esperança de continuar com dignidade nesse espaço.

Aos meus colegas de trabalho da Escola Família Agrícola Renascer, que me apoiaram e me entenderam, organizando-se para que eu pudesse concluir o curso, conciliando o trabalho com os estudos.

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (Fetaemg) pelo acolhimento e disponibilidade do espaço e alojamentos em cada estadia que precisamos estar presencialmente no curso.

Ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Jequitinhonha, pela disposição e atenção em fornecer dados para a pesquisa.

Gratidão!

RESUMO

A agricultura familiar praticada dentro dos assentamentos rurais é uma das principais formas de acesso aos alimentos por seus moradores. Ela permite que continuem nesse espaço, produzindo uma diversidade de culturas agrícolas para o autoconsumo e, conseqüentemente, fortalecendo a Segurança Alimentar local e garantindo uma alimentação saudável. Dessa forma, a pesquisa teve como objetivo principal analisar a Segurança Alimentar e Nutricional a partir da produção de alimentos para o autoconsumo das famílias no Assentamento Campo Novo, município de Jequitinhonha, Minas Gerais. A metodologia abordada foi predominantemente de cunho qualitativo, com um estudo bibliográfico sobre a agricultura familiar, políticas públicas e Segurança Alimentar e Nutricional, além da caracterização geográfica da pesquisa. Sequencialmente, realizou-se uma pesquisa de campo em que foram entrevistadas todas as 57 famílias agricultoras assentadas, através de questionários semiestruturados para coleta de dados e uma entrevista no modelo grupo focal com de assentados: líder da associação comunitária, ex-líderes da associação e agricultores. A produção de alimentos fica limitada aos fatores climáticos no período “das águas” e período “da seca”, apontando que em determinada época ocorre uma elevada e diversificada produção, enquanto na outra, ocorre escassez de alimentos ocasionada pela falta de chuva e, conseqüentemente, a diminuição da produção para autoconsumo. Isso cria condições para que aumente o consumo de produtos oriundos de mercados na cidade, de forma que algumas famílias não tenham muitas opções para escolha, buscando por alimentos artificiais e processados, pouco saudáveis, favorecendo o processo de Insegurança Alimentar e Nutricional. No entanto, os dados mostraram também a importância da criação dos assentamentos enquanto principal meio de conquista do lote de terra bem como a produção de alimentos e fixação dos agricultores no campo. As famílias entendem a importância do que é produzido em seu lote na alimentação diária do domicílio, sendo esta considerada por todos como alimentos saudáveis, agroecológicos e mais benéficos para a saúde.

Palavras chaves: Agricultura Familiar; Segurança Alimentar; Produção de Autoconsumo; Extensão Rural; Jequitinhonha.

ABSTRACT

Family farming practiced in rural settlements is one of the main ways for residents access food. It allows them to continue in this space, producing a diversity of agricultural crops for self-consumption and, consequently, strengthening local food security and ensuring a healthy diet. In that way, the main objective of the research was analyzes food and nutritional security based on the production of food for self-consumption of families in the Campo Novo Settlement, municipality of Jequitinhonha/MG. The methodology used was predominantly qualitative, with a bibliographic study about family farming, public politics and food and nutritional security as well as the geographical characterization of the research. Sequentially, a field survey was conducted in which all 57 farming families were interviewed through semi-structured questionnaires for data collection and an interview with a focus group of settlers with the leader of the community association, former leaders of the association and farmers. The Food production is limited to climatic factors in the “wet” period and “dry” period, pointing out that in some periods there is a high and diversified production, while in the other there is a shortage of food caused by the lack of rain and, consequently, the decrease in production for self-consumption. This create conditions for an increase in the consumption of products from markets of the city, so that some families do not have options to choose from, looking for artificial and processed foods, that are unhealthy, promoting the process of food and nutritional insecurity. However, the data also shows the importance of creating settlements like the main way of acquisition of the land plot, as well as producing food and keep farmers in the countryside. The Families understand the importance of the produced food on their plot at the daily diet, which is considered by everyone like healthy and agroecological food, in addition to more beneficial to health.

Keywords: Family Farming; Food Safety; Self-consumption Production; Rural extension; Jequitinhonha.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Regiões Geográficas Intermediárias e Imediatas de Minas Gerais	37
Figura 2 -	Localização do município de Jequitinhonha no mapa de Minas Gerais	40
Figura 3 -	Localização do Assentamento Campo Novo no mapa de Minas Gerais.....	42
Figura 4 -	Mapa final do Assentamento Campo Novo	44
Figura 5 -	Sementes crioulas de milho e feijão armazenadas por um morador	60
Figura 6 -	Motor elétrico utilizado no beneficiamento de milho na propriedade de um assentado	61
Figura 7 -	Pocilga no lote de um agricultor assentado	62
Figura 8 -	Horta no lote de um assentado	65
Figura 9 -	Venda de produtos na feira livre	67
Figura 10 -	Produção de maracujá	70
Figura 11 -	Pimentão produzido por um assentado.....	94
Figura 12 -	Máquina para processar corante adaptada por um assentado.....	97
Figura 13 -	Plantio de feijão no lote de um assentado	103
Figura 14 -	Plantio de melancia em parceria de dois assentados	104

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Estado Civil dos responsáveis pelas unidades familiares.....	50
Gráfico 2 - Tempo de residência no assentamento rural.....	51
Gráfico 3 - Título do lote	51
Gráfico 4 - Faixa etária do público responsável pelos domicílios rurais.....	52
Gráfico 5 - Quantidade de pessoas que fazem parte da família.....	52
Gráfico 6 - Infraestrutura dos lotes	53
Gráfico 7 - Fontes de água nos domicílios	55
Gráfico 8 - Meses de falta de água no terreno	56
Gráfico 9 - Destinação e distribuição do recurso no domicílio	57
Gráfico 10 - Distribuição da área de plantio anualmente	57
Gráfico 11 - Produção de origem animal.....	62
Gráfico 12 - Frutas coletadas na natureza.....	66
Gráfico 13 - Valor do Pronaf acessado pelos agricultores	68
Gráfico 14 - Alimentos nunca comprados para a alimentação da família	69
Gráfico 15 - Alimentos que diferenciam no tempo da seca e no tempo da chuva.....	71
Gráfico 16 - Alimentos consumidos pelas famílias diariamente	78
Gráfico 17 - Produção de alimentos	80
Gráfico 18 - Famílias que produzem apenas para a venda	83
Gráfico 19 - Benefícios de morar no assentamento	84

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Produção e sua destinação por alimentos	64
Quadro 2 -	Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (Ebia) das famílias do Assentamento Campo Novo	73
Quadro 3 -	Produtos produzidos e não produzidos pelos assentados	79
Quadro 4 -	Destinação da produção familiar	81

LISTA DE TABELAS

Gráfico 1 - Pontos de corte segundo o nível de Segurança/Insegurança Alimentar	74
Gráfico 2 - Resultado de Segurança Alimentar por meio da Ebia no Assentamento Campo Novos	75

LISTA DE SIGLAS

AAPOCAN	Associação dos Assentados do Projeto Campo Novo
ASA	Articulação do Semiárido Mineiro
Asferje	Associação dos Feirantes do Município de Jequitinhonha
Consea	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
DCNT	Doenças Crônicas Não Transmissíveis
Ebia	Escala Brasileira de Medida de Insegurança Alimentar
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
Fetaemg	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais
FJP	Fundação João Pinheiro
IAG	Insegurança Alimentar Grave
IAL	Insegurança Alimentar Leve
IAM	Insegurança Alimentar Moderada
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEA	Instituto de Economia Agrícola
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
Losan	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
Mapa	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PCFM	Plano de Combate à Fome e à Miséria
Plansan	Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SA	Segurança Alimentar
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional.
Sisan	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	16
2.1	Agricultura familiar.....	16
2.2	Políticas públicas e programas para a agricultura familiar.....	22
2.3	Segurança Alimentar e Nutricional na agricultura	27
3	CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA DA PESQUISA.....	37
3.1	A Região Geográfica Intermediária de Teófilo Otoni	37
3.2	Região Geográfica Intermediária de Almenara	39
3.3	O município de Jequitinhonha.....	39
3.4	O Assentamento Campo Novo no município de Jequitinhonha	41
4	METODOLOGIA	46
5	PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO ASSENTAMENTO CAMPO NOVO	50
5.1	Perfil socioeconômico dos agricultores assentados	50
5.2	Domicílio e acessibilidade	53
5.3	Acesso a serviços e benefícios	57
5.4	Produção de alimentos.....	58
5.5	Segurança Alimentar e Nutricional no Assentamento Campo Novo	72
5.5.1	<i>A alimentação diária nos domicílios</i>	<i>77</i>
5.6	Mudança de vida: melhorias ao conseguir acessar a terra	83
6	REFLEXÕES HISTÓRICAS, GEOGRÁFICAS E PRODUTIVAS	86
6.1	A história a partir dos agricultores	86
6.2	Da produção ao consumo e Segurança Alimentar	91
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
	REFERÊNCIAS	109
	APÊNDICES.....	114

1 INTRODUÇÃO

No Brasil a produção de alimentos através da agricultura familiar tem grande relevância para o mercado interno. Ela é também um importante meio de geração de emprego e renda, têm como propósito uma produção saudável de alimentos e, por isso, está em consonância com os princípios de sustentabilidade e, conseqüentemente, proporciona maior Segurança Alimentar e Nutricional à população.

A agricultura familiar praticada dentro dos assentamentos rurais é uma das principais formas de acesso aos alimentos por seus moradores. Ela os permite produzir e consumir, mantendo-os nesse espaço independentemente do fato de a família possuir uma renda monetária fixa. Então, a quantidade de alimentos produzidos costuma apresentar uma boa diversidade de culturas. Entretanto, em algumas épocas do ano, a produção tende a reduzir devido a fatores climáticos, como grandes períodos de estiagem ou o excesso de chuvas.

É preciso ressaltar que a agricultura familiar praticada dentro dos assentamentos é relevante por proporcionar a fixação dos moradores àqueles lotes de terra, tendo em vista que as famílias, ao conseguirem a posse dos lotes da reforma agrária, não possuem garantia de renda que permita mantê-las no assentamento sem trabalhar com a lavoura.

Nesse sentido, há uma preocupação; se essas famílias, ao longo dos anos, irão alcançar e manter a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), já que a alimentação, direito de todo ser humano, é essencial para a vida. O termo Segurança Alimentar e Nutricional remete a vários questionamentos. Entre eles, é mister pensar como ela deve ser executada na prática para impedir a fome e a miséria de milhares de pessoas diante da realidade dos agricultores familiares que vivem em assentamentos, buscando estudar sobre suas práticas e formas de produção para o próprio consumo.

Sendo assim, a produção visando ao autoconsumo surge para suprir parte da insegurança que essas pessoas possam viver, principalmente para aqueles trabalhadores rurais assentados que cultivam alimentos que podem ser levados à mesa e até mesmo serem vendidos ou usados como troca para conseguirem outros alimentos para o sustento da família. Então, ao abordar a Segurança Alimentar e Nutricional na agricultura, é fundamental analisar a produção de alimentos, principalmente no que diz respeito aos agricultores familiares.

Ao realizar o plantio, colheita e consumo dos alimentos, fruto de seu trabalho, os agricultores criam autonomia. Assim, acredita-se que podem assegurar uma alimentação mais

saudável, amenizando, muitas vezes, a Insegurança Alimentar, além de visar ao desenvolvimento da produção local para o autoconsumo.

Diante desse contexto, a questão norteadora deste estudo é: As famílias do Assentamento Campo Novo conseguem obter Segurança Alimentar e Nutricional somente com a produção para autoconsumo? Procura-se respondê-la, tendo como objetivo principal: analisar a Segurança Alimentar e Nutricional a partir da produção de alimentos para o autoconsumo das famílias no Assentamento Campo Novo, município de Jequitinhonha, Minas Gerais. Então, para atingir o objetivo geral, torna-se necessário partir dos seguintes objetivos específicos: Identificar os alimentos resultantes da produção para autoconsumo das famílias; analisar a pauta alimentar das famílias, verificando como ela influencia na Segurança Alimentar e Nutricional; compreender a relação da produção de autoconsumo com o meio social, cultural e simbólico das famílias; analisar as estratégias e as formas de produção locais para entender a dinâmica das famílias presentes no assentamento.

Esta pesquisa se justifica tendo em vista que os agricultores familiares encontram obstáculos para trabalhar em condições seguras, principalmente quando se trata de assentamentos rurais. Isso ocorre devido a alguns fatores, tais como: a escassez de água; dificuldades de acesso tanto à terra quanto às políticas públicas que atendam às suas necessidades proporcionando capacitações; financiamento entre outros.

Diante dessa realidade, a pesquisa busca abordar a organização dos agricultores, suas formas de produção, as estratégias de desenvolvimento da agricultura familiar e políticas públicas. Ao verificar se existe alguma família em situação de Insegurança Alimentar, buscará debater de que forma o poder público pode agir diante dessa situação.

A pesquisa é realizada em uma região semiárida mineira, onde, apesar de a comunidade ser localizada próximo ao rio Jequitinhonha e saber que a água é muito importante para a agricultura, observa-se que seu acesso não é tão simples quanto possa parecer. Porém, para que seja possível produzir alimentos e para que a agricultura e pecuária se desenvolvam abundantemente, a água é essencial. Sendo assim, as famílias adequam seu modo de plantio, colheita e produção em geral, voltando-se para uma cultura que envolve o ciclo da chuva e os conhecimentos tradicionais de seus antepassados, transmitidos de geração em geração.

Acredita-se que trazer essa análise de Segurança Alimentar e Nutricional para uma reflexão sobre as famílias residentes em um assentamento rural, mostrando a sua forma de produção agrícola e a importância de uma alimentação saudável é de grande relevância.

Para isso, o trabalho apresenta primeiramente uma discussão de autores sobre os temas: agricultura familiar, políticas e programas públicos para a agricultura familiar, e Segurança Alimentar e Nutricional na agricultura. Posteriormente é apresentada uma caracterização geográfica da pesquisa sobre o município e assentamento, conceituando as regiões intermediárias, imediatas.

A metodologia da pesquisa foi predominantemente de cunho qualitativo, sendo realizadas 57 entrevistas, com cada família assentada, propiciando a obtenção de uma quantidade relevante de dados sobre o objeto de pesquisa, que é o assentamento. Realizou-se ainda entrevista com um grupo focal, composto por assentados, entre eles agricultores e o atual e ex-presidentes da associação comunitária local. Foi importante a experiência de um tempo de vivência na comunidade para observar sobre o dia a dia na produção dos agricultores.

Os dados das entrevistas foram divididos em dois capítulos; um sobre a produção de alimentos e Segurança Alimentar e Nutricional, e o outro, sobre reflexões históricas, geográficas e produtivas dos agricultores. Eles mostram que há viabilidade do desenvolvimento das atividades produtivas no assentamento, bem como, diversidade de produtos e adaptabilidade dos agricultores às épocas de longos períodos de chuvas e estiagem na região.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A exposição a seguir dialoga com autores que trazem para o debate os temas da agricultura familiar, produção para autoconsumo e Segurança Alimentar, assim como o acesso à terra. A partir deles é possível compreender e dialogar sobre a importância da alimentação saudável como fonte essencial para o ser humano e a produção de alimentos. Além disso, permitem pensar a produção agrícola como uma atividade que envolve práticas culturais e sociais na comunidade.

2.1 Agricultura familiar

A agricultura familiar desempenha um papel crucial na Segurança Alimentar e Nutricional, pois é responsável por grande parte da produção de alimentos em nível global. Além disso, ela contribui para a diversificação da produção, a preservação da biodiversidade agrícola e a promoção da agricultura sustentável. Através da agricultura familiar, as comunidades rurais têm a oportunidade de produzir alimentos saudáveis, fortalecendo a economia local, preservando a cultura e promovendo o desenvolvimento sustentável.

De acordo com Veiga, a “agricultura familiar e a produção alimentar tendem a ser cada vez mais influenciadas por um conjunto de pressões que emanam de seu relacionamento com o meio ambiente” (Veiga, 1996, p. 388). Isso fez com que países mais desenvolvidos criassem uma campanha por uma agricultura saudável, ou seja, que comesçassem a incentivar uma forma de produção sustentável, que respeita o meio ambiente. No entanto, opositores apresentaram afirmativas de que somente a agricultura familiar sustentável não amenizaria a Insegurança Alimentar, pelo contrário, as estratégias do trabalho com a produção agrícola voltadas para o cuidado com o meio ambiente só fortaleceriam a Insegurança Alimentar. A partir dessa concepção, seria necessária uma agricultura moderna com uma série de estratégias, como uso da terra, tecnologias e incrementos que ajudassem a produzir. Consequentemente, os países periféricos importariam mais alimentos, utilizando-se do autoabastecimento e buscando investir em tecnologia para a produção. Enquanto os países centrais exportariam mais para atender a esses países que estão em vias de desenvolvimento. Apesar disso, ressalta-se a importância de desenvolver uma agricultura que de fato atenda às regiões menos favorecidas e que contribua para uma alimentação saudável e Segurança Alimentar e Nutricional.

Dessa forma, a lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006, define as diretrizes para formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar, configurando-a como um conjunto de atividades agrícolas praticadas pelo agricultor familiar, aquele que pratica atividades no meio rural e:

I – Não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II – utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III – tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV – dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (Brasil, 2006a).

Essa agricultura é uma das fontes de alimentação e renda de muitos brasileiros. Pela sua configuração de produção agrícola, a família é a unidade de produção e gestão da propriedade rural. Essa forma de agricultura é caracterizada por envolver a participação ativa dos membros familiares nas atividades agrícolas, ser baseada no uso sustentável dos recursos naturais e ter uma abordagem multifuncional, ou seja, além da produção de alimentos, ela desempenha papéis sociais, culturais e econômicos relevantes nas comunidades rurais. Assim, para a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura:

Agricultura familiar é um meio de organizar a agricultura, florestas, pesca, pecuária, pastoreio e atividades relacionadas à aquicultura, que é administrada e operada por uma família e depende principalmente de trabalho familiar, tanto do sexo feminino quanto masculino. A unidade familiar é a base para a tomada de decisões, o consumo de recursos e a transmissão de conhecimentos e habilidades agrícolas (Food and Agricultural Organization, 2018).

Para Wanderley (1996), a agricultura familiar é “entendida como aquela em que a família é proprietária dos meios de produção e ao mesmo tempo assume o trabalho no estabelecimento produtivo” (Wanderley, 1996, p. 2.) No entanto, nem todos os agricultores detêm a posse da terra para que seja possível produzir. Então, precisam fazer contratos com outras pessoas que, por algum motivo, não trabalham na terra. Sendo assim, esses agricultores familiares que não têm terra e a conseguem através de contratos trabalham em terras cedidas por seus proprietários e lhes concedem algumas vantagens econômicas ou produtivas pela cessão desse bem. Ambos são beneficiados: o agricultor sem a posse da terra por conseguir um pedaço de terra para trabalhar, e o proprietário por ter alguém para produzir em sua terra.

Nesse sentido, Abramovay (2000) elenca a terra no meio rural como sendo fundamental para que, de fato, ocorra o trabalho na agricultura. O autor salienta que o meio rural deva ser encarado para além de uma simples sustentação geográfica da agricultura, mas “como base de

um conjunto diversificado de atividades e de mercados potenciais, seus horizontes podem ser ampliados” (Abramovay, 2000, p. 13).

Como aponta Wanderley (1996), várias categorias diferentes podem estar inclusas no conceito de agricultura familiar, entre elas, o campesinato, o que demonstra a abrangência do termo. Nesse sentido, Panzutti (2005) indica que:

Não existe um padrão universal para definir a “agricultura familiar” que identifique de forma clara a qual estamos nos referindo. À referência dessa expressão pode se pensar na concepção utilizada pela política setorial brasileira; à destinação do crédito; a alguns indicadores de escala de empreendimentos; à exploração pessoal do imóvel pelo agricultor e sua família; ao tamanho das lavouras; à renda bruta anual obtida; à quantidade produzida; à produtividade da terra; à intensidade do uso da terra e do trabalho; aos contingentes beneficiários dos programas de financiamento dirigido (Panzutti, 2005, p. 1).

Então, para entender o conceito de agricultura familiar, é importante conhecer o sujeito agricultor familiar. Como apontam Guanziroli e Cardim (2000), para ser agricultor familiar é necessário que a “direção dos trabalhos do estabelecimento venha a ser exercida necessariamente pelo produtor e o trabalho familiar seja empregado em quantidade superior ao trabalho contratado” (Guanziroli; Cardim, 2000, p. 11). Ainda segundo os autores, foi estabelecida adicionalmente uma área máxima regional como limite superior para a área total dos estabelecimentos.

Ao refletir sobre o “sujeito” agricultor familiar, várias são as denominações. Entretanto, Wanderlei (2004) esclarece que o agricultor familiar é um personagem forte, resistente, “que constrói sua própria história nesse emaranhado campo de forças que vem ser agricultura e o meio rural inseridos em uma sociedade moderna” (Wanderlei, 2004, p. 58.). É um sujeito ativo que “recorre à sua própria experiência (camponesa) e procurando adaptar-se às novas provocações e desafios do desenvolvimento rural” (Wanderlei, 2004, p. 58).

Dessa forma, o conceito de agricultura familiar ainda continua questionável para várias pessoas, pois

[...] para uns se confunde com a definição operacional adotada pelo PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), para outros, corresponde a uma certa camada de agricultores capazes de se adaptar às modernas exigências do mercado em oposição aos demais pequenos produtores incapazes de assimilar tais modificações (Wanderley, 2004, p. 43).

Na abordagem de Bustamante (2022), a agricultura familiar brasileira:

[...] representa 75% dos estabelecimentos rurais, caracteriza-se por utilizar pequenas extensões de terras (24% da área total), empregam 70% da mão-de-obra no campo, absorve 15% do crédito rural e, contribui com cerca de 23% do valor da produção da agricultura do país. [...] Destaca-se na produção de alimentos como, mandioca (80%), cebola (52,5%), feijão verde (58,9%), café arábica (55%), banana (48,2%), bovinocultura de leite (62,8%), frangos (32,4%) e suínos (31,2%) (Bustamante, 2022, p. 184).

Wanderley (1996) aponta que a agricultura proporciona uma autonomia demográfica, social e econômica que auxilia na promoção da subsistência do núcleo familiar a partir de uma sustentação imediata e da reprodução das gerações subsequentes. Disso resulta a especificidade de seu sistema de produção e a constituição do patrimônio familiar. Para a autora, trabalhar com a agricultura vai além de produzir para subsistência, pois ela permite que as relações se apresentem com referência ao horizonte das gerações e garanta a constituição do patrimônio fundiário.

Sendo assim, Baiardi e Alencar (2014) apontam a importância dessa temática no meio acadêmico e como referência de um “modelo de interesse social” (Baiardi; Alencar, 2014, p. 47). Como a agricultura familiar é um trabalho que envolve a família e tem um peso relevante na produção do país, ainda é marcada por um desequilíbrio em duas categorias censitárias chamadas de “exclusivamente familiar” (quando envolve apenas a família) e “familiar de contrato”, “aquelas unidades com gestão e utilização da mão de obra familiar e que eventual ou regularmente utilizam mão de obra assalariada” (Baiardi; Alencar, 2014, p. 55).

Um grande problema proveniente dessa agricultura é “como oferecer perspectiva de prosperidade para a maioria de pequenos agricultores que estão fora de condições benéficas à produção e que representa 47% da população rural do país” (Baiardi; Alencar, 2014, p. 59). Nem todos conseguem ter acesso a uma terra com solo fértil, clima favorável e bioma adequado para as atividades produtivas. Portanto, há necessidade de estudos e investimentos para garantir que essas famílias consigam produzir e manter-se.

A agricultura familiar é importante na promoção da segurança alimentar, na geração de emprego e renda no meio rural, na preservação das tradições culturais e na manutenção da biodiversidade agrícola. É um modelo de produção que muitas vezes está mais conectado aos mercados locais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável de comunidades rurais.

De acordo com Borges *et al.* (2020), os agricultores familiares têm papel fundamental na produção de alimentos essenciais e benéficos para o ser humano, principalmente ao adotar manejos orgânicos que ajudam na preservação ambiental. O cultivo de alimentos sempre foi essencial para a sobrevivência dos agricultores que trabalham e vivem dessa prática. Porém,

após a Revolução Verde (1970) e a modernização agrícola, eles se viram obrigados a repensar a forma de utilizar ferramentas e técnicas para produzir, bem como adaptar insumos e máquinas que logo substituíram grande parte da mão de obra.

Para Martine e Beskow (1987), a modernização agrícola trouxe grandes transformações nas estruturas territoriais e do setor agrícola brasileiro. Ao implantar as tecnologias para plantio e máquinas nas atividades produtivas, as formas tradicionais foram deixadas de lado, aumentando a produção e reduzindo a mão de obra. Nos lugares em que não houve implantação das tecnologias, as alterações também foram significativas, pois ocorreram transformações no setor agroindustrial e aumento do preço da terra, impactando negativamente na agricultura familiar.

As tecnologias utilizadas colaboraram muito com a agricultura em termos de produtividade, mas não impediram que a Insegurança Alimentar continuasse presente na vida das pessoas. No meio rural principalmente, pois a substituição da mão de obra interferiu na forma de trabalho. Elas acabaram beneficiando grandes produtores e excluindo os pequenos, mostrando uma desigualdade social e até mesmo ambiental derivada da utilização frequente dos recursos naturais (Brauner; Graff, 2015). Nesse sentido, Oliveira e Asevedo (2014) afirmam que “reconstruir os ecossistemas e as terras degradadas pela exploração predatória gerada pelo modelo convencional de produção é um desafio recorrente para a construção da sustentabilidade socioeconômica e ambiental da Reforma Agrária” (Oliveira; Asevedo, 2014, p. 22-23).

Nesse sentido, Brandão (1981) aponta a modernização da agricultura como ponto principal para o aumento da produção, fazendo com que os grandes proprietários reduzissem os contratos com meeiros¹ e colaborassem para uma grande migração de lavradores² para a área urbana. A justificativa era que as propriedades foram divididas ao ponto de não poderem criar gado e fazer lavouras no mesmo espaço. Isso dificultou os meios de acesso de produção e colheita de alimentos, trazendo para o cenário da agricultura um “lavrador urbanizado”³, que mesmo nascido no campo, mas morando na cidade, continua sua lida e trabalho nas atividades agrícolas com o objetivo de obter os alimentos para o consumo da família.

¹ Meeiro: lavrador que faz “lavouras de meia”, ou seja, ele repassa metade ou parte do que produziu para o fazendeiro ou proprietário.

² Lavrador: “[...] produtor rural através de trabalho direto, não proprietário de terra em chácaras ou em fazendas. [...] Envolve o trabalhador rural parceiro (meeiro); o assalariado rural (diarista), assim como todo peão (nome local comum para a categoria lavrador) que combina a alternativa associada de acesso à terra e a venda de sua força de trabalho” (Brandão, 1981, p. 7).

³ “Lavrador urbanizado é aquele cuja família reside hoje na sede do município ou em alguns de seus distritos (patrimônios, lugarejos ou corrutelas). Dentro da categoria lavrador ele se opõe ao agregado, um trabalhador rural não-proprietário e ainda residente, com sua família, em terras de fazendas”. (Brandão, 1981, p. 7).

No Brasil observa-se uma parcela de população que vive sem acesso aos recursos básicos para sobrevivência, mostrando que há uma má distribuição de alimentação, de renda e falta de políticas de incentivo aos pequenos agricultores. Para Dombek (2006),

[...] a fome que subsiste no Brasil é, essencialmente, uma questão de acesso aos alimentos e não uma questão de disponibilidade. O país produz mais que o necessário para atender às demandas alimentares da população e, no entanto, não consegue promover uma distribuição equitativa desses alimentos (Dombek, 2006, p. 10).

Então, o acesso à alimentação saudável pode ser mais difícil para as pessoas com menores rendas, pois com o preço cada vez mais alto dos gêneros alimentícios, a opção é buscar alimentos de custo menor, implicando em baixa qualidade nutritiva. Além disso, a classe dominante tenta disfarçar o fenômeno da fome frente à realidade contemporânea, o que esconde as reais necessidades de uma população que vive em situação precária (Castro, 1984).

Brauner e Graff (2015) destacam que o aumento da produção de alimentos não reduz a desigualdade e nem o número de pessoas em situação de pobreza. Ao contrário, isso gera, algumas vezes, Insegurança Alimentar. Daí a importância de as instituições continuarem a debater esse tema, pois essa discussão levanta quais são as questões sociais envolvida, bem como, indica a importância de uma alimentação saudável e adequada como direito de todo ser humano. Além disso, ajuda a revelar possíveis estratégias e articulações capazes de amenizar a situação de extrema pobreza e ações a serem executadas juntamente com políticas públicas para o processo de Insegurança Alimentar.

Com o avanço da revolução verde, muitos agricultores familiares não se adaptaram às inovações trazidas e continuaram com suas técnicas de trabalho nas lavouras. É preciso ressaltar que mesmo com os questionamentos de técnicos e cientistas, através das técnicas utilizadas, as famílias agricultoras conseguem uma boa produção, sem utilizar meios que prejudicam o solo (Ribeiro *et al.*, 2014,). Isso é desafiador, pois é grande a oferta de insumos modernos e equipamentos que facilitam o trabalho e auxiliam na busca de uma produção mais rápida.

Para uma produção em grande escala, por exemplo, as pessoas não conseguem desenvolver uma agricultura aderindo somente as práticas agroecológicas. No entanto, as técnicas utilizadas geram muitos transtornos negativos ao meio ambiente. De acordo Schubert *et al.* (2023),

[...] o sistema alimentar global apoia-se largamente no uso exagerado de insumos e pesticidas que contaminam a base natural da produção, assim como os próprios alimentos que consumimos; além de gastar uma imensa

quantidade de energia no transporte e abastecimento, que resulta em balanço energético negativo do sistema. A produção de alimentos gera tanta poluição de gases e efeito estufa que, no ritmo atual, mesmo que as nações reduzissem as emissões não alimentares a zero, ainda não seriam capazes de limitar o aumento da temperatura a 1,5°C – a meta climática do Acordo de Paris, de 2015 (Schubert *et al.*, 2023, p. 10).

Dessa forma, entre os desafios para a produção agrícola de agricultores familiares está a falta de recurso para lidar com a escassez alimentícia. De acordo Ribeiro *et al.* (2014), os agricultores buscam estratégias para conviver, fazendo “migração sazonal, feira livre e programas públicos” (Ribeiro *et al.*, 2014, p. 8). Para Woortman (1990), a disponibilidade de alimentos gera a migração cíclica, pois “existem períodos em que há muita produção para consumir ou vender, e períodos em que há poucos produtos. Há, então, como que duas periodicidades: uma pela alternância entre muito trabalho no roçado, e outra representada pelo produto desse roçado” (Woortman, 1990, p. 39). Isso faz com que os agricultores se adaptem às técnicas e às possibilidades que sua localidade oferece.

A sustentabilidade na agricultura familiar se refere à capacidade de manter a produtividade agrícola ao longo do tempo sem esgotar os recursos naturais, sem prejudicar o meio ambiente ou comprometer as necessidades das gerações futuras. Isso inclui a adoção de práticas agrícolas sustentáveis, como o uso eficiente dos recursos hídricos, a conservação do solo, a diversificação de culturas, a proteção da biodiversidade e o respeito aos aspectos socioeconômicos e culturais das comunidades rurais.

2.2 Políticas públicas e programas para a agricultura familiar

No Alto Jequitinhonha, nos anos 1970-1980, os programas iniciais de subsídio à agricultura familiar foram marcados por fracassos, pois não atendiam aos pequenos agricultores nem às suas realidades. Em sua maioria atendiam a uma parcela da população de renda elevada, como o crédito rural, por exemplo, que exigia mudanças nas técnicas produtivas às quais os pequenos agricultores não teriam condições de aderir. Como consequência dos “resultados contraditórios dos programas de desenvolvimento rural e a acentuação das desigualdades fundiárias” (Ribeiro *et al.*, 2007, p. 1.085), devido às dificuldades em terras para produzir, na década de 1970 houve uma grande migração para centros urbanos em busca de emprego. Somente em 1985 foi possível ver o retorno ao rural, emergindo junto a uma série de reivindicações dos agricultores, que exigiam “reforma agrária e política agrícola para o pequeno agricultor” (Ribeiro *et al.*, 2007, p. 1.085). Isso propiciou “uma revisão crítica dos programas

de desenvolvimento rural da revolução verde” (Ribeiro *et al.*, 2007, p. 1.085). Com o fortalecimento das organizações sociais, vieram também reivindicações acerca da participação dessas pessoas nas ações de desenvolvimento no campo (Ribeiro *et al.*, 2007, p. 1.085).

Nesse contexto, a agricultura familiar foi se modificando e fazendo parte de debates importantes acerca do seu desenvolvimento, o que propiciou a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em 1996, a partir de reivindicações de agricultores em busca de “políticas de desenvolvimento específicas” (Mattei, 2007, p. 144) para o campo, de forma a ajudar a estimular a produção. O programa surgiu em um momento em que os agricultores já estavam desestimulados para permanecerem no campo, não tinham incentivo (Troian; Machado, 2020). Com o tempo, tornou-se uma das ferramentas importantes para ajudar o agricultor familiar a continuar sua produção e se desenvolver no campo, porém ainda com restrições de acessibilidade.

Esse programa é um exemplo de política pública utilizada pelos agricultores para desenvolvimento das atividades na agricultura. Entretanto, durante o processo da modernização da agricultura, ele não trouxe bons resultados para os agricultores familiares, devido às dificuldades impostas para acessar os benefícios oferecidos. “Foi concebido em parte, pelo Governo para atenuar a dualidade entre agricultura empresarial e agricultura familiar” (Bustamante, 2022, p. 85), pois já havia linha de crédito que beneficiava a “modernização conservadora da agricultura não familiar” (Bustamante, 2022, p. 85). No entanto, ressalta-se a importância dos movimentos sociais que estiveram presentes nas pautas do programa e que também reivindicavam políticas específicas para a agricultura familiar, fazendo com que o processo de criação acontecesse de forma participativa (Bustamante, 2022).

O Pronaf, além de permitir o acesso a linhas de créditos, permitiu que agricultores desempenhassem suas tarefas cotidianas na agricultura familiar de uma forma mais segura. Segundo Troian e Machado (2020), no Brasil, os recursos de créditos foram melhor distribuídos entre os anos de 2003 e 2006. Naquele momento, também as regiões menos beneficiadas expandiram o número de contratos, o que possibilitou a participação expansiva das regiões Nordeste, Sudeste e Norte, proporcionando uma queda na distribuição na Região Sul, onde era concentrada a distribuição dos recursos financeiros.

De acordo com Troian e Machado (2020), essa foi a primeira política governamental voltada precisamente para a agricultura familiar, tendo como objetivo principal fornecer linhas de crédito aos agricultores de forma a auxiliá-los a permanecer no campo. No entanto, a partir de 2007 o país passou por momentos de extremas mudanças e o acesso ao Pronaf se configurou

por outros diferentes grupos de produtores, chegando, em 2014, a conceder mais de R\$30 bilhões de reais aos beneficiários. Nos anos que se seguiram, houve reduções que ocasionaram perdas consideravelmente grandes nos recursos. Isso mostra a desigualdade e concentração que existe na distribuição de créditos e como os recursos se concentram mais em determinadas regiões e grupos.

Em 2006 foi criada a lei n. 11.326, estabelecendo conceitos, princípios e diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. A mesma mostrou ser um avanço para o setor da agricultura familiar no país, destacando que:

Art. 4: A Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais observará, dentre outros, os seguintes princípios: I-descentralização; II-sustentabilidade ambiental, social e econômica; III-equidade na aplicação das políticas, respeitando os aspectos de gênero, geração e etnia; IV-participação dos agricultores familiares na formulação e implementação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais (Brasil, 2006a).

Essa lei pode ser considerada como um passo relevante para a organização e produção dos agricultores familiares, pois não existia políticas públicas diretas que atendessem com eficiência a esses agricultores, que já vinham de um sistema de impacto ambiental muito grande devido a mecanização e grandes produções e monoculturas.

Para Ribeiro *et al.* (2014), aposentadoria e programas de transferência de renda, apesar de a lavoura ainda ser o principal meio do sustento, foram os principais instrumentos de apoio financeiro para que as famílias passassem pelos períodos sem colheita ou sem produção de alimentos. Nesse sentido, um outro programa importante e fundamental para as famílias agricultoras é o Bolsa Família, que de acordo com Rocha (2003; 2011), é um exemplo de política pública relevante para atender àquelas pessoas mais pobres, combatendo a desigualdade social com um valor variável de benefício, de acordo a renda familiar.

Rocha (2011) ainda ressalta que o programa Bolsa Família tinha como objetivo reduzir a pobreza e a desigualdade social no país, isso ocorreu de fato desde sua implementação. Porém, quanto mais ele se expandia, aumentando o valor e atendendo a outros públicos, como os jovens de 16 anos, mais o número de domicílios elegíveis se reduzia, deixando de atender ao objetivo inicial. Dessa forma, restou uma parcela da população com necessidades, mas que não foi atendida pelo programa, e outra parcela tentou o acesso, mas não conseguiu devido às regras, pois tinham renda superior à linha da pobreza.

Mesmo assim, pode-se dizer que o programa teve um alcance significativo para a população brasileira, conseguindo atender a grande parte do seu objetivo, pois beneficiou uma parcela importante da população, fornecendo acompanhamento intenso para as famílias tanto na parte da saúde, quanto educação e atenção em geral. Para receberem a bolsa, as famílias deviam realizar a atualização cadastral referindo a renda ou mudança de lugar; cuidarem da frequência do aluno na escola e do acompanhamento da saúde, com atendimento de pesagem e vacinação das crianças, gestante e família (Rocha 2011).

De acordo com Furtado (1992), para romper o ciclo da pobreza, é necessário que o governo formule políticas públicas para distribuição das terras existentes, bem como investimento na educação. Segundo o autor, uma das razões para o subdesenvolvimento do Brasil é a concentração de terras. Então, existem pessoas com grandes extensões de terras e outras que são privadas do acesso a ela e não possuem moradias ou saneamentos básicos.

No Brasil, os programas sociais foram fundamentais para que ocorressem a “inclusão social, a redução da fome e da insegurança alimentar, assim como a ampliação do mercado consumidor interno” (Anjos; Becker, 2014, p. 107). Apesar disso, o país sofre com vários desequilíbrios regionais, demonstrando a diferença de crescimento e desenvolvimento e a necessidade de uma política de redistribuição de renda para a população.

Dessa forma, para que haja desenvolvimento, as pessoas devem ser ativas, ter liberdade para tomar decisões e ações que auxiliem no processo de oportunidade e formação enquanto sujeitos. A liberdade se torna um meio de chegar ao desenvolvimento. Então, “os mercados representam uma oportunidade singular de realizar a inclusão social, com o qual os pobres e/ou setores mais frágeis da sociedade devem ter o direito de exercer sua cidadania através da possibilidade de comercializar o fruto do seu trabalho e/ou de sua produção” (Anjos; Becker, 2014, p. 108).

A implementação de programas sociais no campo facilitou a busca por meios de adequar a realidade camponesa, pois, com um aumento de renda familiar, os agricultores puderam continuar produzindo e cultivando lavoura com manejos orgânicos e mão de obra familiar, permitindo uma permanência na produção e na oferta de alimentos e acabando com a Insegurança Alimentar (Ribeiro *et al.*, 2014). São vários os programas disponíveis para o acesso dos agricultores, eles permitem uma flexibilidade na produção e também a oferta de alimentos para o próprio município.

Assim, Jannuzi (2014) reforça que esses programas e projetos sociais são fundamentais para sanar as questões que abrangem a sociedade, porém, para isso, é preciso uma boa gestão,

equipe preparada, indicadores de monitoramento eficientes e avaliações que condizem com a realidade, de forma a conduzir as ações e alcançar os resultados esperados. São necessárias avaliações e análises mais abrangentes para que sejam identificados aspectos positivos e negativos da política pública, podendo gerar informações para possíveis “reformulações”.

Nesse sentido, Anjos e Becker (2014) apontam que a agricultura familiar é relevante na produção de alimentos saudáveis e na manutenção da biodiversidade, gerando emprego e renda no campo. Porém, apesar de ser fundamental para a sustentabilidade ambiental e importante fonte de alimentos, os agricultores ainda encontram desafios na comercialização, principalmente devido à falta de acesso aos canais de comercialização. Não basta somente produzir, mas ter formas de escoar os produtos até chegarem aos consumidores finais.

Os mercados institucionais são relevantes canais de comercialização para garantir a Segurança Alimentar e Nutricional da população, além de uma renda mais estável ao permitir uma atividade mais constante. Eles são uma forma de venda direta de alimentos da agricultura familiar para as instituições públicas e privadas, como escolas, hospitais e restaurantes, garantindo um preço justo e acesso a alimentos locais e mais saudáveis. Dessa forma, oportuniza aos agricultores uma diversidade na produção, qualidade nos alimentos, aumento na renda, melhor qualidade de vida e uma forma de garantir a comercialização dos produtos (Anjos; Becker, 2014).

Para que haja o fortalecimento desses mercados e os problemas dos agricultores sejam sanados, foram propostos programas que incentivam a compra de produtos de agricultores familiares para a distribuição em instituições, sendo eles o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Esses programas auxiliam o agricultor a auferir renda e, consequentemente, se fixar em sua comunidade, proporcionando acesso à alimentação variada e de qualidade nutricional para as pessoas atendidas (Anjos, 2014).

Dessa forma, os mercados institucionais promovem a aproximação entre produtores e consumidores, favorecendo a diversidade da produção e garantindo a estabilidade econômica dos agricultores familiares. Eles permitem que o agricultor tenha liberdade e exerça suas escolhas e decisões, afetando sua vida e comunidade. No entanto, a inclusão desses agricultores nesses mercados não pode ser vista apenas como uma questão de política social, mas também como uma forma de desenvolvimento desses sujeitos e ampliação de suas capacidades de escolhas. Afinal, esses mercados, promovem o desenvolvimento rural sustentável e contribuem

para promoção da Segurança Alimentar e Nutricional, sendo necessário assim o seu fortalecimento.

2.3 Segurança Alimentar e Nutricional na agricultura

A Segurança Alimentar e Nutricional refere-se à garantia de que todas as pessoas tenham acesso físico, econômico e social a alimentos suficientes, seguros e nutritivos que atendam às suas necessidades alimentares e preferências culturais para uma vida ativa e saudável.

Esse é um tema de interesse dos governos e está presente em vários debates. No Brasil, essa temática tem sido muito discutida, porém, ainda fragilizada, pois há pessoas em situação de vulnerabilidade, sem acesso a alimentos em quantidade e qualidade adequadas (Silva, 2014). Nesse sentido, apesar do interesse político, na prática sua execução torna-se desafiadora. Castro (1984) destaca que,

[...] nenhum plano de desenvolvimento é válido, se não conduzir em prazo razoável à melhoria das condições de alimentação do povo, para que, livre do peso esmagador da fome, possa este povo produzir em níveis que conduzam ao verdadeiro desenvolvimento econômico equilibrado, daí a importância da meta “Alimentos para o povo”, ou seja, “a libertação da fome (Castro, 1984, p. 289)

A fome é um assunto de preocupação mundial, tem ameaçado populações e gera debates que buscam soluções para além da produção de alimentos, pois abrange questões sociais, econômicas e políticas. Ela é um dos grandes problemas da humanidade, visto que grande parcela da população mundial ainda vive em condições de subnutrição, tanto em países desenvolvidos quanto em subdesenvolvidos. “E tal estado só tende a agravar-se, uma vez que a população da Terra cresce de ano a ano em cerca de 50 a 60 milhões de indivíduos” (Castro, 1984, p. 8).

Para Freitas (2003):

[...] a percepção dos sentidos da fome é expressa por sensações ou sentimentos vivenciados pelo corpo adaptado ao seu mundo ordinário. Logo, imbuído de sua tradição perceptiva, o faminto nem sempre se interroga sobre sua condição social e nem fala sobre sua fome (Freitas, 2003, p. 24).

Nesse sentido, Castro (1984) ainda retrata que para sobreviver, o ser humano necessita não apenas se alimentar, mas que essa alimentação seja saudável, pois a mesma consumida de

forma inadequada pode gerar doenças, subnutrição e morte. Os alimentos consumidos pelos seres humanos produzem elementos químicos em seu organismo, os quais são fundamentais para mantê-lo vivo e gerar energia para a realização de suas atividades diárias, pois sozinho ele não é capaz de produzi-la.

A Segurança Alimentar e Nutricional é para garantir que o ser humano tenha acesso a uma alimentação saudável. Esse termo surgiu após a primeira guerra mundial, a partir da preocupação com a fome, quando países que estavam em conflitos tiveram suas economias afetadas, ocasionando a escassez de alimentos. Dessa forma, em 1945, criou-se a Organização das Nações Unidas (ONU), a qual elaborou a Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, incluindo a alimentação como elemento indispensável à vida humana. A ONU também criou a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), visando buscar estratégias para erradicar a fome em nível global em 1945 (Brauner; Graff, 2015).

Assim, em 1974 foi realizada a I Conferência Mundial de Alimentação das Nações Unidas, em Roma, a qual “possibilitou o deslocamento do debate em torno do problema da fome, saindo da arena técnica (sem, contudo, abandoná-la) para uma mais social e política” (Silva, 2014, p. 10). Sendo assim, ela abriu espaço para discussões acerca do acesso à alimentação, destacando a preocupação com as pessoas em situação de vulnerabilidade social.

No Brasil, a consolidação do conceito iniciou-se na década de 1980, mas “foi em 1985 que o termo surgiu oficialmente com a elaboração por parte do MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) da proposta de Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Plansan)” (Silva, 2014, p. 23). No ano seguinte, houve a realização da I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição para debater o conceito de Segurança Alimentar e propor conselhos e sistemas que vinculados ao Governo Federal, tratassem do tema.

Em 1993 foi criado o Plano de Combate à Fome e à Miséria (PCFM), com o intuito de, junto a instâncias do governo, combater a fome, e o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) para auxiliar no processo de implementação de políticas públicas para a Segurança Alimentar e combate à fome. Ambos primordiais para a consolidação do conceito de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil. Seus principais avanços foram voltados para a alimentação e nutrição de milhares de brasileiros (Silva, 2014).

Somente em 2006 foi criada a lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, lei n. 11.346, de 15 de setembro de 2006 (Brasil, 2006b), que instituiu o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) para “assegurar o direito humano à alimentação

adequada e dar outras providências” (Brasil, 2006b), cabendo ao “poder público adotar as políticas de ações que se façam necessárias para promover e garantir a Segurança Alimentar e Nutricional da população” (Brasil, 2006b). Essa lei apresenta o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional:

[...] consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (Brasil, 2006b).

A lei teve como um dos objetivos fortalecer o Consea, “propondo diretrizes para política nacional da área, assim como articular, acompanhar e monitorar a implementação e a convergência das ações inerentes a esta política” (Brasil, 2006b). Enquanto o Sisan, “visa executar e acompanhar os programas de segurança alimentar, por meio de ações realizadas em parceria com as três esferas do governo (União, estados e municípios) e a sociedade civil” (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2008, p. 240). Dessa forma, o Sisan seria um meio de articular várias esferas, principalmente o Estado brasileiro, em prol de uma política nacional.

Então, foram criados vários outros conselhos e mecanismos que discutiam sobre a Segurança Alimentar e Nutricional no país. Para Brauner e Graff (2015),

[...] a Segurança Alimentar e Nutricional estabelece ações que visem a garantir a todos a concretização do direito humano à alimentação adequada e que evitem situações em que esse direito não é plenamente atendido, tais como fome, desnutrição, avitaminose, obesidade, doenças associadas à má alimentação, alimentos com resíduos tóxicos, etc. Além disso, o conceito de Segurança Alimentar envolve questões como a produção, a distribuição e o acesso aos alimentos, por se tratarem de fatores que afetam direta ou indiretamente a satisfação dessa necessidade básica (Brauner; Graff, 2015, p. 380).

Ainda de acordo a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Losan):

Segurança Alimentar e Nutricional significa, no âmbito nacional, que todas as pessoas têm, a todo momento, acesso físico e econômico a alimentos em quantidade e qualidade suficientes, que sejam adequados, variados e nutricionalmente equilibrados, que não comprometam o acesso a outras necessidades essenciais, nem prejudiquem o acesso futuro, fundamentados em práticas alimentares saudáveis, contribuindo, assim, para uma existência digna, em um contexto de desenvolvimento integral da pessoa humana (Brasil, 2006b).

Dessa forma, os agricultores veem no extrativismo e no plantio para o próprio consumo uma forma de se alimentarem. Entretanto, a agricultura familiar apresenta características que vão além dessas práticas, tais como a cultura e saberes locais. Isso pode trazer autonomia e, principalmente, Segurança Alimentar e Nutricional, pois abrange não somente o alimento em si e sua produção, mas todo um contexto social para além de “matar a fome”, em um viés material e simbólico.

Segundo Brasil Guia Alimentar da População Brasileira, alimentar é ir além da simples ingestão de nutrientes, a

[...] alimentação diz respeito à ingestão de nutrientes, mas também aos alimentos que contêm e fornecem os nutrientes, a como alimentos são combinados entre si e preparados, a características do modo de comer e às dimensões culturais e sociais das práticas alimentares. Todos esses aspectos influenciam a saúde e o bem-estar (Brasil, 2014, p. 16).

A alimentação, fator primordial para a existência humana, é uma das principais bases de interação entre cultura e meio natural. Ela depende de uma organização existente para a obtenção dos alimentos e outras necessidades. Plantio, colheita e armazenamento fazem parte de toda uma tradição que percorre várias civilizações, envolvendo técnicas e calendários específicos de cada cultura. Conforme as fontes de abastecimento dos alimentos se modificam, intensificam-se as transformações na alimentação, que está ligada a uma carga afetiva, facilmente transformada em manifestações simbólicas (Cândido, 1975). Como apresenta Woortman (1990, p.35-39) ao tratar do conhecimento do trabalho agrícola dos sitiantes (“camponeses que detém domínio sobre a terra”) transmitidos pelos pais como uma arte, articulam-se vários saberes no seu espaço social, em sua região.

De acordo com Ribeiro (2013), o conhecimento dos agricultores foi base para desenvolver uma agricultura eficiente e com características próprias, pois os agricultores buscavam conhecer o solo, a adubação e cada semente que se adaptava a solo, investigando os meios e analisando cada recurso de que a natureza dispunha. As lavouras eram planejadas para sustentar as famílias por mais tempo, por isso, teriam que fazer mais de uma para que tivessem ciclos de crescimento e desenvolvimento diferentes. Algumas culturas diferentes eram plantadas em conjunto, mas em um solo específico e especial que permitia uma boa produção e manejo com a capina apenas uma vez por ano.

Os agricultores se adaptam e cultivam diferentes culturas, garantindo uma variedade de alimentos anualmente, pois “a produção dos mantimentos sempre foi atrelada aos ciclos da natureza, a abundância e a escassez definidas por mais ou menos chuvas. Esses ciclos fazem

com que as pautas alimentares sejam sazonais, em parte definidas pelo que se produz ou se colhe na época” (Ribeiro *et al.*, 2014, p. 7). No período de maior frequência de chuva, os agricultores já não tinham alimentação estocada, apenas sementes para o plantio, tornando-se um período difícil, com alimentos restritos. Na escassez da chuva havia mais abundância, pois estocavam a colheita da safra anterior.

Dessa forma, Brandão (1981), através de sua pesquisa e experiências no município de Mossâmedes, evidencia a importância da reorganização dos agricultores nesses períodos, pois “é também entre o final da seca e o início das chuvas - justamente quando há menos reservas de alimentos sazonais e quando há menos dinheiro em circulação - que os lavradores de Mossâmedes colhem e consomem alimentos ‘do cerrado e da serra’” (Brandão, 1981, p. 34). Esses agricultores cultivavam cereais para consumir em sua dieta juntamente com outros vegetais, morando e trabalhando nas fazendas como meeiros, plantando exclusivamente para o consumo da família. Alguns realizavam a venda apenas do que sobrava do consumo, mas não tendo uma comercialização frequente dos produtos no município. No entanto, os lavradores destinavam parte do arroz colhido para parentes mais pobres ou que trabalhavam na cidade, doação para a igreja e mesmo troca de alimentos entre parentes.

Nesse sentido, a cultura camponesa se destaca pela coletividade e generosidade que apresenta ao partilhar seus alimentos com aqueles que não o possuem em casa (Ribeiro *et al.*, 2014.). Por viverem em comunidade, essa troca e união entre os agricultores é favorecida. Isso é o que aponta Cândido (1975), em pesquisa realizada no município de Bofete, onde as relações de vizinhança constituem, na família e povoado, uma estrutura intermediária que define o universo da vida, configurando as relações sociais básicas. O agrupamento de algumas famílias através dos bairros viabiliza práticas de auxílio mútuo, atividades lúdico-religiosas e convivência entre os sujeitos.

Assim, Brandão (1981) destaca a união desses agricultores na troca de alimentos entre vizinhos ou amigos, se “conservando dentro de padrões simbólicos nos convites para pamonhadas ou nas trocas de pratos de quitandas ou doces caseiros” (Brandão, 1981, p. 39). Para ele, esses alimentos se destacam para além da mesa das famílias, reverbera toda uma tradição da comunidade.

A época das pamonhas é esperada em Mossâmedes como nenhuma outra. Durante o pequeno período de acesso fácil e farto ao milho verde, em algumas casas são feitas várias pamonhadas para cujos serviços são recrutadas várias pessoas, em geral as mesmas que depois se transformam em comensais. A pamonha é consumida muitas vezes sem outro acompanhamento a não ser o café. Algumas pessoas vivem de pamonha durante o seu tempo de consumo e

quase todos lamentam bastante o final do período sazonal do milho verde. É também a época de mais intensos usos simbólicos do alimento. Em nenhum outro momento, a não ser durante as festas de igreja, há tantos e tão insistentes convites para pamonhadas feitas nas fazendas ou na cidade. É uma época de trabalho coletivo festivo, o da preparação da própria pamonha; e de consumo estendido além dos limites da mesa familiar. Dentro do ciclo sazonal de uso de alimentos locais, a colheita do milho verde e o uso de pamonhas marca o início anual de uma nova época de fartura. Depois do prolongado período de seca e de esgotamento das últimas reservas de alimentos em várias casas, a colheita do milho representa um primeiro momento de aproveitamento dos produtos da terra (Brandão, 1981, p. 32).

Os mutirões também são exemplos de ajuda que aprofundam laços de amizade, possibilitando a superação de várias dificuldades. Por meio dos mutirões, as pessoas se reúnem e fazem determinada atividade sem cobrar nada em troca, sendo um trabalho bem organizado entre o grupo de forma a obter resultado nas tarefas em pouco tempo de serviço (Cândido, 1975). Essa organização se deve à participação ativa das pessoas nas ações da comunidade, buscando sempre o bem comum e os meios que contribuam para além de sua propriedade.

Ao produzir para o autoconsumo, o agricultor leva em consideração o cuidado com o solo, práticas agroecológicas, utilização de defensivos alternativos e adubos orgânicos ao invés de agrotóxicos (Borges *et al.*, 2020). Ele tem como ponto central a proteção do meio ambiente e o respeito à natureza, entendendo e seguindo o ciclo da chuva e compreendendo o processo de desenvolvimento das plantas, o que facilita o cuidado e cultivo das mesmas. Ou seja, o cultivo de alimentos na propriedade vai muito além de produzir para alimentar; envolve questões culturais das famílias e até mesmo da própria e da comunidade.

Para Brandão (1981), as terras têm qualidades específicas, sendo classificadas como “cultura, cerrado e campo”. As de cultura são originadas da derrubada de matas e, geralmente são as mais próximas aos rios, sendo subdivididas em cultura de primeira, de segunda e de terceira, então já quase iguais às terras do cerrado. As terras mais utilizadas para a produção são as de cultura, pois são mais férteis e propícias ao plantio.

A maioria dos agricultores ajustou suas técnicas de alimentação às técnicas utilizadas pelos indígenas. Cândido (1975) revela que o caipira - sujeito camponês agricultor – ajustou-se, obtendo conhecimentos sobre a terra e as formas de plantio, produzindo um sistema de equilíbrio ecológico. Ribeiro (2013) também destaca que os indígenas tiveram papel importante na agricultura familiar, destacando a roça de tocos⁴ como primeiro modelo de plantio. Isso possibilitou a entrada de diversos domínios de poder sobre a terra e recursos naturais, sendo

⁴ “Roças sobre terras de matas derrubadas e queimadas, sem o uso de tratores” (Brandão, 1981, p. 22.).

realizada utilizando a queimada das árvores da mata e, entre os tocos, plantadas sementes. No entanto, com a redução da fertilidade do solo e, posteriormente, com a diminuição da produção de alimentos, os camponeses tiveram que realizar a rotação de área para plantio, de forma que o solo recuperasse, havendo readequação de sua produção.

De acordo com Brandão (1981), o exemplo do município de Mossâmedes, que passou por diversos processos de colonização até chegar em uma população com grande número de agricultores, demonstra as diversas relações existentes na produção, bem como a relação entre fazendeiros e agregados presentes. Os agregados podiam utilizar as terras para cultivar cereais e vegetais, permanentes e semipermanentes, bem como criar animais, exercendo diversas funções e atividades nas propriedades. Porém, com o tempo, a utilização da terra ficou restrita ao cultivo de plantas sazonais, as vezes plantio de mandiocas e criação de galinhas, o que permitiu que os agricultores ficassem desmotivados e migrassem para a área urbana.

A disponibilidade de terra, o desenvolvimento de uma agricultura itinerante e de uma dieta suficiente para manter a vida baseada no milho, feijão, mandioca, complementada pela caça e coleta contribuem para a formação da organização social econômica. Esses alimentos são de plantas da cultura indígena, mas a forma de prepará-los veio de uma adaptação dos portugueses pois, com o tempo, os agricultores fizeram um trabalho cultural de invenção e adaptação na preparação de assados, cozidos e outras técnicas de aperfeiçoamento (Cândido, 1975).

Schubert, Tonin e Schneider (2023) ressaltam que, quando se fala em Segurança Alimentar e Nutricional, deve-se falar principalmente da alimentação a que a população tem acesso. É importante ressaltar sobre a produção de alimentos de forma agroecológica com sementes crioulas, evitando a utilização de insumos e pesticidas que contaminam as plantas. Dessa forma, a produção para o sistema alimentar global também gera uma grande poluição ao meio ambiente, diminuindo os recursos naturais e trazendo sérios problemas para a população futuramente.

As famílias agricultoras tinham uma alimentação simples e pouco variada, seguindo na dieta uma variação de alimentos de acordo a época plantada e colhida. Por ter uma rotina devido aos trabalhos na fazenda, a alimentação também era específica, se adequando aos horários. Porém, ao mudar para a cidade, as famílias tinham que readequar os horários devido aos centros urbanos. Dessa forma, “a variação da dieta alimentar entre sujeitos de classes sociais diferentes está mais na frequência de alimentos de mais alto custo do que na variação de tipos de comida” (Brandão, 1981, p. 43).

Atualmente as dietas alimentares estão baseadas em um padrão que busca uma vida saudável. Entretanto, nem todos conseguem segui-la devido ao acesso a esses alimentos, principalmente pelos altos custos, demonstrando uma desigualdade de renda e um favorecimento para doenças como a obesidade, que afeta grande quantidade da população. Isso se dá devido à alimentação inadequada acessada por uma parcela da população (Schubert; Tonin; Schneider, 2023).

Assim, a dieta sustentável composta por alimentos benéficos à saúde humana tem se tornado tema de diversos debates, preocupações e reflexões, pois a “dieta contemporânea, aliada a fatores como sedentarismo e estresse, estão relacionados à incidência de Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) como câncer, doenças cardiovasculares, diabetes, entre outras, responsáveis por elevadas taxas de mortalidade da população nos últimos anos” (Schubert; Tonin; Schneider, 2023. p. 120)

Dessa forma, Schubert, Tonin e Schneider (2023) ainda destacam que a elitização de alguns alimentos se tornou um problema que impede a alimentação saudável de boa parte da população, pois a importância de determinados alimentos para a saúde provoca elevação nos preços e eles ficam restritos apenas a um grupo de pessoas. Isso também provoca a diminuição da autonomia dos agricultores familiares, que ficam com menos oportunidades de produção em suas propriedades, enquanto ocorre o aumento da produção e comercialização desses alimentos por empreendimentos agrícolas. Ou seja, por mais que alguns grupos e movimentos defendam o não consumo de alimentos de origem animal ou defendam o veganismo e outras práticas que exijam o consumo apenas de alimentos saudáveis, muitas vezes deixam a desejar na preocupação com os objetivos coletivos.

Então, essa alimentação de produtos da agricultura familiar é essencial para uma vida saudável, pois ela é nutritiva e contribui para a saúde. No entanto, nem todos têm acesso, ficando grande quantidade de pessoas em situação de desnutrição devido à falta de alimentos.

Nesse sentido, Castro (1984) aponta que a desnutrição é um problema que demanda muito tempo para ser solucionado, sendo necessárias estratégias e investimentos em ações que garantam a alimentação saudável e suficiente para saciar as pessoas. Nesse caso, “ao plano de alimentação traçado deve corresponder um plano de produção agrícola adequado” (Castro, 1984, p. 8), integrando a agricultura no conjunto da economia. Portanto, compete ao governo criar condições de uma economia que englobe toda estrutura de produção de alimentos e sua distribuição, que busque “valorizar o mundo”, mas que, antes, valorize o homem, “permitindo-lhe a expansão de suas faculdades” (Castro, 1984, p. 9).

A prática de produzir na agricultura sem um controle de produção, beneficiamento e consumo dos alimentos impacta diretamente no meio ambiente, o que pode causar Insegurança Alimentar na população. Dessa forma, a pauta alimentar passa a ser discutida em vários âmbitos como, por exemplo, as atitudes individuais dos sujeitos, que possibilita decisões sobre o que, quando e onde comer, e que afetam diretamente a sociedade, o meio ambiente e o regime climático (Schubert; Tonin; Schneider, 2023).

A falta de alimentação vai para além de não ter o alimento na mesa, reflete uma desigualdade social presente na sociedade. O problema se agrava, segundo Schubert, Tonin e Schneider (2023), principalmente devido dois fenômenos: “Desertos alimentares (ausência e dificuldade de acesso aos alimentos de alta qualidade nutricional) ou pântanos alimentares (excesso de alimentos de baixa qualidade nutricional)” (Schubert; Tonin; Schneider, 2023, p. 10).

Uma ação importante foi o Guia Alimentar para a População Brasileira, que apresenta diretrizes alimentares oficiais para a população. O mesmo destaca a importância dos alimentos regionais e sazonais, a valorização da culinária tradicional e a importância do ato de comer como um momento de convivência e prazer. A alimentação vai além de consumir nutrientes necessários para o corpo, engloba a valorização da cultura, o prazer em comer, o respeito ao meio ambiente e a sustentabilidade.

A pandemia de Covid-19 fortaleceu a discussão sobre o acesso aos alimentos, pois a doença gerou uma maior necessidade de orientar a população em relação à importância do consumo dos alimentos de qualidade, à produção e às práticas para evitar o contágio do vírus. Dessa forma, o cuidado foi redobrado e parte da população que tinha condições econômicas estáveis se viu afetada pela insegurança no abastecimento dos alimentos. Isso exigiu uma maior atuação da SAN nos órgãos públicos (Minas Gerais, 2021).

A proibição de atividades com aglomeração de pessoas, o fechamento de comércios e interrupção das aulas presenciais atingiram a economia do país e posteriormente impactaram os setores produtivos. Dessa forma, levantou-se a discussão da importância da agricultura para a alimentação de qualidade e para que fosse suficiente para a população, mas que fosse produzida de forma a não colocar em risco a vida dos agricultores. Isso fez com que um conjunto de organizações e entidades reivindicassem a concepção de “medidas emergenciais para proteger economicamente os agricultores familiares e garantir o acesso à alimentação adequada à população brasileira” (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2020, p. 7).

No início da pandemia, houve dificuldade de adaptação na comercialização dos produtos por parte dos agricultores, pois, ficando em casa, as pessoas reduziram o índice de compras e movimentação, o que também provocou a interrupção das feiras livres e mesmo das vendas indiretas dos produtos. Isso gerou preocupação com dívidas e mesmo sobre a organização da produção familiar.

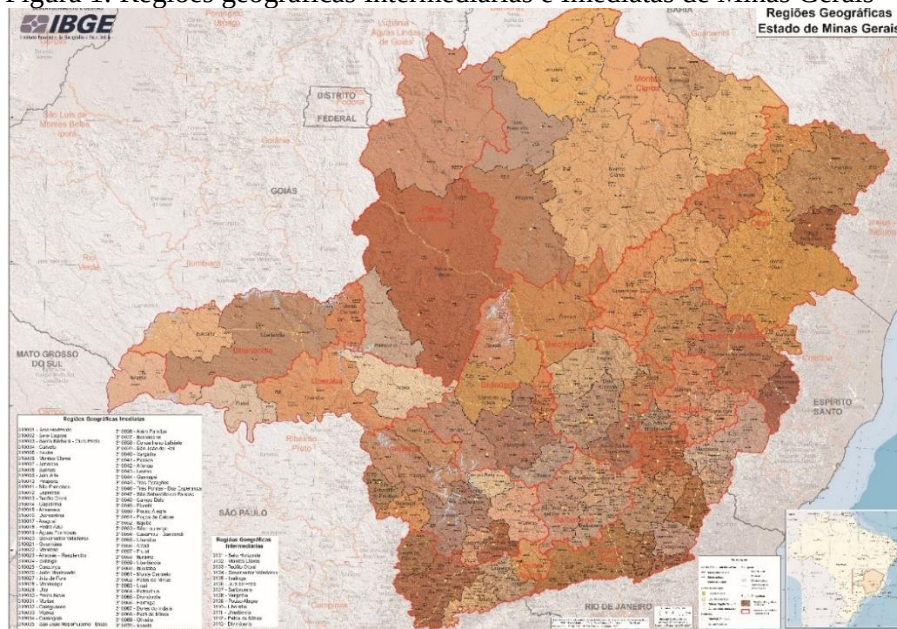
Como descreve o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em uma nota técnica: uma das medidas emergenciais tomada pelo governo foi “ampliar demanda por produtos da agricultura familiar via mercados institucionais” (Ipea, 2020, p. 8), como o envolvimento do “Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), bem como os equipamentos e as políticas de Segurança Alimentar de maior presença em áreas urbanas” (Ipea, 2020, p. 8). Além dessas, outras medidas também foram tomadas como o estímulo à compra de produtos da agricultura familiar, transferência de rendas através do auxílio emergencial e políticas de créditos mais flexíveis aos agricultores. O que possibilitou também produção e abastecimento seguro de alimentos.

Isso permitiu ainda que os agricultores se adaptassem à realidade pandêmica, optando por mercados institucionais e técnicas de venda que atendessem à população de uma forma geral. Uma dessas técnicas foi a criação de grupos em redes sociais que permitiam a venda do produto e a entrega à domicílio. Dessa forma, além de estar promovendo uma comodidade e seguridade para os clientes, estava alavancando a comercialização e ajudando a promover uma estabilidade no campo, fornecendo e ajudando as pessoas a terem uma alimentação saudável e segura.

3 CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA DA PESQUISA

Minas Gerais é um estado que abarca 853 municípios e se localiza na região sudeste do Brasil, fazendo divisa com São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Distrito Federal, Goiás e Mato Grosso do Sul. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) (2017), o “quadro regional do país produzido na década de 1980” precisou ser atualizado devido às várias transformações ocorridas ao longo do tempo em todo território nacional, criando a “divisão regional em regiões geográficas imediatas e regiões intermediárias” (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, 2017) (Figura 1). As denominações antes utilizadas passam a ser substituídas, pois cada divisão abarca um número de municípios diferente.

Figura 1: Regiões geográficas Intermediárias e Imediatas de Minas Gerais



Fonte: IBGE (2017).

3.1 A Região Geográfica Intermediária de Teófilo Otoni

A Região Geográfica Intermediária Teófilo Otoni engloba 86 municípios, sendo a maioria deles antes distribuído entre Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha. Dentre eles, o município de Teófilo Otoni é o que possui a maior número populacional. A área territorial ocupada pelo conjunto de municípios é de “77.921,27 km², equivalente a 13,28% da área total de 586.783,23 de km² do estado de Minas Gerais” (Fundação João Pinheiro, 2021, p. 1).

O município de Teófilo Otoni foi fundado em 07 de setembro de 1853, por Theophilo Benedito Ottoni, que deu o primeiro nome à cidade: “Filadélfia”. Porém, somente em 1876 foi

elevada à categoria cidade e em 1881 foi instalada oficialmente, já com o nome Teófilo Otoni, homenageando o fundador. Localiza-se na região sudeste do país e possui uma área geográfica de 3.242,270km², tendo sua população estimada em 2022 de 137.418 habitantes (IBGE, 2017; 2022a).

A antiga denominação de Vale do Jequitinhonha em uma localidade que abarcava vários municípios da região intermediária de Teófilo Otoni se destaca pela configuração da diversidade ambiental em diferentes territórios subdivididos em Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha e também pela produção agrícola e adaptação das pessoas na região, cuja formação foi diversificada (Balbino, 2021).

O povoamento dessa região se deu primeiramente no “Alto Jequitinhonha⁵, no começo do século XVIII” (Ribeiro, 2013, p. 12) e posteriormente parte da população desceu para a região do Baixo Jequitinhonha⁶ e Mucuri⁷, onde se concentrava o bioma de Mata Atlântica. Em seguida, pessoas do sudoeste da Bahia começaram a migrar para essa região, que já estava sob um forte domínio de fazendeiros (Ribeiro, 2013). Essas pessoas inicialmente buscavam pela mineração, porém, com a escassez da mesma, buscaram se adaptar na região, utilizando atividades como a agricultura.

A relação de domínio da terra é iniciada com a derrubada das matas pelos possantes, os quais tinham apenas sua própria mão de obra e do trabalho familiar. Com o tempo, surgiram as fazendas e fazendeiros com interesses individuais e a relação de mando sobre as pessoas para utilização da terra, em sua maioria escravos, índios e agregados. Grande parte dessas terras eram compradas dos posseiros e contavam com um número extenso de pessoas trabalhando em uma área maior, de forma a compartilhar os recursos naturais com os agregados (Ribeiro, 2013).

A ocupação de terras nas regiões Alto e Baixo Jequitinhonha se deu em diferentes períodos. Os pequenos agricultores, que configuravam boa parte da população, eram os sitiantes, em menor quantidade e não se fixavam na terra, e os agregados, que se organizavam nela, tendo uma relação forte de trabalho com a mesma, mas dependendo de uma moradia na fazenda. O agregado, além de morar, podia utilizar a terra para produção de lavouras para o próprio consumo e também compartilhar a colheita com o fazendeiro (Balbino, 2021). Assim,

⁵ Configura-se atualmente em municípios pertencentes à Região Geográfica Imediata de Diamantina, Capelinha e alguns municípios na região Imediata de Guanhães.

⁶ Configura-se atualmente em municípios pertencentes à Região Geográfica Imediata de Almenara e alguns municípios pertencentes a Região Imediata de Pedra Azul.

⁷ Configura-se atualmente em municípios pertencentes à Região Geográfica Imediata de Águas Formosas e maioria dos municípios da Região Imediata de Teófilo Otoni.

os assentamentos surgiram como a principal forma de acesso dessas pessoas ao pedaço de terra e como forma de garantia de uma produção e trabalho familiar.

3.2 Região Geográfica Imediata de Almenara

A Região Imediata de Almenara é onde se encontram os municípios de: Almenara, Bandeira, Felisburgo, Jacinto, Jequitinhonha, Joáima, Jordânia, Mata Verde, Palmópolis, Rio do Prado, Rubim e Salto da Divisa. Esses, em sua maioria, situavam na região denominada Baixo Jequitinhonha. O povoamento dessa região foi demarcado por muitas derrubadas das matas e, assim como grande parte dos municípios da Região Intermediária de Teófilo Otoni, houve muitos conflitos em seu povoamento.

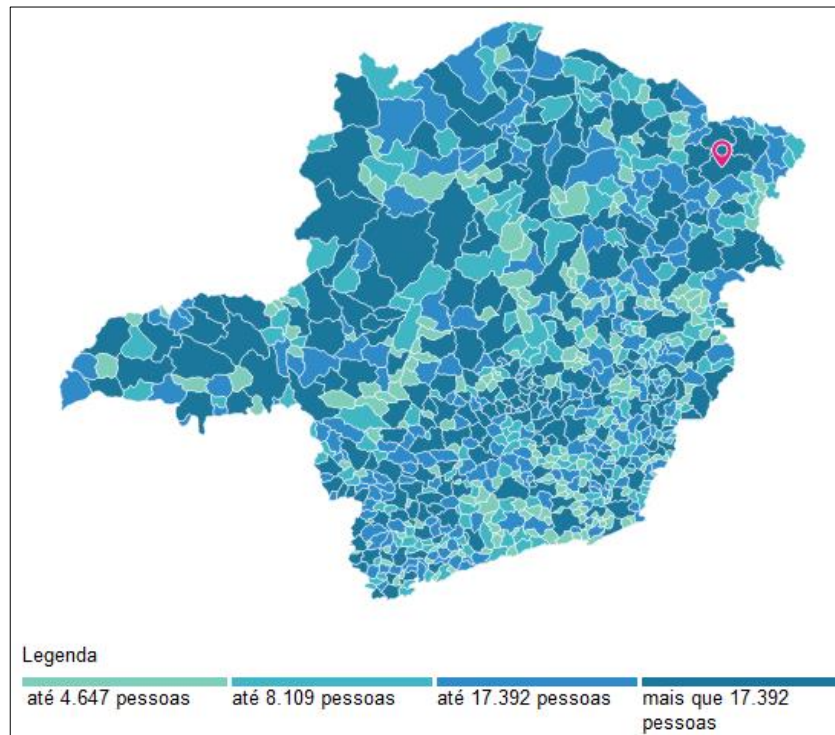
Almenara foi elevada a município em 1938, porém teve como primeiro nome Vigia, passando para São João do Vigia, em 1914, e Almenara, em 1943. Está localizada na região sudeste do país e se destaca também por estar situada às margens do Rio Jequitinhonha. De acordo o censo do IBGE (2022b), sua população estimada era de 40.364 pessoas e sua área territorial de 2.294,426 km².

3.3 O município de Jequitinhonha

Jequitinhonha, de acordo o Censo do IBGE (2022c), possuía uma população de 24.007 habitantes residentes nos espaços rurais e urbanos do município. Sua área total é de 3.514,216 Km² (IBGE, 2022c), sendo composto por uma vegetação transitória de cerrado para Mata Atlântica em que as matas ou florestas naturais contam com um total de 8.096 hectares, enquanto que as áreas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal é de 57.472 hectares. Os sistemas agroflorestais compõem um total de 1.806 hectares, com áreas que além de florestas, têm lavouras e criação de animais. Nas áreas utilizadas apenas para lavouras, 1.195 hectares são para permanentes e 1.705 para temporárias.

O município pertence à região imediata de Almenara e à região intermediária de Teófilo Otoni, no nordeste de Minas Gerais (Figura 2). Em sua economia se destacam a pecuária, a agricultura familiar e pequenos comércios. A área urbana é situada às margens do Rio Jequitinhonha e próxima à Reserva Biológica Mata Escura, a qual atrai muitos visitantes e movimentam o turismo rural. Os municípios limítrofes são: Medina, Itaobim, Pedra Azul, Almenara, Rubim, Joáima, Felisburgo e Ponto dos Volantes.

Figura 2: Localização do município de Jequitinhonha no mapa de Minas Gerais



Fonte: IBGE (2024).

O povoado que deu origem a atual cidade de Jequitinhonha foi fundado em 29 de setembro de 1811, pelo Alferes Julião Fernandes Leão, que recebera ordem da Coroa em 1804, no sentido de guarnecer o Rio Jequitinhonha, que se supunha ser diamantífero. Seu nome inicialmente era Sétima Divisão Militar de São Miguel, depois Freguesia de São Miguel da Sétima Divisão, Vila de Jequitinhonha e, por último, Jequitinhonha (IBGE, 2023).

Os primeiros habitantes foram os indígenas *maxacalis*, que viviam sob conflitos no povoamento da região. A entrada dos colonizadores na mata ainda era tímida, sem muito conhecimento, buscando, nas experiências dos indígenas, informações e mão de obra para o trabalho, “amansando-os”, catequisando, aldeando e “brasilizando”, fazendo com que os mesmos passassem por um processo de “civilização” forçado e dolorido, levando-os a uma guerra injusta sobre seu território. Utilizaram da agricultura para dominar os indígenas, pois sem alimentação na floresta, eram obrigados a trabalhar e produzir para comer, ficando restritos a pequenas quantidades de terra (Ribeiro, 2013). A chegada desses aventureiros trouxe também algumas doenças como sarampo, cólera e varíola, repassadas através de vestimentas e panos como presentes para os indígenas, o que acabou exterminando muitos nas aldeias e revoltando os que conseguiram se manter vivos, ocasionando consequentemente na “expulsão de suas terras”.

Com a escassez dos minerais e grande quantidade de “mata virgem”, os colonizadores viram como possibilidade adaptar outros meios para utilizar os recursos naturais existentes, fazendo desmates para plantio e trabalho na agricultura. A região chamou a atenção de migrantes que vieram em grande quantidade para tomar posse, entrando na mata e buscando áreas férteis nas fronteiras agrícolas para trabalharem (Ribeiro, 2013).

Jequitinhonha traz uma história de muita resistência por parte dos agricultores. Nas terras extensas, que eram dominadas por fazendeiros e que em negociação com o Incra tornaram-se a esperança de grupos de pessoas em reconstruir sua vida, ainda existe a marca do coronelismo presente naquela época. Em um desses assentamentos, especificamente onde se encontra uma Escola Família Agrícola, a escolinha do Ensino Fundamental I é localizada em um espaço onde, antes, era uma baia de cavalos, e na sede, que era a casa principal, funciona a Associação Comunitária.

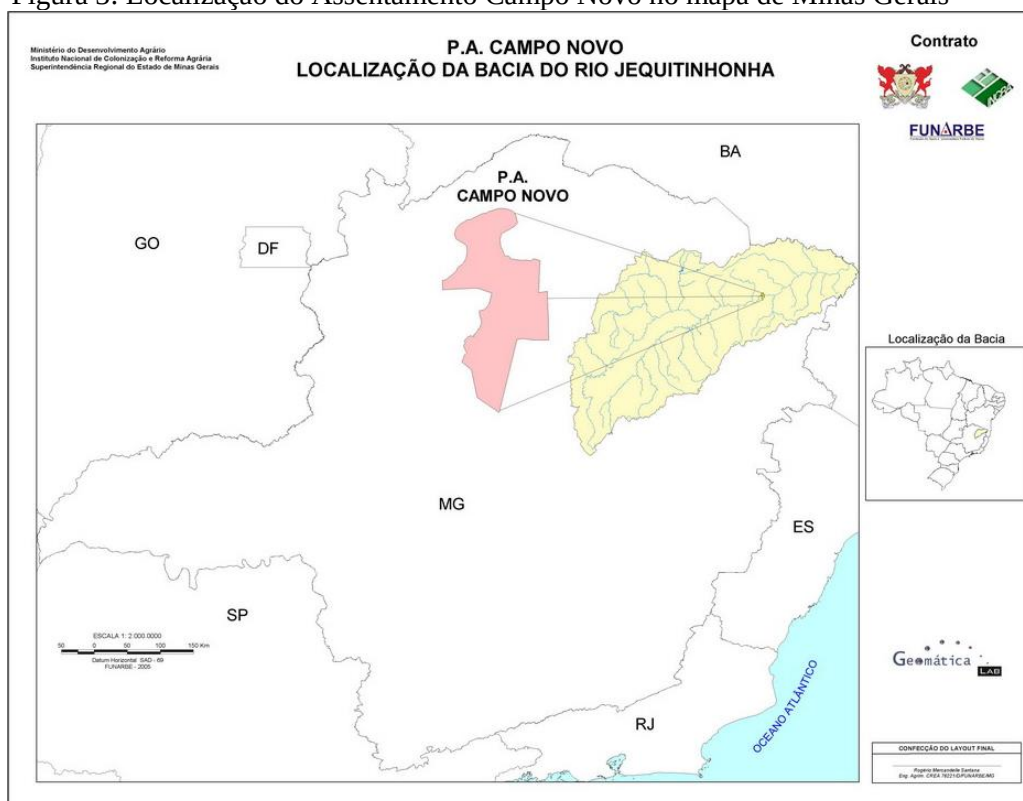
Ribeiro (2013) aponta que no final do século XIX e início do século XX, houve um crescimento exponencial das fazendas e outras questões importantes relacionadas ao meio ambiente, à produção e à terra foram deixadas de lado. No entanto, a agricultura familiar emergiu juntamente com os conflitos pela terra, em que as fazendas eram marcadas pelos mandos, utilizando-se dos trabalhos escravos e de agregados, expandindo, cada vez mais, as fronteiras de suas terras, enquanto as pessoas se tornavam mais dependentes do trabalho para sobreviver.

3.4 O Assentamento Campo Novo do município de Jequitinhonha

A criação dos assentamentos ocorreu no contexto de conflitos no Vale do Jequitinhonha, no qual o Incra atuou como mediador, com o objetivo de fazer com que acontecesse a reforma agrária. Com isso, criaram-se projetos de assentamentos para agrupar essas pessoas, “fundamentando-se na desapropriação de terras improdutivas e o assentamento dos beneficiários” (Souza filho; Buainain; Fonseca, 2001, p. 5).

O Assentamento Campo Novo está situado às margens da rodovia MG 367 e do Rio Jequitinhonha, ficando a uma distância de 15 km do perímetro urbano (Figura 3). Seu surgimento se deu a partir de pesquisas do Incra que detectaram uma fazenda extensa em que os herdeiros da terra estavam com muitas dívidas e, por isso, manifestaram interesse em negociá-las. Nela ainda havia benfeitorias, gados e alguns agregados, os quais continuaram na fazenda após a negociação e atualmente são posseiros de lotes.

Figura 3: Localização do Assentamento Campo Novo no mapa de Minas Gerais



Fonte: Universidade Federal de Viçosa [20??]a.

Essa era uma das muitas fazendas do município em que o agrego era a forma de manter as pessoas mais pobres se sustentando e morando no campo. Ribeiro (2013) aponta que o domínio agrário se diferenciava em vários lugares: em alguns, predominavam as fazendas de gados; em outros, os sítios familiares; e poucos lugares não eram ocupados. Os agregados desfrutavam também da terra, mas sob domínio do fazendeiro, o qual matinha uma apropriação dos recursos naturais e se utilizava de tais para subordiná-los. O agrego era feito através de acordos entre ambas as partes, definindo as formas de trabalho e a divisão da produção agrícola obtida. Além disso, o agregado tinha uma casa na fazenda ou autorização para construí-la e também possuía espaço para fazer suas lavouras. A relação deles, muitas vezes, criava laços fortes de amizade, preocupação e fidelidade.

O Incra, ao adquirir a fazenda para fins de reforma agrária, pagou apenas as benfeitorias à vista e o valor da terra foi dividido em títulos públicos a serem pagos a prestações. O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da época, que havia realizado esse mapeamento de terras (em 1997), realizou também um cadastro de pessoas que eram agregadas, ou seja, que não possuíam terras próprias e moravam em terras de fazendeiros sem um contrato fixo de trabalho. O agrego era regido por acordos ou tratos informais intransferíveis entre ambas as partes e que resultavam em: o agregado morar na fazenda, plantar, colher e extrair recursos

da terra, mas tendo uma contrapartida variada para o fazendeiro. Apesar da relação marcada por trocas, o agregado não tinha uma garantia empregatícia, mas dependência tanto do patrão quanto de um conjunto de recursos naturais (Ribeiro, 2013, p. 223.).

As pessoas selecionadas para ter o lote no assentamento eram todas agricultoras familiares, que sabiam lidar com a terra:

Nós pegamos todo mundo das roças e selecionamos, pois se não saber selecionar, não funciona também não. [...] O Incra põe, mas tem muitas coisas que ele não dá. Às vezes as pessoas pensam: ah eu vou pra terra porque o Incra dá dinheiro, mas não é assim, é uma luta. E quando chega lá se a pessoa não tá preparada pra ficar, se não é uma pessoa da roçada que tem costume de passar necessidade, ele não vai ficar. E quando você escolhe as pessoas que têm costume de trabalhar e de dificuldade, eles vão ficar pro resto da vida (A. P. S.⁸).

Em 2002, o Incra reuniu com as famílias, as quais organizaram os lotes dividindo-os e medindo-os num total de 57 (Figura 4). Alguns que já moravam na fazenda ou nas proximidades ocuparam as casas de vaqueiro e baias de cavalos que já existiam e ficaram até conseguirem o material para construção das casas, o que veio a ocorrer posteriormente através de um projeto do Incra. As famílias se mobilizaram e conseguiram muitos projetos como um de R\$57 mil para encanação de água até os lotes e construção de uma Escola Agrícola. Ao conseguirem criar a Associação dos Assentados do Projeto Campo Novo (AAPOCAN), muitos outros foram surgindo como a aquisição de trator, ônibus e caminhão para transportar os produtos até a feira. Com o tempo, foram se organizando em seus lotes e utilizando da área para plantios. Isso mostra que, para que o agricultor familiar consiga se fixar no campo, é importante o apoio de políticas públicas que atendam sua realidade, que o incentive a permanecer nesse local.

⁸ Iniciais do agricultor entrevistado pela autora. Nas falas dos agricultores ao longo de todo o texto serão utilizadas as iniciais do nome dos entrevistados para preservar sua identidade. Todas as entrevistas foram realizadas em junho de 2023.

entrega do título, eles podem realizar outros trâmites que desejarem, pois acabam desvinculando de algumas responsabilidades do Incra e criando autonomia sobre o seu lote.

Muitas famílias na fase de transição, assim que conseguiram o lote nos assentamentos e mesmo as que estavam situadas em outras comunidades rurais do município não foram incluídas em políticas públicas que as auxiliassem a investir ou iniciar a produção em seu lote. Mesmo assim, é perceptível que o retorno dessas pessoas para o campo seja ocasionado por não conseguirem um emprego formal na zona urbana ou pela demanda por uma vida mais “tranquila” na zona rural. Isso é importante para o desenvolvimento econômico da agricultura familiar no município, pois a população presente no campo está envelhecendo, com o tempo, não terá condições de seguir com o trabalho e precisará de mão de obra ou sucessão da atividade.

A produção agrícola desenvolvida no assentamento é resultado de um trabalho coletivo familiar, onde todos têm uma função na prática, desde a produção, manejo, colheita até a venda. A comercialização dos excedentes ocorre na feira livre e alguns participam do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), entregando esses produtos para as escolas do município. Aqueles agricultores que não conseguem uma produção em maior escala às vezes comercializam na própria comunidade e utilizam o restante da produção para consumo próprio.

Porém, ressalta-se que a agricultura, como ponto chave para manutenção de pessoas no campo, passa por vários transtornos, como a falta de investimento por parte do Estado em políticas públicas e oportunidades para que eles possam expandir a produção, bem como um cuidado maior por parte de quem usufrui da terra para plantios extensos.

De acordo Brauner e Graff (2015), há uma contradição na atividade agrícola. Por um lado, existe a agricultura familiar, que beneficia uma escala menor da população. Por outro, uma agricultura de grandes produções, que acaba deixando rastros de relações injustas e negativas com o meio ambiente. Nesse sentido, faz-se necessário utilizar a produção agrícola de forma a garantir a segurança alimentar, além da preservação ambiental com técnicas voltadas para a agroecologia e políticas de incentivo aos pequenos agricultores.

4 METODOLOGIA

Essa pesquisa é predominantemente qualitativa, pois a pesquisa qualitativa traz à realidade significados, questões que não precisam ser quantificadas em números ou estatísticas. Ela dá sentido ao objeto, respondendo a uma pergunta e dando direcionamento ao trabalho, “ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (Minayo, 2002, p. 21-22).

Esse tipo de pesquisa procura mostrar mais as relações humanas e suas ações, podendo ser realizada tanto individualmente quanto em grupo, buscando absorver informações ou dados específicos e detalhados para além do que já se tem inicialmente (Bauer; Gaskell, 2008). Para tanto, é importante o diálogo de referências que sejam relevantes ao tema proposto.

A parte inicial da pesquisa foi delimitada por estudo bibliográfico de autores que dialogam com o tema através de artigos, livros, revistas, teses, dissertações e anais científicos, buscando discutir conceitos e teorias e aprofundando sobre o objeto de pesquisa. O estudo é de cunho exploratório, tendo como objetivo proporcionar um aperfeiçoamento ao problema de pesquisa, fornecendo uma fundamentação teórica, dando base para escrita do trabalho (Gil, 2017). Dessa forma, foram discutidos, como principais conceitos: a agricultura familiar, a Segurança Alimentar e a produção para autoconsumo.

A revisão de literatura é uma das etapas mais importantes da pesquisa acadêmica. Ela ajuda a entender as discussões acerca do tema, bem como ver as possíveis falhas e lacunas que surgiram e que não foram respondidas. “Quando bem elaborada, a revisão de literatura não apenas documenta o estudo da arte em relação ao tópico que está sendo pesquisado, mas analisa criticamente as informações coletadas, identificando limitações das teorias e das pesquisas já realizadas” (Gil, 2019, p. 73.). Então, é importante realizar a pesquisa em diferentes fontes, permitindo uma melhor interpretação e comparação com as teorias. No entanto, o pesquisador deve atentar-se também para a pesquisa de campo, que seguida da revisão de literatura, é fundamental para dar clareza ao objeto de estudo.

A pesquisa de campo deste trabalho foi realizada com agricultores familiares do Assentamento Campo Novo, município de Jequitinhonha, Minas Gerais, os quais utilizam-se da produção para alimentação e para auferir renda. É esse momento que propicia uma relação de busca de conhecimento através de pessoas, da vivência e da comunidade, objetivando colher informações e dados para responder e discutir a questão problema do trabalho. Para Brandão, o trabalho de campo:

[...] é uma vivência, ou seja, um estabelecimento de uma relação produtora de conhecimento, que diferentes categorias de pessoas fazem, realizam, por exemplo, antropólogo, educador e pessoas moradoras de uma comunidade rural, lavradoras, mulheres lavradoras, pequenos artesãos, professoras das escolas e assim por diante (Brandão, 2007, p. 12).

Nesse sentido, é importante refletir sobre a entrada do pesquisador na comunidade, pois a mesma impacta no fornecimento de informações e andamento da atividade. A entrada deve ser cautelosa, não buscando ir diretamente ao sujeito e comunidade a ser pesquisada, devendo o pesquisador passar um tempo conhecendo a localidade, seus costumes e se dispondo de uma coleta de dados inicial. Essas atitudes fazem com que as pessoas tenham confiança e não se sintam apossadas. A partir daí, pode-se seguir os próximos passos, explicando e participando dos processos vivenciados pela comunidade (Brandão, 2007).

Então, fez-se a aplicação de um pré-teste com o objetivo de verificar a eficiência do questionário e suas possíveis falhas. “Ele [...] refere-se ao teste inicial de um ou mais aspectos do desenho do estudo” (Babbie, 2003, p. 303). Nesse sentido, Gil (2017) mostra que o pré-teste não pode trazer nenhum resultado dos objetivos. Ele tem a função apenas de avaliar e garantir que o trabalho consiga, de fato, ser executado. Assim, é imprescindível verificar sobre os seguintes aspectos no pré-teste: “clareza e precisão dos termos; quantidade de perguntas; forma das perguntas; ordem das perguntas; e introdução” (Gil, 2017, p. 80). Ao aplicar esse pré-teste, o pesquisador deve ficar atento a várias situações, desde a quantidade de questões até o comportamento dos entrevistados ao respondê-las.

A partir disso, foram realizadas entrevistas individuais com assentados do Projeto de Assentamento Campo Novo. O questionário foi elaborado com base nas questões feitas por Barbosa (2020), que foram aplicadas para agricultores no município de Medina. As questões buscam agregar mais informações e fornecer novos dados à pesquisa. Porém, é necessário atenção ao elaborar as questões para aplicação, devendo o pesquisador ter em mãos um tópico guia e utilizar-se de linguagem simples e familiar ao pesquisado. O pesquisador não deve ficar preso ao questionário, pois algumas perguntas podem variar de acordo com a necessidade e as respostas dos entrevistados, devendo tomar cuidado para não induzi-lo às respostas. Então, a seleção dos entrevistados com um número variável de pessoas possibilita diferentes visões, realidades e opiniões sobre o assunto (Bauer; Gaskell, 2008).

Os questionários foram aplicados para todas as 57 famílias assentadas, o que corresponde ao universo total da pesquisa. Esse procedimento na pesquisa é utilizada por grande parte dos pesquisadores para obter dados a partir de uma parte que represente todo um conjunto,

mas que é realizada de forma a fazer análises a obter dados de qualidade para um bom resultado. “Ela designa exclusivamente o resultado de um procedimento visando extrair uma boa parte de um todo bem determinado [...], designa o resultado de qualquer operação visando constituir o *corpus* empírico de uma pesquisa” (Pires, 2008, p. 154).

No entanto, foi elaborado ainda um roteiro e aplicado para um grupo focal de cinco agricultores moradores do assentamento rural, dos quais: três eram ex-presidentes da associação local, o atual presidente e um agricultor que se tornou referência na produção de alimentos. Esses entrevistados são considerados como referências e detectores de conhecimento sobre o contexto histórico do assentamento e sobre sua realidade produtiva. A escolha desse grupo também se deu pelo fato de as entrevistas em questionários abertos terem informações relevantes sobre a realidade local para a pesquisa. Assim, foi possível conseguir os dados de forma que “o entrevistado fale longamente, e se expanda em aspectos de sua vida e ser sincero, o entrevistador deve deixar o entrevistado à vontade e estabelecer uma relação de confiança e segurança, o que se costuma chamar de *rapport*” (Bauer; Gaskell, 2008, p. 74).

Vale enfatizar que foi realizado um tempo de vivência durante o mês de setembro de 2023, para conhecer a realidade das famílias, através da observação *in loco* da realidade e do contexto. De acordo com Brandão (2007), a vivência é parte fundamental na obtenção de dados para a pesquisa, inclusive porque em alguns momentos torna-se necessário saber ouvir e observar mais do que perguntar. Porém, tem-se a consciência da importância de se anotar todos os detalhes para que os dados sejam mais concretos, observando as relações entre os indivíduos. Essas anotações permitem ao pesquisador uma maior percepção e entendimento sobre certas relações e organizações e, ao mesmo tempo, trazem respostas às questões que induziram a pesquisa.

Para realizar as entrevistas, o pesquisador deve ter muito cuidado, pois ele irá passar grande parte do seu tempo analisando e relembando os ambientes nos quais as entrevistas foram realizadas. Então, quanto maior o número de entrevistas, maior será seu tempo e dedicação de análise (Bauer; Gaskell, 2008).

Portanto, nesta pesquisa, para medir o nível de Segurança Alimentar e Nutricional das famílias, utilizou-se a Escala Brasileira de Medida de Insegurança Alimentar (Ebia), cujo questionário continha 14 questões que permitiam avaliar e classificar os níveis segundo pontos de recortes.

Ao concluir a pesquisa de campo, a análise dos dados obtidos deu-se por meio de análise de conteúdo. Para isso, os materiais coletados foram organizados para uma pré-análise e

selecionados, verificando quais e em que ordem eles poderiam ser sistematizados. Isso permitiu uma leitura mais profunda sobre o material, com mais atenção, pois “quanto maior for a familiaridade que o pesquisador tenha em relação àquilo que ele está pesquisando, maior poderá ser sua ilusão de que os resultados sejam óbvios numa primeira visão” (Minayo, 2002, p. 69). O que pode conduzir a resultados imprecisos e equivocados sobre a pesquisa.

Sendo assim, a análise de conteúdo permite “[...] encontrar respostas para as questões formuladas e também possibilita confirmar ou não as afirmações estabelecidas antes do trabalho de investigação [além de] [...] descobrir o que está por trás dos conteúdos manifestos, indo além das aparências do que está sendo comunicado” (Minayo, 2002, p. 74). Para isso, é necessário estruturar e organizar o trabalho, de modo que, além de uma boa leitura, se realize uma exploração do material e um tratamento dos resultados. Essa etapa torna-se, então, primordial para conclusão da pesquisa.

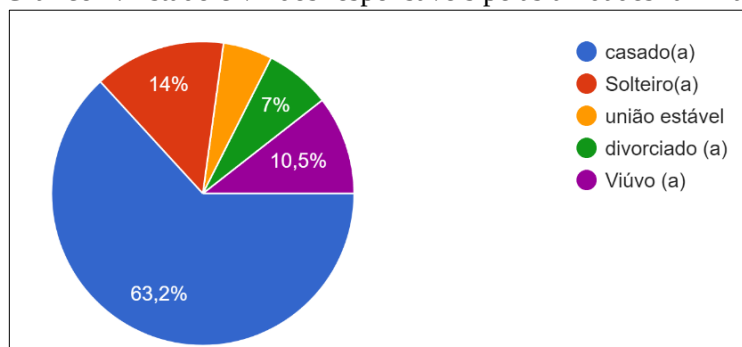
5 PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO ASSENTAMENTO CAMPO NOVO

Os moradores do assentamento são agricultores familiares e a maioria deles reside nesse espaço desde o início das divisões dos lotes. Este capítulo apresenta os dados coletados durante a pesquisa de campo, na qual utilizaram-se métodos de entrevistas individuais com questionários estruturados e entrevistas com um roteiro de pesquisa aplicado para um grupo de líderes dos agricultores.

5.1 Perfil socioeconômico dos agricultores assentados

O assentamento é composto por 57 famílias assentadas, e em cada unidade familiar tem um integrante cujo título provisório da terra lhe pertence. Mesmo que o direito também seja resguardado ao cônjuge, a maioria dos proprietários de título é homem. No entanto, ao entregar os títulos no ano de 2022, o Incra definiu que no lote onde houvesse casal, o título teria a mulher como primeira titular e o homem como segundo. O Gráfico 1 mostra o estado civil dos entrevistados, 63,2% da população investigada são casados, ou seja, a maioria das famílias em cada unidade é casado. Em seguida tem-se um grupo de 14% de solteiros(as), 10,5% de viúvos, 7% de divorciados e 5,3% da população total estão em união estável.

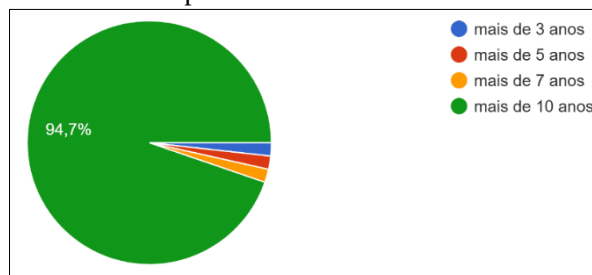
Gráfico 1: Estado civil dos responsáveis pelas unidades familiares



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Desses agricultores, 94,7 % residiam há mais de 10 anos no lote, ou seja, 54 assentados estão desde o início da fundação do assentamento. O restante seguiu um patamar distribuído igualmente entre três pessoas que representa 1,77% que residia há mais de sete anos, 1,77 % que residia há mais de cinco anos e 1,77 % que residia há mais de três anos, como apresenta o Gráfico 2.

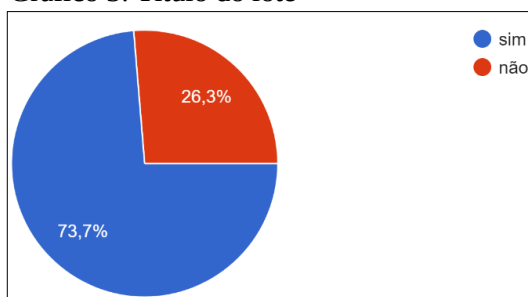
Gráfico 2: Tempo de residência no assentamento rural



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

O Gráfico 3 aponta que 73,7 % dos agricultores pesquisados têm o título do lote em seu nome, ou seja, 42 pessoas. O restante, que representa 26,3 % ou 15 pessoas, não têm o lote em seu nome. Desses, oito títulos estão em nome do(a) cônjuge, três do pai, dois do irmão e dois da mãe.

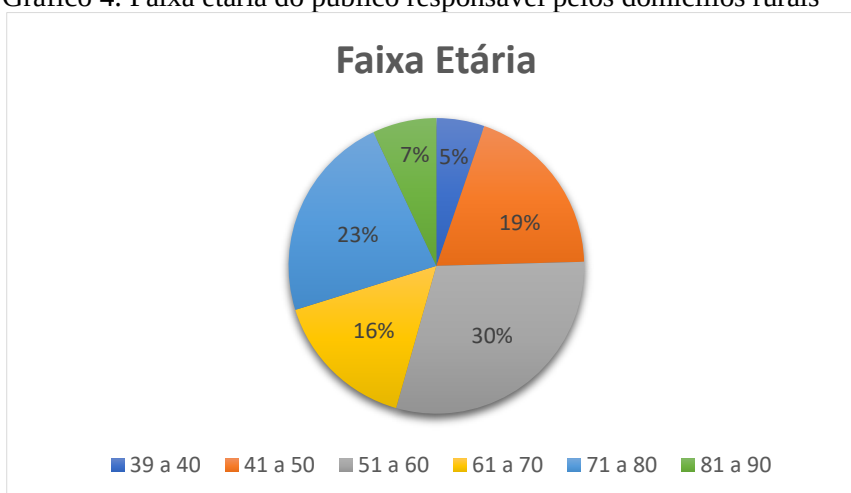
Gráfico 3: Título do lote



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

A faixa etária dos moradores do assentamento rural variou muito, mas a maioria (29,82% pessoas) tem entre 51 e 60 anos; seguidos de 22,80% das pessoas na faixa de 71 e 80; 19,29% na faixa de 41 a 50; 15,79% na faixa de 61 a 70 anos; 7% na faixa de 81 a 90 e 5,26% na faixa de 39 a 40 anos, conforme apresenta o Gráfico 4. Percebe-se um grande percentual de idosos nas residências entrevistadas e os mesmos se consideravam responsáveis pela família.

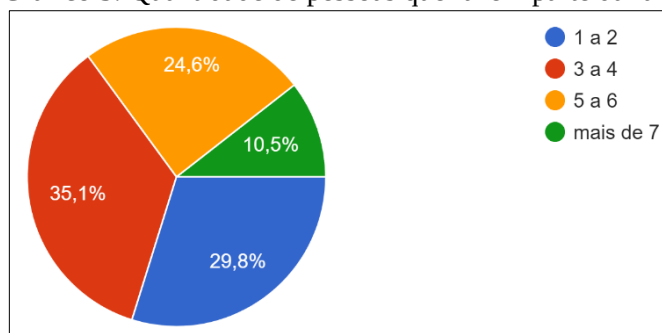
Gráfico 4: Faixa etária do público responsável pelos domicílios rurais



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

As famílias, em sua maioria, são compostas por três a quatro membros. No entanto, 51 entrevistados contabilizaram apenas os que estavam residentes na casa como parte da família, seis contabilizaram filhos que moram na cidade como parte e que sempre vão para o lote visitá-los. Segundo eles, os que estavam na cidade ou em outros lugares têm suas próprias famílias. Ou seja, 35,1% dos entrevistados disseram que sua composição familiar é apenas de três a quatro membros, sendo em sua maioria adultos. A segunda maior composição é de 29,8 %, que tem de uma a duas pessoas no domicílio, em sua maioria casais já idosos e aposentados, seguida também de outra composição que corresponde a 24,6% que são famílias de cinco a seis pessoas, compostas de um casal e filhos. Ainda 10,5 % dos entrevistados afirmaram que possuem mais de sete membros no domicílio, entre eles foram contabilizados filhos que moram em outras localidades como parte da família.

Gráfico 5: Quantidade de pessoas que fazem parte da família



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

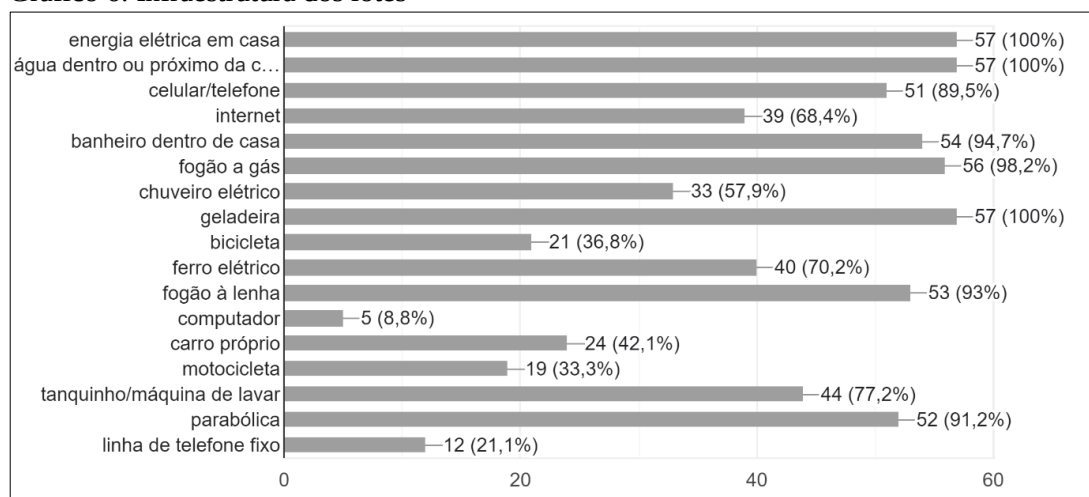
5.2 Domicílio e acessibilidade

Após a divisão e medição das áreas por engenheiros, o Incra elaborou um projeto cujo recurso seria para a construção das casas, já que as pessoas se instalaram em casas antigas, baias de cavalos e galpões que se encontravam na fazenda. O projeto foi executado em 2002, ano em que foi repassado um valor de R\$2,5 mil por família, o que possibilitou a compra dos materiais para a construção das casas, mas sem banheiros e sem finalização (rebocar e pintar). Para finalizar, seria feito um outro projeto, mas que até 2023 eles ainda não conseguiram acessar.

As famílias se mobilizaram por conta própria e as que conseguiram se organizar financeiramente, fizeram o banheiro e finalizaram o reboco e pintura da casa. Porém, a maioria ainda aguarda na esperança de que o projeto seja elaborado e executado antes que, de fato, todos tenham o registro definitivo do lote em mãos, pois a partir daí, o Incra se desvincularia do assentamento e não haveria possibilidade de novos projetos.

Como a antiga fazenda já possuía ponto de energia elétrica, todos os assentados conseguiram instalar luz elétrica e ter energia dentro de casa. A água também tinha uma antiga rede, que foi ampliada e distribuída para todos os moradores da comunidade, o que faz com que todos tenham água dentro ou próximo de casa, conforme Gráfico 6.

Gráfico 6: Infraestrutura dos lotes



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Nas residências, 89,5% das famílias possuem celulares ou telefones fixos. Na maioria das vezes, os celulares são utilizados por jovens e alguns adultos. Poucos idosos têm conhecimento para utilizá-lo e quando conseguem, apresentam dificuldades no manuseio e preferem deixar sempre na responsabilidade de algum parente próximo mais jovem. Porém, em

21,1% dos domicílios ainda são utilizados os telefones fixos, preferidos pelos idosos, por saberem manuseá-lo ao invés do celular.

Dessa forma, o acesso à internet se dá em 68,4% das residências através do aparelho celular, já 8,8% das residências têm computador para acessar, em que a internet vem de uma rede particular, com um pacote pago mensalmente.

Com relação aos meios de transporte, 42,1% das famílias possuem o carro para se locomover. O segundo meio de transporte mais utilizado é a motocicleta, usada por 33,3% das famílias. É interessante perceber que, por terem mais membros no domicílio, os moradores do assentamento preferem o carro para seu deslocamento, o que também auxilia no transporte de produtos para a feira livre. Enquanto a motocicleta é utilizada mais para se deslocarem para o serviço ou fazer pequenas cargas. A bicicleta é utilizada por 36,8% das famílias, na maioria das vezes dentro do próprio assentamento.

Em se tratando da avaliação da estrutura física das moradias, 43,9% das famílias avaliam como boa, pois segundo eles, está em um bom estado para residir. Outros 21,1 % avaliam como ótima, pois não teriam condições de conseguir outra moradia da forma que essa está, acreditam que devem agradecer pela mesma. Porém, 28,1% avalia as condições como razoável, que dá para residir e se organizar no lote sem precisar de auxílios.

Outra questão relatada diz respeito à rede de esgoto, pois não tem uma que atenda diretamente a todos os moradores. Então, os esgotos nos domicílios são destinados à fossa negra⁹, como apontam 9% das famílias, e 1,8% descarta em vala¹⁰. O lixo inorgânico é queimado por 96,5% dos entrevistados, queimam quando é plástico, papelão e/ou papel. Já 3,7% enterram o lixo e isso diz respeito principalmente aos vidros, pois pensam em ter um cuidado no descarte para que não haja nenhum dano a saúde humana.

O lixo orgânico (restos de animais e vegetais) é utilizado por 43,9% dos domicílios para fazer a compostagem/adubo, pois o restante dos domicílios 5,3% enterram e 19,3% jogam a céu aberto. No entanto, relataram que utilizam de uma outra destinação, que seria a alimentação de animais com os restos de alimentos, sendo relatado por 70,2% da população. Percebe-se que a maioria das pessoas que fazem a compostagem do lixo orgânico, também aproveita os restos de comida para alimentar animais como, por exemplo, porcos e galinhas.

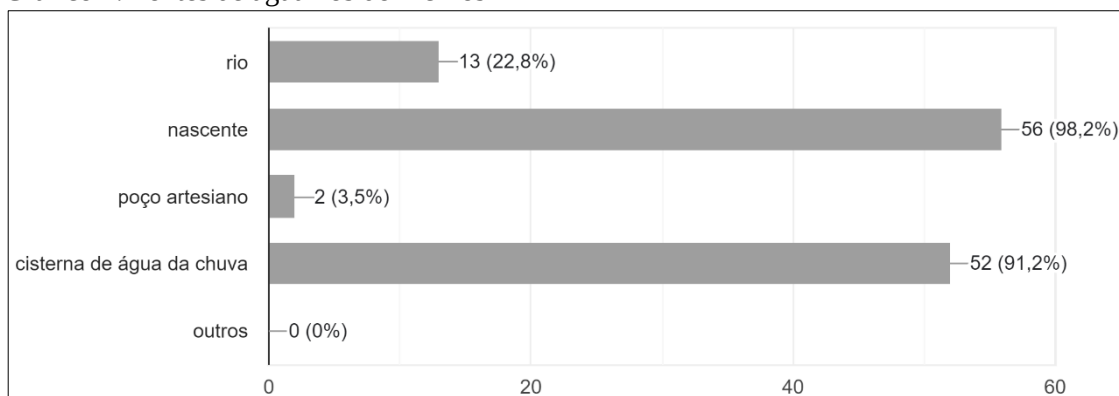
Nesse contexto, ao se tratar das fontes de água nos terrenos, pode-se dizer que são diversas. A principal é a nascente, que se localiza na extremidade, no alto do local em que se

⁹ Buraco escavado diretamente no solo e tampado com cimento.

¹⁰ Vala: local cavado a céu aberto para destinação de lixos oriundos de banheiros e atividades domésticas.

estabeleceu o assentamento rural. Ela é utilizada por 98,2% dos domicílios (Gráfico 7) e vem de uma rede, utilizada pelo antigo proprietário da fazenda para seu abastecimento. Quando a fazenda foi vendida, o Incra elaborou e executou um projeto de ampliação da rede com uma caixa central de 32 mil litros que distribui para mais oito caixas menores de 10 mil litros, as quais interligam em uma rede que atende um grupo determinado de moradores por caixa.

Gráfico 7: Fontes de água nos domicílios



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Em 2023 ocorreram alguns conflitos referentes a essa distribuição, pois, devido à pressão da água em lotes com relevo mais alto, algumas caixas são enchidas mais rapidamente que outras, deixando vários lotes desprovidos de água. Essa água é utilizada para fins domésticos, porém, aqueles que não conseguem outra fonte a utilizam também para dessedentar os animais e molhar pequenas plantações no quintal de casa. Ainda assim, 54,4% dos entrevistados classificam a qualidade dela como boa, e 36,8 % como ótima, justificando a cor (incolor), o sabor (não tem gosto) e o cheiro (sem cheiro indesejado).

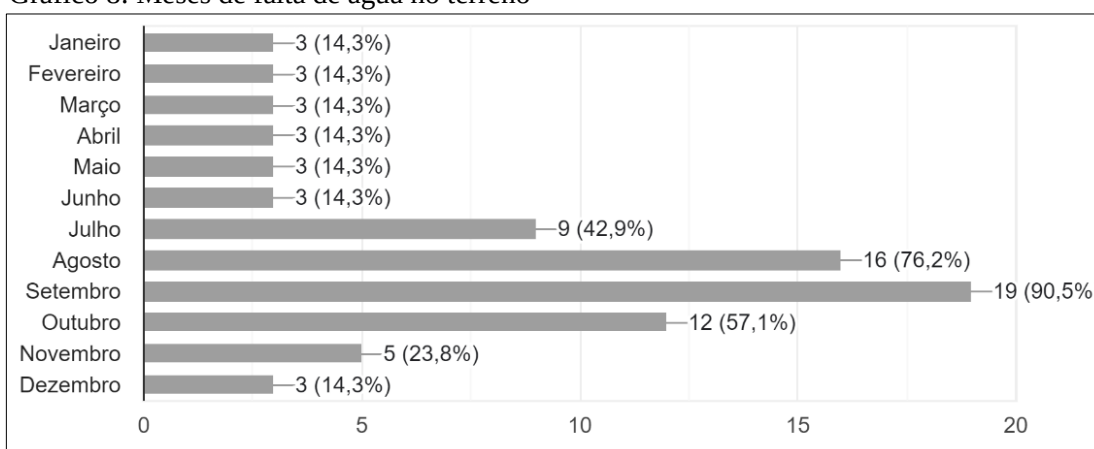
A segunda maior fonte de água presente em 91,2% dos domicílios é a cisterna de água da chuva, oriunda de um projeto da Cáritas Diocesana Baixo Jequitinhonha em parceria com a Articulação no Semiárido Mineiro (ASA). No entanto, a maioria das famílias relata que essa água não dá para usar por um período muito extenso, apenas de fevereiro até meados de junho. Quando utilizam a mesma, abastecem a caixa com água da nascente. Outros disseram ter a caixa, mas só utilizar algumas vezes, quando enche de água da chuva, e depois desse período não utilizam mais. A água é utilizada para dessedentar os animais e realizar algumas tarefas domésticas. Assim, 7% classificaram essa água como razoável para o consumo, segundo eles, muitas vezes, quando vem a primeira água da chuva e enche a caixa, ela desce suja e consequentemente armazena daquela forma, impossibilitando que as pessoas possam utilizá-la para matar a sede humana.

A terceira fonte de água utilizada por 22,8% dos domicílios é o rio Jequitinhonha, que perpassa pela extremidade norte do assentamento. Desse meio usufrui quem tem os lotes mais próximos dele, sendo um total de 29 assentados. No entanto, nem todos conseguem utilizá-lo, pois não dispõem de recursos financeiros para o pagamento da encanação e também não podem arcar com o custo mensal da energia elétrica. Ela é destinada para molhar a lavoura, hortaliças, frutíferas e dessedentar os animais. Aqueles que ainda fazem grandes plantios nas lavouras utilizam dessa água e fazem o plano noturno de energia¹¹. Ela é considerada ruim para o consumo por 1,8% dos estabelecimentos, pois, além de ser barrenta, ainda tem restos de minérios que percorrem o rio, sendo despejados por mineradoras em outros municípios que situam às margens ou próximos ao rio.

A última fonte de água disponível é o poço artesiano, utilizado somente por duas pessoas, se localiza dentro dos lotes delas e representa 3,5 % dos domicílios entrevistados, ela não é muito acessível devido ao alto custo para instalação. É considerada boa pelas duas unidades familiares entrevistadas, as quais fizeram um investimento individual e particular para instalar os equipamentos.

Nesse contexto, 61,4% dos estabelecimentos disseram não faltar água no terreno para uso doméstico, enquanto 38,6% disseram faltar água no terreno (Gráfico 8). Segundo 14,3% dos agricultores, falta água de dezembro a junho. Enquanto 23,8 % disseram faltar em novembro; 42,9% disseram faltar em julho; 57,1 %, em novembro; 76,2%, em agosto e 90,5 %, em setembro. Os meses que mais faltam água no terreno são os que chovem pouco, quando a estiagem é maior. Os que tem mais disponibilidade são os meses mais chuvosos.

Gráfico 8: Meses de falta de água no terreno



Fonte: Elaborado pelo autora (2023).

¹¹ Plano noturno é um plano que permite que o agricultor utilize da água durante a noite para molhar os plantios e dessa forma a conta de energia apresenta um valor reduzido.

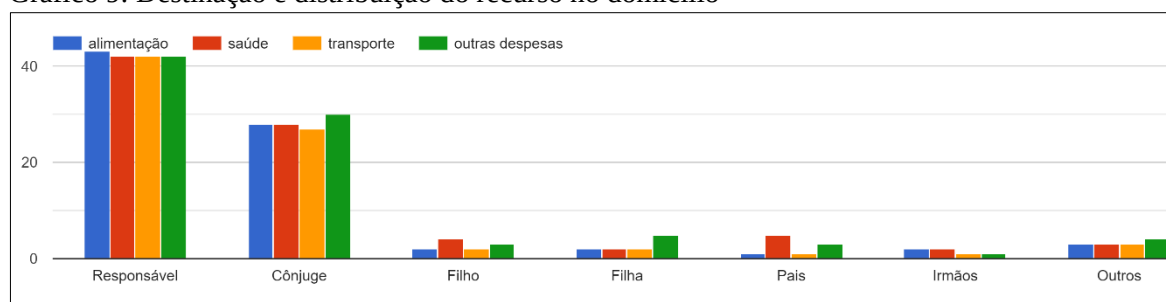
5.3 Acesso a serviços e benefícios

Os benefícios ou transferências do governo são fundamentais para auxiliar os agricultores no período de falta de alimento (Ribeiro *et al.*, 2014). Entre os entrevistados, 96,5% são beneficiários de programas do governo, entre eles o bolsa família e a aposentadoria rural. Apenas 3,5 %, que correspondem a duas famílias, não recebem nenhum benefício.

Com relação à aposentadoria rural, na maioria das vezes quem recebe é o responsável pelo lote, seu cônjuge ou seus pais. Já a bolsa família, grande parte daqueles que recebem é o responsável pelo lote, seu cônjuge, filhos e outros parentes, que no caso se considera nora ou genro. Do bolsa família observa-se que o número de mulheres que recebem é bem maior que o de homens, visto que na divisão do trabalho, a mulher fica por conta do quintal e da horta de casa, enquanto o homem fica mais propício a trabalhar fora do terreno do assentamento em busca de diárias, quando necessário.

Nesse contexto, os recursos presentes são utilizados pelos responsáveis para todas as esferas indicadas: alimentação, saúde, transporte e outras. Quando é o cônjuge que recebe, ele controla e gasta mais com outras despesas, já os estabelecimentos em que existem filhos doentes que são aposentados, o dinheiro é gasto com medicação, pois nem sempre conseguem pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Quando é a filha que recebe, o dinheiro é gasto em maior quantidade com outras despesas, já os pais gastam mais com saúde, enquanto os irmãos, quando recebem, gastam com todas as despesas. O outro grupo que se constitui com nora ou genro, ajuda em todas as despesas, porém o gasto com outras despesas é maior.

Gráfico 9: Destinação e distribuição do recurso no domicílio



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Quando precisam se deslocar para a cidade, para a feira livre ou mesmo dentro do assentamento, o transporte é um empecilho para alguns, enquanto que para outros já não faz diferença. Os meios de transporte variam entre carro próprio, utilizado por 42,9 %; a moto, utilizada por 29,8 % e a bicicleta, utilizada por 22, 8%. Nenhum agricultor faz uso do transporte

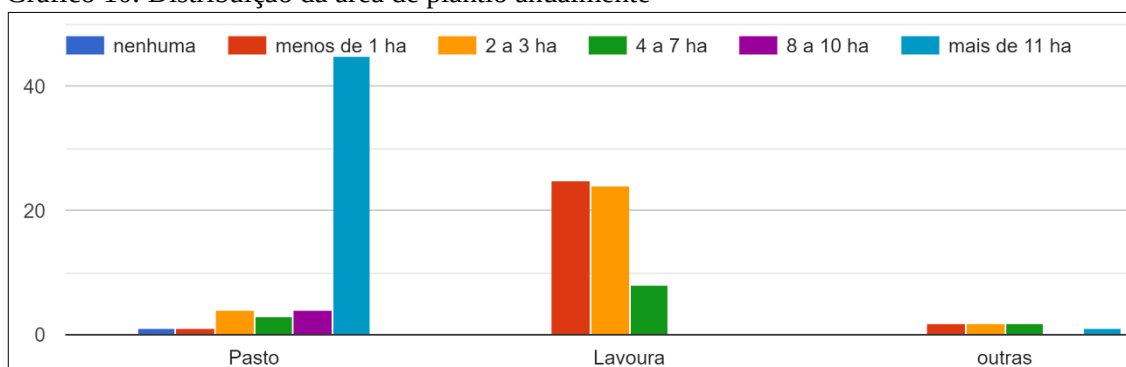
coletivo público, pois não existe a linha de transporte para leva-los até a cidade. Por isso, 70,2% faz uso do transporte coletivo privado, o qual passa na pista dentro do assentamento.

5.4 Produção de alimentos

O acesso à terra é o principal meio de proporcionar ao agricultor familiar a possibilidade de desenvolver suas atividades (Abramovay, 2000). Nesse sentido, todos os estabelecimentos relataram que o tamanho da terra que a família tem para trabalhar e viver é maior do que 16 hectares. Ou seja, tamanho propício para o desenvolvimento de atividades da agricultura familiar e garantia do sustento e trabalho. Nesse caso, 68,4 % fazem lavoura o ano todo, enquanto 31,6 % não fazem de forma constante.

Em se tratando da distribuição da área para plantio anual, percebe-se, de acordo com o Gráfico 10, que 41 famílias utilizam mais de 11 hectares para plantio de pasto, cinco famílias utilizam de oito a 10 hectares, quatro famílias utilizam de quatro a sete hectares, quatro famílias utilizam de dois a três hectares, uma família utiliza menos de um hectare, e uma pessoa não utiliza de nenhum hectare para as lavouras. No plantio de lavoura, sete famílias disseram ter de quatro a sete hectares; 24 famílias disseram utilizar de dois a três hectares e 26 famílias disseram ter menos de um hectare para o plantio de lavouras. Todos os entrevistados não utilizam de outras áreas além das citadas para plantar anualmente. Em relação a outras culturas plantadas no terreno, uma família disse utilizar de mais de 11 hectares; duas famílias, de quatro a sete hectares; duas pessoas de dois a três hectares e duas pessoas menos de um hectare.

Gráfico 10: Distribuição da área de plantio anualmente



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Ao produzir tanto na lavoura quanto horta e quintal, 96,5 % relataram utilizar esterco bovino como adubação no lote. Os domicílios que não criam os animais conseguem o esterco através de vizinhos que trabalham com a atividade de bovinos. Junto ao esterco, também

utilizam compostagem de restos de alimentos e frutas e, poucas vezes, o esterco de galinhas. Já o adubo químico é utilizado apenas por uma pessoa, o que representa 1,8 % dos entrevistados.

Todos utilizam o trabalho humano nas atividades. No entanto, 56, 1% disseram utilizar o trator para arar a terra, pois facilita o processo de produção e ajuda a ganhar tempo no serviço. O município tem um trator que atende somente aos assentamentos, bastando que os agricultores forneçam apenas o óleo para a execução da atividade na propriedade. A Associação dos Feirantes do Município de Jequitinhonha (Asferje) também conta com um trator e disponibiliza duas horas de trabalho em um período de seis meses para cada feirante associado, mas nem todos utilizam as horas completas. Através de emenda parlamentar, a Associação do Assentamento também conseguiu, em 2023, um trator para que os assentados contribuíssem apenas com o óleo.

Apenas 8,8% dos entrevistados utilizam calcário para auxiliar no processo de melhoramento e desenvolvimento da planta. Segundo 78,9% dos assentados, as sementes utilizadas na lavoura são crioulas ou de paiol (Figura 5). Ou seja, essas sementes advêm de plantios orgânicos e são guardados em recipientes pelos próprios agricultores. Já as sementes utilizadas nas hortaliças por 89,9% são compradas na cidade, pois segundo eles, muitas delas são dificultosas para colher, armazenar e consequentemente permanecer em bom estado para o plantio. Ressalta-se ainda que 49,1% utilizam animais de serviço para auxiliar nos trabalhos com cargas na produção.

Figura 5: Sementes crioulas de milho e feijão armazenadas por um morador



Fonte: Foto da autora (2023).

O beneficiamento dos produtos obtidos no lote não é realizado por todos os assentados, pois dependendo da produção, conforme relatado em entrevista, “não compensa ter equipamentos para trabalhar se o produto é pouco” (A. G. S.). Dessa forma, 9,1% dos entrevistados possui desintegrador; 3,6% animal de serviço e 45,5% utilizam de motor elétrico (Figura 6), o que conseqüentemente também precisa da energia elétrica para processar ração para os animais, principalmente a partir de milho e cana-de-açúcar. Assim, 35,1% apontaram a energia como principal gasto para produzir, pois para isso, é necessário utilizar de uma quantidade maior de água, necessitando de uma irrigação, mesmo que pequena, para suprir as necessidades da lavoura. Ainda 19,3% disseram que a mão de obra é o principal gasto para produzir e 12,3% disseram ser o trator utilizado na aragem. Dessa forma, 63,2% disseram que, mesmo não sendo um gasto em valor monetário, o que mais utilizam para a produção é a água.

Figura 6: Motor elétrico utilizado no beneficiamento de milho no lote de um assentado



Fonte: Foto da autora (2023).

Nas atividades agropecuárias, além de produzir lavouras e hortaliças, as famílias também criam animais, dentre eles: bovinos, criados por 49 famílias, sendo que 15,79% das famílias criam apenas para venda, 10,53% apenas para o consumo e 59,65% criam parte dos animais para consumo familiar e parte para a venda; galinhas, criadas por 50 famílias, sendo que 26,32% criam apenas para o consumo próprio e 61,4% para o consumo e para a venda; porcos (Figura 7), criados por 28 famílias, sendo que 12,28% criam apenas para o consumo familiar e 36,84% criam parte para o consumo familiar e parte para a venda; carneiros e ovelhas, criados por apenas 3,51% famílias, cuja destinação é parte para o consumo e parte para a venda; cabras e bodes, criados por 1,75% família, utilizando parte para o consumo familiar e parte da produção para venda; abelhas, criadas por duas famílias em que 1,75% cria apenas para o consumo familiar e 1,75% cria para o consumo e venda; e peixes, criados por três famílias, sendo que 1,75% cria apenas para o consumo familiar e 3,51% criam para o consumo e venda do excedente.

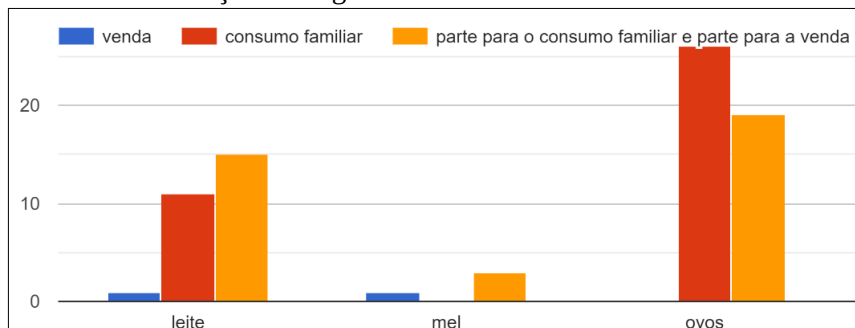
Figura 7: Pocilga no lote de um agricultor assentado



Fonte: Foto da autora (2023).

A partir desses animais criados pelas famílias, tem-se a produção de origem animal: leite, mel e ovos. O leite é produzido no lote de 28 famílias, sendo que dessas, a destinação de apenas 1,75% família é para venda, 21,05% famílias destinam apenas para o consumo familiar e 26,32% famílias utilizam parte da produção para o consumo familiar e parte para a venda. O mel, produzido em três lotes, 1,75% utiliza apenas para venda e 3,51% utilizam parte para o consumo familiar e outra parte da produção para venda. Os ovos são produzidos em 45 lotes, 45,61% utilizam apenas para o consumo familiar e 33,33% utilizam parte para o consumo e parte da produção para a venda (Gráfico 11).

Gráfico 11: Produção de origem animal



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Os agricultores ainda realizam o plantio de culturas temporárias no lote, muitas acompanhando o período chuvoso durante o ano. Dentre elas estão mandioca, milho, feijão,

café, cana-de-açúcar, abacate, banana, tomate, coco, batata-doce, cebola e melancia. A mandioca é produzida em 41 lotes, sendo que 22,81% famílias utilizam dela apenas para o consumo próprio, incluindo alimentação familiar e dos animais; e 49,12% famílias além de produzir para consumir, vendem o excedente na feira livre do município.

O milho é produzido por 49 famílias, sendo que 22,81% delas utilizam apenas para o consumo, incluindo alimentação dos animais e das famílias e 63,16% produzem tanto para o consumo familiar quanto para a venda. Como alimentação para os animais, o milho é processado em motores elétricos e com ele também é feita silagem para comercializar para fazendeiros da região. Na alimentação da família, utilizam mingau, angu e pamonha. É uma das culturas em que aqueles que produzem mais no assentamento comercializa o excedente em forma da silagem. No entanto, isso exige que o assentado tenha uma boa irrigação, o que gera também gastos.

O feijão é produzido em 44 lotes, sendo que 19,3% das famílias produzem apenas para o consumo próprio e 57,89% parte para consumo e parte para a venda. Utilizam da produção na alimentação diária, mas nem sempre conseguem uma safra suficiente, que dê para alimentar a família o ano todo, devido à falta de água. Então, compram na cidade para comer o restante do ano. Quem consegue plantar em outras épocas que não as chuvosas, molham com irrigação em uma área específica. Porém, quem utiliza apenas a água encanada da nascente não tem condições de irrigar o plantio, pois a quantidade é limitada, tendo como opção apenas a água do Rio Jequitinhonha.

O café é plantado por apenas uma família e em pequenas quantidades, somente para o consumo próprio. Já a cana de açúcar, por exemplo, é produzida por 32 famílias, e delas 21,05% utilizam da mesma para o próprio consumo e 35,09% utilizam de parte da produção para o consumo e parte para a venda. Para alimentação da família, extraem o caldo e para os animais, a cana é processada em motores, produzindo ração.

A produção de abacate é realizada por 38 famílias, em que 21,05% utilizam apenas para o próprio consumo e 45,61% consomem e vendem o excedente. Assim também é a produção de bananas, utilizada por 38 famílias, em que 22,81% fazem apenas para o consumo e 43,86% famílias para o consumo e para a venda. Já a produção de coco é realizada por 48 famílias, sendo que 28,07% plantam apenas para o consumo familiar e 56,14%, além de consumir, vendem parte dos produtos. Essas frutíferas exigem mais atenção com a irrigação no início do plantio, após crescidas, eles molham com menos frequência, por isso as mantêm no quintal.

O tomate é produzido por 38 famílias e em pouca quantidade, mesmo assim, 17,54% das famílias utilizam apenas para o consumo próprio e 49,12% das famílias consomem e vendem o excedente na feira livre. A cebola é da mesma forma, é produzida por 52 famílias, 29,82% apenas para o consumo e 61,4% consumo e venda do excedente. A maioria dos agricultores realiza o plantio dessas duas culturas para tê-las na alimentação diária da família.

A batata doce tem produção pequena nos lotes, sendo realizada por 29 famílias e dessas, 12,28% não vendem de forma alguma e 38,6% além de consumir, vendem parte da produção (Quadro 1). A maioria das famílias justifica não realizar o plantio dessa cultura devido à falta de água, assim como a produção de melancia, que é realizada por 25 famílias, sendo que 8,77% produzem em pequena quantidade e por isso não vendem de forma alguma e 35,09% disseram que parte da produção é para o consumo e parte para a venda. Já houve grandes plantios de melancia no assentamento, inclusive em sociedade, na área comunitária, entre dois agricultores os quais entregavam parte da produção para supermercados e mesmo em feiras em outros municípios. No entanto, devido a conflitos internos, tiveram que parar a produção.

Quadro 1: Produção e sua destinação por alimentos

Produto	Consumo %	Venda %	Consumo e Venda %	Não produzem %
Bovino	15,79	10,53	59,65	17,03
Galinhas	26,32	0	61,4	12,28
Porcos	12,28	0	36,84	50,88
Carneiros e ovelhas	0	0	3,51	96,49
Cabras e bodes	0	0	1,75	98,25
Abelhas	1,75	0	1,75	96,5
Peixes	1,75	0	3,51	94,74
Leite	21,05	1,75	26,32	49,12
Mel	0	1,75	3,51	94,74
Ovos	45,61	0	33,33	21,06
Mandioca	22,81	0	49,12	28,07
Milho	22,81	0	63,16	14,03
Feijão	19,3	0	57,89	22,9
Café	1,75	0	0	98,25
Cana de açúcar	21,05	0	35,09	43,86
Abacate	21,05	0	45,61	33,34
Bananas	22,81	0	43,86	33,33
Coco	28,07	0	56,14	15,79
Tomate	17,54	0	49,12	33,34
Cebola	29,82	0	61,4	8,78
Batata doce	12,28	0	38,6	49,12
Melancia	8,77	0	35,09	43,86

Fonte: Pesquisa de campo (2023).

As hortaliças são de grande relevância para a alimentação das famílias no assentamento, apenas 10,7 % não possuem horta no terreno, justificando pela escassez de água. Enquanto 89,3% fazem o plantio (Figura 8), seja utilizando de água da nascente (que é distribuída para fins de uso doméstico e para o consumo) ou do rio. Porém, entre esses que produzem, 24 % afirmam que a produção não é suficiente para atender às necessidades da família, tendo que buscar outros meios de obter o que falta, seja comprando com vizinhos ou na feira livre da cidade.

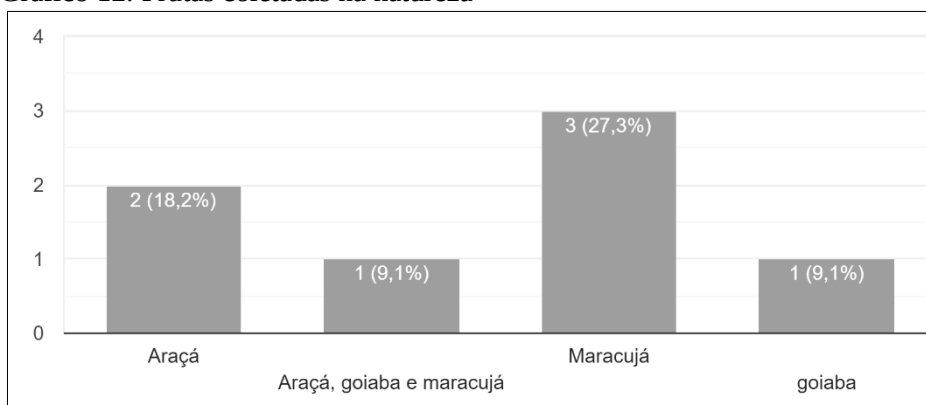
Figura 8: Horta no lote de um assentado



Fonte: Foto da autora (2023).

Todos consideram o quintal como o local destinado ao plantio de frutíferas e todos relataram ter quintal no lote. Porém, 28,1% disseram que a produção oriunda dele não é suficiente para atender às necessidades das famílias, tendo que comprar o que falta na feira livre ou no mercado da cidade. Dessa forma, 19,3 % dos assentados entrevistados costumam coletar frutas na natureza para complementar a alimentação, sendo: araçá, maracujá do mato e goiaba (Gráfico 12).

Gráfico 12: Frutas coletadas na natureza



Fonte: Pesquisa de campo (2023).

Os produtos oriundos de plantios de lavouras e de animais que são mais processados dentro dos terrenos são: farinha de mandioca, queijo, requeijão, pão, beijú de goma e biscoito. Alguns agricultores ainda comprem a goma para fazer o beiju e biscoito, porém de vizinhos ou conhecidos que eles têm confiança no processo produtivo. Esses produtos são destinados para a venda e também para o consumo familiar ou, às vezes, como é o caso do biscoito, só para o consumo familiar.

Os excedentes da produção são comercializados nas feiras livres que acontecem na cidade na quarta-feira e no sábado (Figura 9). Nas quartas-feiras as barracas são restritas, somente para agricultores familiares do município. No sábado fica aberto para outros produtores e de municípios circunvizinhos. No entanto, o transporte é um dos principais gargalos para que esses produtos cheguem até a feira. No Assentamento Campo Novo, a associação dispõe de um caminhão que fica encarregado de levar apenas os produtos nesses dois dias da semana. Assim, um assentado fica responsável por conduzi-lo, enquanto os outros colaboram com o combustível e buscam outros meios de transporte para chegar até a cidade.

Figura 9: Venda de produtos na feira livre

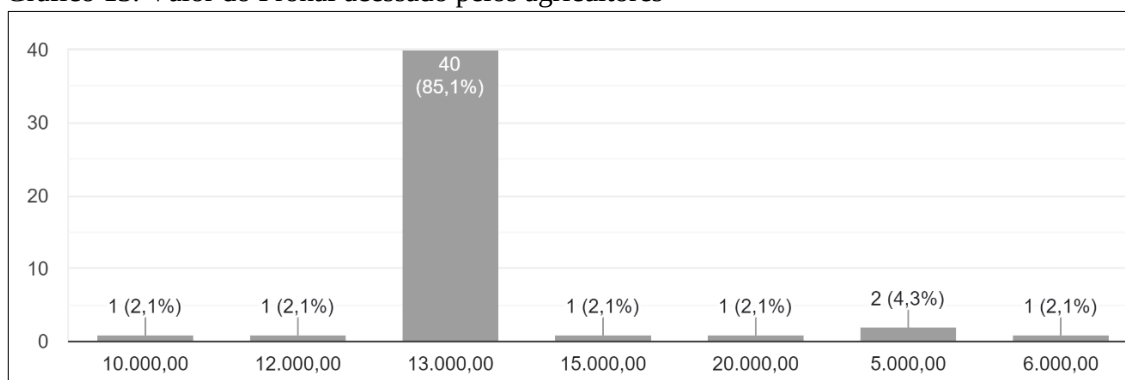


Fonte: Foto da autora (2023).

O PNAE assim como o PAA é pouco aderido pelos agricultores, nem todos conseguem organizar os documentos e ficar atento para fornecer alimentos para o programa. Então, foi um número pequeno que conseguiu entregar para as escolas públicas através do PNAE na alimentação escolar, sendo apenas 7% de assentados. Assim também o fornecimento de alimentos para as escolas do município através do PAA, apenas 7% de agricultores. Ou seja, nota-se que os programas são pouco acessados, principalmente devido às burocracias impostas pelos órgãos. Os agricultores têm demandas de alimentos que supririam as cotas exigidas nos editais, no entanto, faltam conhecimento e entendimento sobre a organização.

O Pronaf é um outro programa de extrema importância para o agricultor familiar, permitindo que o mesmo consiga expandir e melhorar sua produção. “Ele tem como objetivo geral proporcionar condições para aumentar a capacidade produtiva, geração de emprego e renda, de tal forma a melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares” (Mattei, 2007, p. 145). Então, uma das oportunidades que o agricultor teve ao iniciar sua moradia no lote enquanto assentado foi o acesso ao programa, realizado por 82,5% dos assentados, com um valor médio variando entre R\$5 mil e R\$13mil, sendo esse último o valor mais acessado por todos (Gráfico 13). Na maior parte das vezes, a destinação é para infraestrutura do lote como: compra de gado, construção de cerca, pastagem, bebedouro para animais e aquisição de caixas d’água.

Gráfico 13: Valor do Pronaf acessado pelos agricultores



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Sendo um trabalho de base familiar, o objetivo dessa agricultura é a utilização da mão de obra de pessoas do próprio domicílio. Dessa forma, apenas 42,1% utilizam de mão de obra externa, justificando a dificuldade em conseguir realizar toda a produção do terreno, principalmente por ser na maioria aposentados. Essa mão de obra é remunerada, então, quando não conseguem o dinheiro para pagar a diária, diminuem a produção e fazem o plantio de acordo com o que conseguem manejar.

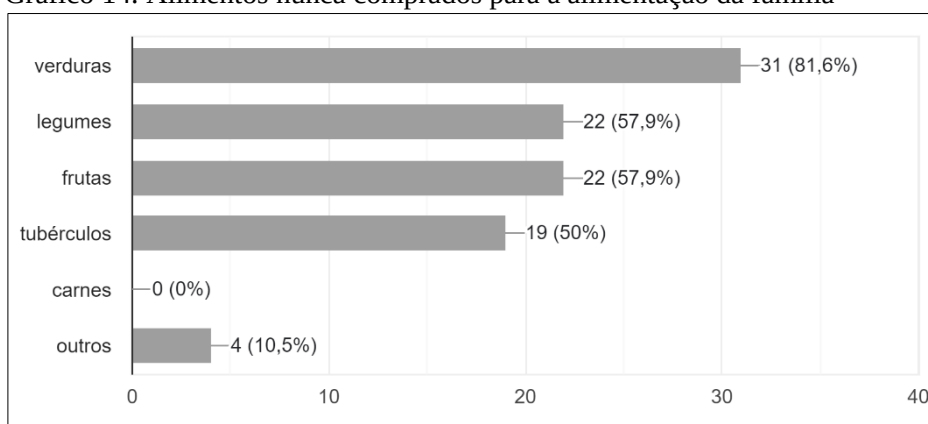
Então, a escolha de alguém responsável pela produção torna-se importante para organização das tarefas, de forma que tenha uma boa produção, mas com a participação dos outros integrantes da família. Dessa forma, 57,9% dos entrevistados têm um responsável pela produção e dentre as justificativas estão: “é o que aguenta mais trabalhar e é o cabeça da casa”; “é o que tem mais disponibilidade de tempo”; “tem mais saúde”; “é a única que tem disposição para tocar em frente e vender”; “os filhos por morarem próximos e acompanharem o dia a dia”; “só tem ele de homem e que aguenta trabalhar”; “tem mais conhecimento e, por trabalhar há 50 anos na feira, entende melhor da produção para não faltar alimentos para os clientes”; “é quem está mais presente na propriedade”; “é o único que mora na propriedade”; “tem mais dedicação na produção”; “já aprendeu a trabalhar e não gosta de jogar as pessoas na dificuldade”; “tem mais disposição”; “é o mais responsável pela produção para que a irmã fique por conta da casa”; “é o responsável pela organização da horta”; “a esposa trabalha na cidade e não tem tempo de ajudar na produção”; “é melhor na organização e planejamento da produção”; “para ficar fácil de dividir o serviço, pois ele fica na produção e a esposa na comercialização”; “tem mais disponibilidade de ir pra feira”; “entendem mais da agricultura”, “é o mais ativo para agilizar as coisas”; “tem mais disponibilidade na mão de obra”; e “é novo e tem disposição para trabalhar”. Porém, nas falas foi perceptível que a maioria dos responsáveis pela produção é homem, sendo uma das justificativas mais frequentes a mão de obra para o trabalho e o

conhecimento na atividade. São poucas as mulheres que se sujeitam a responsabilizar pela atividade, elas ficam mais na organização dos produtos para levar para a feira livre, cuidar da casa e algumas na comercialização.

A produção agrícola para autoconsumo é relevante. No entanto, para os agricultores, é difícil produzir e viver apenas com alimentos produzidos no próprio terreno. Devido às épocas de escassez de água, muitas famílias não conseguem produzir grande diversidade de alimentos e compram sempre na zona urbana. Mesmo assim, 31 famílias relataram nunca comprar verduras, porque produzem no lote; 22 famílias relataram nunca comprar legumes e frutas e 19 famílias nunca comprar tubérculos (Gráfico 14). O que produzem, mesmo em pequena quantidade, dá para alimentar a família e, muitas vezes, conseguem vender o excedente e comprar outros produtos.

Com uma produção variada, todos relataram sempre comprar carne bovina para a alimentação, pois nem todos fazem a criação dos animais, e quando fazem, não abatem no terreno. Já a carne suína, 28 famílias fazem a criação, e quando não abatem para o consumo, vendem para os vizinhos, mas não compram na cidade. Na criação de galinhas as famílias citaram que, à vezes, compram galinhas de “granjas” para o consumo, pois “as caipiras deixam para ocasiões especiais e fins de semana”. A carne de peixe só não é comprada por três famílias que fazem a criação com pequenos tanques no lote, mas ainda assim, vendem uma pequena quantidade para os vizinhos que quando não compram deles, compram na cidade.

Gráfico 14: Alimentos nunca comprados para a alimentação da família



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Para a compra dos alimentos, o recurso principal varia de origem dentro dos domicílios. Em 59,6% deles o recurso vem da aposentadoria rural, principalmente porque os responsáveis pelos lotes já são aposentados e sem força de trabalho suficiente para realizar grandes plantios. Em 57,9%, vem de atividades agropecuárias, tanto de criação de animais quanto de plantios em

lavouras e hortaliças, sendo um público ainda não aposentado e que consegue desenvolver uma produção em quantidade equivalente para o sustento da família na alimentação e venda do excedente. Em 24,6%, o recurso principal é do programa social bolsa família, mesmo realizando plantios no terreno e vendendo um pouco do excedente, o recurso ainda é pouco se comparado ao que recebem do programa. E 12,3% tem o recurso principal a partir de diárias fora do terreno, seja trabalhando em outra propriedade dentro do assentamento ou para fazendeiros no entorno. Em 0,5%, a renda principal vem de ocupação em trabalho na cidade: assalariado, autônomo ou diarista em serviços variados, não agrícolas. Em 1,8%, os recursos para compra de alimentos vêm de trabalho assalariado não agrícola dentro do próprio assentamento, sendo uma professora da escola municipal que atende aos estudantes filhos dos assentados.

Nesse sentido, mesmo algumas famílias não tendo a renda principal a partir de atividades agropecuárias, ainda plantam algumas culturas no decorrer do ano (Figura 10). Então, 61% das famílias apontaram o mês de maio como o de maior disponibilidade de alimentos, seguido dos meses de março (52,6%), abril (50,9%) e junho (56,1%). Já 42,1% relataram o mês de dezembro como um mês muito produtivo, seguido de janeiro (36,8%) e fevereiro (29,8%), pois segundo eles, após a chuva, conseguem uma produção maior. Porém, 36,8% relataram os meses de julho e agosto mais produtivo enquanto, 28,1% apontaram os meses de setembro, outubro e novembro, pois “mesmo sendo um período mais seco, através da irrigação, conseguem produzir mais e o comércio fica melhor na feira livre, aumentando o interesse e trabalhando para produzir mais” (M. P. S.).

Figura 10: Produção de maracujá



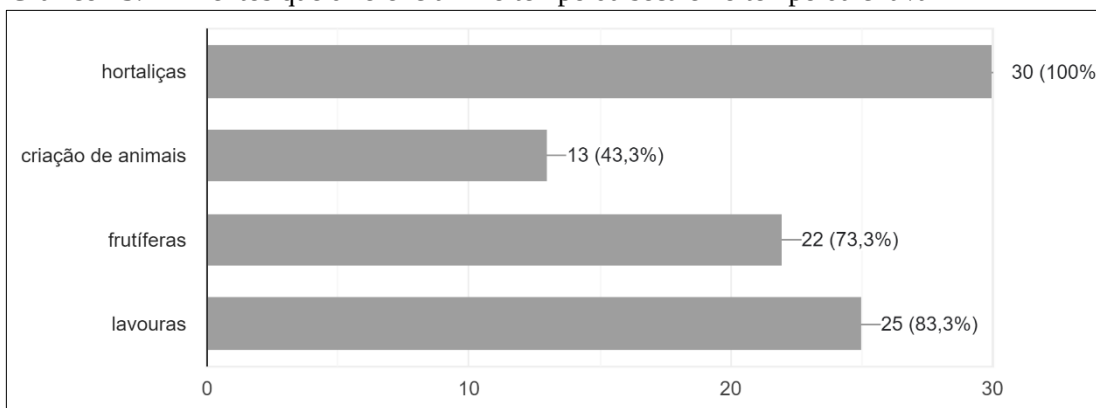
Fonte: Foto da autora (2023).

No entanto, como aponta 73,2% dos agricultores, ainda faltam alimentos em algumas épocas do ano, sendo os meses de agosto, setembro e outubro os de maior escassez de alimentos. Porém, 38,1% apontaram o mês de dezembro como um mês de escassez, seguido de janeiro e fevereiro, pois segundo eles, são meses em que estão realizando plantios e os alimentos ainda não estão disponíveis para o consumo. Além disso, estão vindo de um período extenso de seca, sem produzir alimento, e precisam esperar mais um pouco de chuvas até os alimentos estarem prontos para o consumo. Mesmo assim, 7,1% relataram os meses de abril, maio e junho como faltosos de alimentos, pois como eles não tem condições físicas para o trabalho e muitas vezes não conseguem alguém para ajudar, apesar das chuvas, não conseguem realizar o plantio e consequentemente obter os produtos. Apenas 28,6% dos entrevistados relataram ser o mês de julho aquele que não tem disponibilidade de alimentos, seguido pelos três meses posteriores. A maioria espera o período chuvoso para realizar plantios nas lavouras, quem consegue uma boa irrigação no terreno, produz o ano todo, principalmente a cultura do milho.

Nesses períodos sem conseguir produzir, 80,7% compram o que falta de alimentos na cidade; enquanto 7% relataram que consegue alimentos através de programas sociais e 19,3%, não tem dificuldade, conseguindo passar esse período de forma tranquila. Nenhum agricultor relatou precisar de ajuda de parentes para conseguir alimentos, apesar de não produzir, conseguem recursos financeiros com diárias fora do terreno ou outras estratégias para obtê-lo.

Nesse contexto, 47,4% relataram que a alimentação não muda no tempo da seca e no tempo das águas (período chuvoso), enquanto 52,6 % disseram mudar. Desses, 100% apontaram que as hortaliças estão entre os alimentos que diferenciam, 83,3 % destacaram as lavouras, 73,3% as frutíferas e 43,3% a criação de animais (Gráfico 15).

Gráfico 15: Alimentos que diferenciam no tempo da seca e no tempo da chuva



Fonte: Pesquisa de campo (2023).

5.5 Segurança Alimentar e Nutricional no Assentamento Campo Novo

A alimentação é o principal meio de sobreviver, sendo uma das maiores preocupações nos domicílios, pois muitos ainda se encontram em Insegurança Alimentar. “Pode-se dizer que um domicílio está em situação de Segurança Alimentar se todas as pessoas deste domicílio têm, permanentemente, acesso a alimentos suficientes para uma vida ativa e saudável” (Hoffmann, 2008, p. 50).

Para medir o nível de Segurança Alimentar e Nutricional no assentamento, foram entrevistadas as 57 famílias, utilizando a Escala Brasileira de Medida de Insegurança Alimentar (Ebia), a partir de um questionário com 14 perguntas relativas à sua percepção sobre a situação alimentar vivenciada nos últimos três meses (Quadro 2). Dessas perguntas, sete são para moradores menores de 18 anos.

A Ebia foi criada a partir da escala utilizada nos Estados Unidos, cujo objetivo era verificar a Insegurança Alimentar e Nutricional através de um questionário com 18 itens, identificando em quatro níveis: Segurança Alimentar no Domicílio, Insegurança Alimentar (IA leve), Insegurança Alimentar entre Adultos da Família (IA moderada) e Insegurança Alimentar entre Crianças (IA severa).

Um grupo de pesquisadores brasileiros realizou um estudo de validação da escala americana, concluindo que a mesma era é um instrumento de alta validade para diagnosticar também a Insegurança Alimentar no Brasil. Porém, para isso, foram precisas algumas atualizações como a diminuição do número de itens no questionário para 14, sendo mais voltadas para a realidade nutricional do país (Sardinha, 2014; Tavares, Lima, 2021).

A partir dessa escala, foi possível desenvolver várias pesquisas e estudos em áreas urbanas e rurais. Isso possibilitou um panorama sobre a realidade da Segurança Alimentar e Nutricional nos domicílios brasileiros, sendo essencial para a execução e o planejamento de programas e políticas que atendam a essas pessoas, bem como a avaliação de suas situações alimentares.

Quadro 2: Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) das famílias do Assentamento Campo Novo

Questão	Durante os últimos três meses	N	%
	Direcionadas aos maiores de 18 anos		
1	Os moradores deste domicílio tiveram preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais comida?	20	35,1%
2	Os alimentos acabaram antes que os moradores deste domicílio tivessem dinheiro para comprar mais comida?	16	28,1%
3	Os moradores deste domicílio ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?	17	29,8%
4	Os moradores deste domicílio comeram apenas alguns alimentos que ainda tinham porque o dinheiro acabou?	16	28,1%
5	Algum morador de 18 anos ou mais de idade deixou de fazer uma refeição porque não havia dinheiro para comprar comida?	5	8,8%
6	Algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez comeu menos do que devia porque não havia dinheiro para comprar comida?	5	8,8%
7	Algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez sentiu fome, mas não comeu, porque não havia dinheiro para comprar comida?	2	3,5%
8	Algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou um dia inteiro sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida?	1	1,8%
Específicas para menores de 18 anos			
9	Algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez, deixou de ter uma alimentação saudável e variada porque não havia dinheiro para comprar comida?	5	8,8%
10	Algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez, não comeu quantidade suficiente de comida porque não havia dinheiro para comprar comida?	0	0
11	Alguma vez, foi diminuída a quantidade de alimentos das refeições de algum morador com menos de 18 anos de idade, porque não havia dinheiro para comprar comida?	1	1,8%
12	Alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade deixou de fazer alguma refeição, porque não havia dinheiro para comprar comida?	0	0
13	Algum morador com menos de 18 anos de idade, sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida?	0	0
14	Alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou sem comer por um dia inteiro porque não havia dinheiro para comprar comida?	0	0

Fonte: Adaptado de Sardinha (2014).

Dessa forma, para categorizar o nível de Insegurança Alimentar e Nutricional nos domicílios do assentamento, foi usada a pontuação conforme Tabela 1. Todos os domicílios com menores de 18 anos que responderem todas as questões negativamente, ou seja, não marcar nenhuma, estão em Segurança Alimentar. Se responderem de uma a cinco questões positivas, estão em situação de Insegurança Alimentar leve; de seis a nove respostas positivas, estão em situação de Insegurança Alimentar moderada; já um total de 10 a 14 respostas positivas, estão em situação de Insegurança Alimentar grave.

Para os domicílios sem menores de 18 anos, o cálculo seguiu uma sequência parecida. Os domicílios que marcaram todas as questões negativas, estão em Segurança Alimentar. Aquele que respondeu de uma a três questões positivas está em situação de Insegurança Alimentar leve. De quatro a cinco questões positivas, situação de Insegurança Alimentar moderada. E os domicílios que responderem de seis a oito questões positivas, estão em situação de Insegurança Alimentar grave.

Tabela 1: Pontos de corte segundo o nível de Segurança/Insegurança Alimentar

Classificação	Domicílio com menores de 18 anos	Domicílio sem menores de 18 anos
S. A	0	0
I.A Leve	1-5	1-3
I.A Moderada	6-9	4-5
I.A Grave	10-14	6-8

Fonte: Sardinha (2014).

Nota: *SA: Segurança Alimentar; IAL: Insegurança Alimentar Leve; IAM: Insegurança Alimentar Moderada; IAG: Insegurança Grave.

Então, dos 57 domicílios entrevistados, 38% possuíam moradores menores de 18 anos, sendo filhos ou netos dos assentados conforme Tabela 2. Desses, 59% responderam todas as questões como negativas, ou seja, estão em situação de Segurança Alimentar. Fator relevante, já que apenas 22% das famílias desse grupo possuem algum aposentado residindo no domicílio, enquanto as outras famílias vivem do trabalho na agricultura familiar e outras de atividades não agrícolas como professora no período matutino na escola de educação infantil do assentamento e secretário também no período matutino em escritório de advocacia na cidade.

Tabela 2: Resultado de Segurança Alimentar por meio da Ebia no assentamento Campo Novo

Domicílio com menores de 18 anos			
SA	IAL	IAM	IAG
13	8	0	1
Domicílio sem menores de 18 anos			
SA	IAL	IAM	IAG
21	7	7	0

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Ainda assim, 36% das famílias marcaram um quantitativo de um a oito pontos, mostrando que estão em situação de Insegurança Alimentar leve, em que a maioria marcou as quatro primeiras questões e uma família marcou somente uma questão. Mesmo assim, dessas, três famílias possuem um aposentado residindo no domicílio, porém, o recurso é para gastos pessoais com ele, pois o recurso financeiro da aposentadoria normalmente é consumido com medicamentos.

A questão respondida em consenso por todos moradores do domicílio é que há sim preocupação de que os alimentos acabem antes de poderem comprar ou receber mais comida, pois com a instabilidade do clima, nem sempre produzem o suficiente para alimentarem-se ou venderem na feira e comprarem outros, sendo que a principal renda desses vem de atividades agrícolas.

No entanto, ressalta-se que nenhum desses domicílios onde as entrevistas foram realizadas ficaram sem uma refeição ao dia ou sem alimentos para a família, pois como questionado na pergunta dois do Quadro 2 e respondido pela maioria, quando os alimentos acabam antes de eles terem o dinheiro para comprar mais comida, eles vão até mercearias ou pegam com vizinhos até conseguirem pagar as dívidas. Existem vários mercados na cidade em que os proprietários conhecem essas famílias e vendem dessa forma. E mesmo assim, quando o dinheiro acaba, vão remediando com os alimentos que ainda têm na despensa.

Apesar disso, um domicílio fez pontuação total entre 10 e 14 pontos, apontando que está em situação de Insegurança Alimentar grave. Mesmo na residência tendo um aposentado, o benefício é recebido com desconto de empréstimos e chega em mãos o suficiente para medicação e compra de poucas coisas. A alimentação é mantida com alguns produtos da lavoura e compra de outros alimentos na cidade através do benefício do bolsa família.

Nesse sentido, os moradores da casa dão prioridade para a alimentação da criança, buscando formas de adaptar o que tem para que a criança não fique sem nenhuma refeição ao

dia. E mesmo vários estudos apontando o cuidado da alimentação relacionado à questão de gênero, nesse domicílio não tem presença física de uma mulher, ficando a mesma sob responsabilidade dos homens presentes, os quais têm que realizar as atividades na produção agrícola e preparar os alimentos. Como aponta Freitas:

Por força das ideologias de gênero que se realizam na organização doméstico-familiar, geralmente aos homens, como chefes do grupo doméstico e seus principais provedores, são destinadas cotas mais generosas da parca alimentação. Cabe às mulheres a menor ou mesmo o que sobra da alimentação dos filhos. São essas e outras as razões que tornam os índices de mortalidade materna e infantil elevados no Brasil (Freitas, 2003, p. 23).

Dessa forma, a falta de alimentos nesse domicílio se dá principalmente porque, dos três indivíduos que lá residem, um é criança, menor de 10 anos, um é idoso e um é adulto. O último fica responsável por realizar todas as atividades domésticas, cuidar do filho, do idoso e não consegue dedicar tempo para trabalhar na produção ou mesmo em atividades fora do terreno.

Os domicílios sem menores de 18 anos é representado por 61% das famílias assentadas. Dessas, 60% responderam negativa às questões, ou seja, estão em Segurança Alimentar e Nutricional. Outras 48% contam com um ou dois aposentados na residência, porém continuam trabalhando com produção agrícola, já que, segundo eles, o benefício em questão não é suficiente para manter a alimentação, pois sua destinação principal é para medicamentos e saúde do(da) idoso(a).

Assim, dos domicílios com pessoas acima de 18 anos, 20% responderam de uma a três questões positivamente, demonstrando que estão em situação de Insegurança Alimentar leve. E 8% das famílias têm aposentados na residência, mas a principal renda vem da agricultura familiar. A questão marcada positivamente, em consenso, é que tem preocupação de que o dinheiro acabe e não tenha mais para comprar comida. No entanto, a maioria desses tem uma boa produção agrícola e vende o excedente na feira livre.

Ressalta-se que 20% desses domicílios responderam positivamente de quatro a cinco questões, mostrando estar em Insegurança Alimentar moderada. Apenas um dos domicílios não possui aposentado, sendo que reside nele somente um assentado que não tem filhos ou parentes, o qual tem a produção agrícola como a principal fonte de renda e alimentação. Há ainda um outro domicílio em que a mãe é aposentada e a filha construiu a casa bem próxima, no mesmo lote, mas ambas têm sua alimentação separadas e a produção fica por conta da filha, sendo também sua principal fonte de alimentação e renda, pois vende os excedentes na feira livre. Quanto aos outros domicílios, a maioria relatou que, como já são idosos, não tem condições

físicas para fazer grandes plantios nos lotes, o que plantam é somente para a alimentação mesmo e assim mesmo complementam comprando o que falta na cidade e muitas vezes preocupam se o dinheiro acabar, pois o benefício fica pouco para as compras devido aos gastos com saúde e medicamentos.

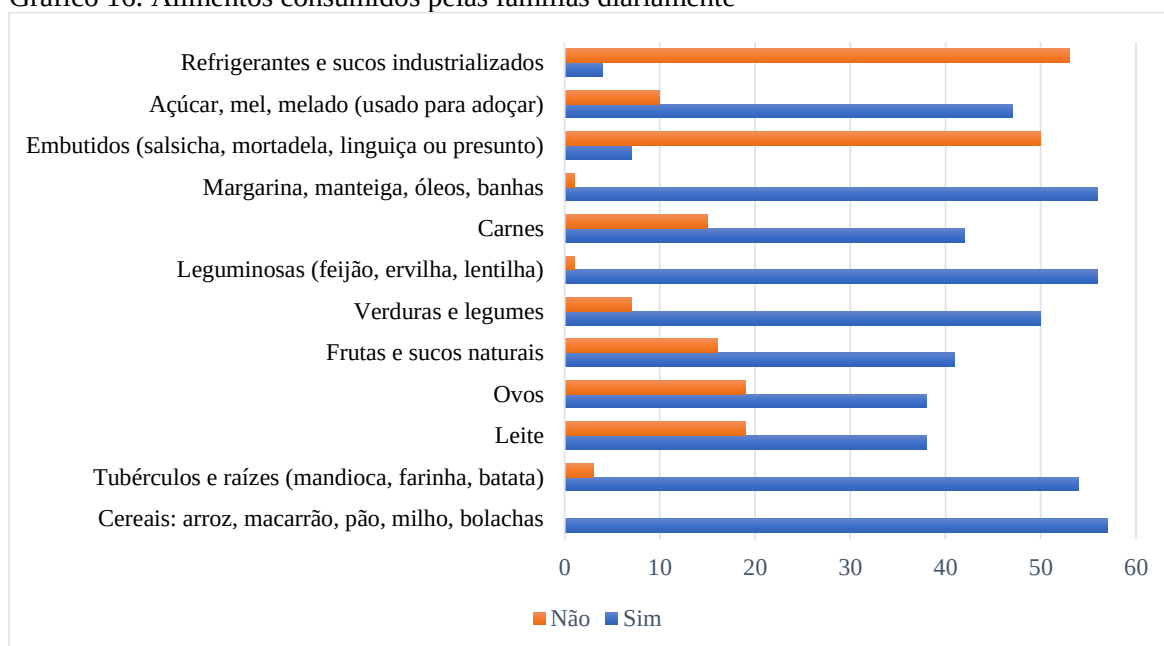
Nenhum outro domicílio desse grupo respondeu positivamente a mais de seis questões, mostrando não haver Insegurança Alimentar e Nutricional grave no assentamento. Percebe-se ainda que a maioria dos dois grupos respondeu positivamente às questões de um a quatro, mostrando que tiveram preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar mais comida e que algumas vezes os alimentos acabaram antes que tivessem dinheiro para comprar mais comida. Nesse caso, deslocavam até a cidade para comprar de forma a pagar depois ou pegavam emprestado com vizinho e quando conseguiam o recurso, pagavam as dívidas.

Quando perguntados se em algum momento ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada, relataram que, nessa situação, buscavam outras opções que suprissem os alimentos durante as refeições, comiam apenas alguns alimentos que ainda tinham na despensa e, na maioria das vezes, buscavam emprestado ou mesmo compravam para pagar depois. Dessa forma, verifica-se que o dinheiro é um fator importante para a concretização da Segurança Alimentar e Nutricional nos domicílios

5.5.1 A alimentação diária nos domicílios

Quando se trata da alimentação que vai até a mesa dessas pessoas, todas as famílias disseram comer diariamente ou pelo menos uma vez por dia o arroz. Já o macarrão, pão, milho e bolachas consomem às vezes, conforme mostra o Gráfico 16. 94% das famílias consomem diariamente farinha de mandioca, mandioca ou batata, pois a maioria das famílias planta, e quando não têm, compram de vizinhos ou na feira. As pessoas que não consomem tubérculos, raízes ou derivados, é porque não fazem o plantio ou mesmo por problemas de saúde, como a gastrite por exemplo, que impede de comer a farinha de mandioca.

Gráfico 16: Alimentos consumidos pelas famílias diariamente



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Nem todos que produzem leite também o consomem diariamente. 66% das famílias o utilizam na alimentação, seja produzindo no lote ou comprando dos vizinhos ou na cidade, as outras 33% relataram não consumir por não ter vontade ou não produzir no lote e, devido ao alto preço do produto, compram em pequena quantidade. Mas ainda assim, utilizam para fazer quitandas para o lanche da família.

O consumo diário de ovos é feito por 66% famílias que, mesmo não tendo no lote, compram de vizinhos ou na cidade. As outras famílias não consomem pelo fato de nem todas terem galinhas para produzir ovos e mesmo as que têm, as aves não estão produzindo. Então, compram na cidade para fazer quitandas e outros alimentos.

Assim também é o consumo de frutas e sucos naturais, pois 28% das famílias não consomem diariamente exatamente por não produzirem sempre no quintal e mesmo produzindo, algumas se envolvem com os afazeres do dia a dia e não colhem. O restante das famílias que consomem diariamente produz no quintal ou, no período que não tem produção, compram na cidade.

O consumo de verduras e legumes também é relevante, pois somente 12% das famílias não conseguem ter esses alimentos diariamente por não produzirem ou não irem com frequência à cidade para comprar, mas o consumo é de pelo menos três vezes na semana. Assim também é o feijão, presente na alimentação diária de 98% das famílias. Apenas um assentado disse não consumir todos os dias exatamente por morar sozinho e nem sempre ter tempo de cozinhar.

As famílias nem sempre conseguem ter a carne na refeição. 73% delas consomem carne diariamente, enquanto 26% não têm esse alimento e buscam substituí-lo, por ovos ou verduras, pois relatam que o preço está muito alto para adquiri-la no mercado. Assim também, sobre o uso de margarina ou óleos na alimentação, apenas uma família não utiliza diariamente devido a problemas de saúde, o restante das famílias não utiliza diretamente o óleo, mas a banha de porco para preparar a alimentação.

A maioria das famílias preza por uma alimentação saudável, mas alguns ainda não conseguem aderir completamente, principalmente quando se trata de ter proteína na alimentação. É o que acontece com 12,2% das famílias que consomem diariamente algum tipo de embutidos (salsicha, mortadela ou linguiça), principalmente pelo fato de o preço ser mais barato do que a carne e também mais prático de preparar.

O açúcar é outro alimento que também está presente na alimentação diária de 82% das famílias, para preparar o café, suco e outros alimentos. Os outros 17% das famílias não consomem por problemas de saúde ou busca por alimentação saudável. Isso também é nítido no consumo de refrigerantes, que é diário apenas por 7% das famílias. As outras não consomem por não ser um alimento saudável e não ser acessível economicamente, como relatam.

Apesar do consumo diário dos alimentos, nem todos são produzidos pelos agricultores, fazendo com que se desloquem até a cidade para comprar em supermercados e mercados. É o caso do arroz e macarrão consumidos por algumas famílias. No entanto, ainda conseguem evitar a compra de outros produtos não os consumindo ou produzindo no lote (Quadro 3).

Quadro 3: Produtos produzidos e não produzidos pelos assentados

Produto	Famílias que produzem	Famílias que não produzem
Cereais: Arroz, macarrão, pão, milho*, bolachas	49	8
Tubérculos e raízes: mandioca*, farinha de mandioca*, batata*	41	16
Leite*	27	30
Ovos*	45	12
* e sucos naturais*	48	35
Verduras* e legumes*	50	7
Leguminosas: feijão*, ervilha, lentilha	44	13
Carnes*	49	8
Margarina, manteiga, óleos, banhas*	28	29
Embutidos: salsicha, mortadela, linguiça ou presunto	0	57
Açúcar, mel*, melado (usado para adoçar)	3	54
Refrigerantes e sucos industrializados	0	57

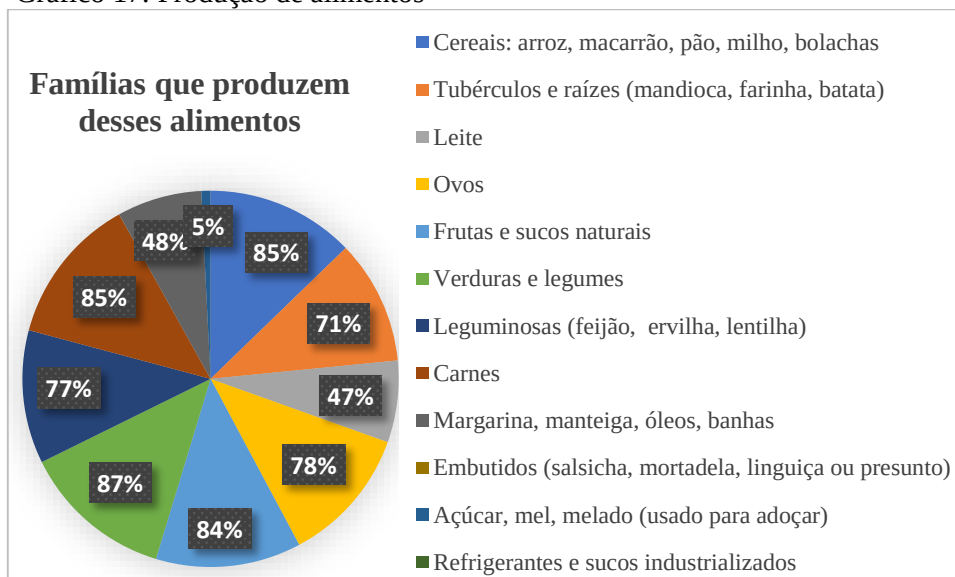
Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Nota: * Produtos produzidos pelos moradores do assentamento.

Dessa forma, produzir torna-se necessário para ter alimentos variados na mesa e evitar a compra de produtos na cidade. Ainda porque esses alimentos representam uma renda a partir da venda dos excedentes, auferindo recursos financeiros para a compra de outros alimentos e para a manutenção das despesas do domicílio.

Sobre os alimentos consumidos diariamente, 85% das famílias produzem o milho (Gráfico 17). Aproveitam de período chuvosos para o plantio ou irrigam através de aspersor. Dessas famílias, 13 utilizam o produto apenas para o consumo familiar, seja nas alimentações diárias ou mesmo fazendo outros pratos como mingau, angú, pamonha e farinha. 36 famílias utilizam o produto para o consumo e parte da produção para a venda, seja em espigas ou fazendo a silagem para vender para outros agricultores e fazendeiros do município como alimento para suprir as necessidades de animais.

Gráfico 17: Produção de alimentos



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

A mandioca é produzida por 71% das famílias. A utilização apenas para o consumo é feita por 13 famílias, enquanto 28 famílias além de usar na alimentação, vende parte da produção, conforme Quadro 4. A raiz é utilizada para cozinhar e fazer pratos específicos como sopas, bolos, tapiocas e beijús, sendo que a farinha, que é obtida através do seu processamento em um motor e farinheira, é produzida apenas por cinco famílias, das quais três plantam apenas para o próprio consumo e duas para alimentação e venda.

Quadro 4: Destinação da produção familiar

Produto	Venda	Consumo Familiar	Parte da produção para o consumo e parte para a venda
Cereais: Arroz, macarrão, pão, milho*, bolachas	0	13	36
Tubérculos e raízes: Mandioca*, farinha de mandioca*, batata*	0	13	28
Leite*	1	11	15
Ovos*	0	26	19
Frutas* e sucos naturais*	0	16	32
Verduras* e legumes*	0	15	35
Leguminosas: Feijão*, ervilha, lentilha	0	11	33
Carne bovina*	6	9	34
Margarina, manteiga, óleos, banhas*	0	7	21
Embutidos: Salsicha, mortadela, linguiça ou presunto	0	0	0
Açúcar, mel*, melado (usados para adoçar)	1	0	3
Refrigerantes e sucos industrializados	0	0	0

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Nota: * Produtos produzidos pelos moradores do assentamento.

O leite também é um produto bastante consumido e produzido apenas por 47% dos domicílios. Desses, 11 famílias utilizam apenas para o consumo no café da manhã, em lanches, além de bolos, doces e quitandas. 15 famílias, além de consumir, vendem parte da produção, seja em garrafas ou fazendo outros subprodutos como o queijo e requeijão quando dispõem de uma quantidade maior. Porém, em algumas épocas do ano, principalmente no período da seca, os animais ficam sem produzir, o que interfere no consumo, fazendo com que muitas famílias comprem na cidade.

A produção de ovos se dá em 78% dos domicílios. Sendo que 26 famílias têm apenas para o consumo na alimentação, seja nas refeições diárias ou preparando alguma quitanda, enquanto 19 famílias vendem parte da produção, quando tem em maior quantidade. Os domicílios que não produzem compram dos vizinhos para fazer lanches e quitandas ou compram nos supermercados na cidade.

Assim também é a produção de frutas, realizada por 84% famílias, das quais 16 utilizam apenas para o consumo da família e 32, além de consumir, vendem uma parte na feira. Essas frutas em sua maioria são coco, abacate, goiaba, manga e banana, por serem mais resistentes ao clima do local. Alguns ainda se dispõem a fazerem plantios que demandem de atenção e cuidado maior, principalmente com irrigação, como é o caso da melancia, acerola, mamão e maracujá.

A produção de verduras e legumes se dá em 87% dos domicílios, sendo que em sua maioria são realizados plantios de hortaliças próximos às casas devido à disponibilidade da água e para facilitar o manejo. Então, 15 famílias produzem apenas para o consumo próprio, principalmente por ser feito em menor quantidade, enquanto 35 famílias fazem para o consumo e venda. É o que ocorre também na produção de feijão, feita por 77% das famílias, sendo que 11 produzem apenas para o consumo e 33 para consumo e venda, mas sempre priorizam a alimentação, vendendo quando tiver uma colheita maior.

A carne bovina é produzida em 85% dos domicílios. Desses, nove famílias utilizam apenas para o consumo próprio e 34 para o consumo e venda. No entanto, outras carnes são consumidas nos domicílios. No caso de galinhas, são produzidas por 15 famílias para o consumo e por 35 famílias para consumo e venda. Os porcos, sete famílias apenas consomem e 21 vendem parte da produção. Cabras e bodes criados por uma família para o consumo e venda; e de ovelhas e carneiros produzidos por duas famílias para o consumo e venda. Essa produção não é o suficiente para as famílias abastecerem os domicílios para o consumo diário, fazendo com que acabem comprando em açougues e supermercados na cidade.

Dessa forma, com a criação de porcos realizada nos domicílios, 48% das famílias não compram óleo ou manteiga na cidade e utilizam da banha para preparar os alimentos. Assim, sete famílias utilizam apenas para consumo próprio, enquanto 21 vendem o produto na maioria das vezes apenas para os vizinhos, vendendo também para pessoas na cidade quando são parentes ou conhecidos próximos.

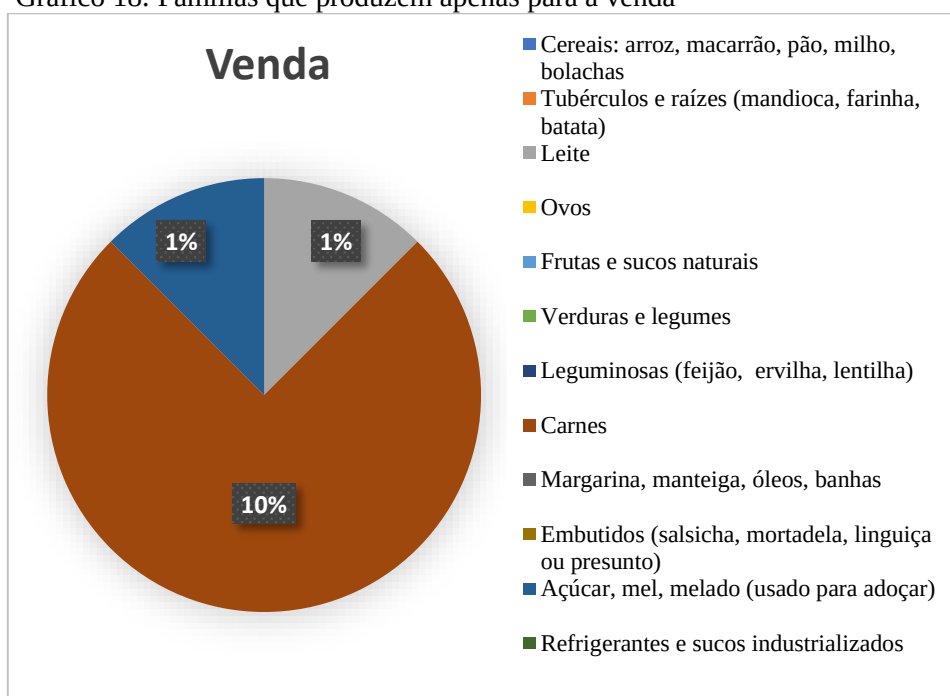
Assim ocorre também com a produção de mel. A apicultura está em ascensão no município e também no país, no entanto, apenas 7% das famílias fazem a criação de abelhas *Apis Mellifera*, tanto devido à falta de conhecimento na atividade quanto devido à falta de equipamentos necessários para realizar os manuseios nas práticas. Então, dessas famílias três produzem para o consumo e venda entre os vizinhos no assentamento e na feira na cidade. As famílias tem mostrado curiosidade e interesse em iniciar essas atividades para complementar a alimentação e renda.

Os embutidos, refrigerantes e sucos industrializados não são produzidos pelas famílias do assentamento, e o consumo não é grande nos domicílios. Isso se dá devido ao conhecimento sobre a interferência desses produtos na saúde, impedindo uma alimentação saudável.

Dessa forma, dos produtos consumidos diariamente pelos agricultores ou mesmo produzidos por eles, apenas a carne é vendida por 10% das famílias, o leite por 1% e o mel por 1%, conforme Gráfico 18. A carne por ser bovina, os agricultores preferem vender para

açougues para o abate ou para outras pessoas para continuar a criação, pois segundo eles, o abate para guardar a carne para a família nem sempre é interessante devido ao trabalho e ao tempo de acondicionamento até o consumo. Já que as pessoas que abatem na comunidade, em sua maioria, distribuem entre a família e vizinhos ou vendem em pequenas partes. O leite foi destacado como apenas para a venda exatamente por não terem o hábito de o consumirem na residência, assim como o mel.

Gráfico 18: Famílias que produzem apenas para a venda



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

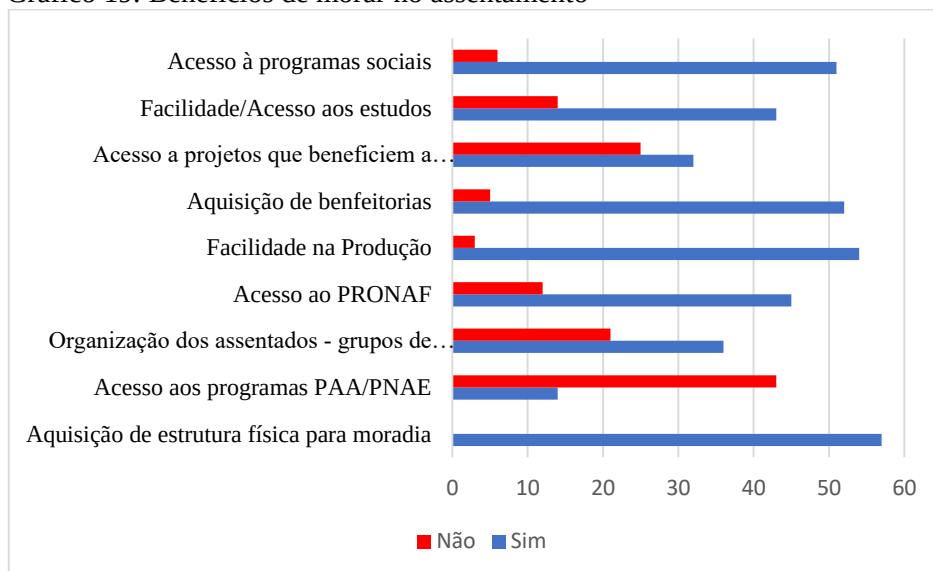
Dessa forma, grande parte dos agricultores produzem os alimentos presentes nas refeições diárias. Além de produzirem o suficiente para o consumo próprio, ainda conseguem vender o excedente na feira livre e comprar outros para complementar o que falta e mesmo contribuir com as despesas extra da casa.

5.6 Mudança de vida: melhorias ao conseguir acessar a terra

As famílias fizeram uma reflexão a partir de algumas questões relacionadas ao que melhorou em sua vida após a vinda para o assentamento, conforme Gráfico 19. Dentre as melhorias, todas as 57 famílias disseram que a aquisição da estrutura física para moradia foi a melhor coisa que aconteceu, pois nem todos tinham onde morar e maioria era agregado de fazendeiros, o que nem sempre era suficiente para sustentar de forma digna a família toda.

Assim 52 famílias relataram que a aquisição de outras benfeitorias também foi uma melhora importante em suas vindas para o assentamento.

Gráfico 19: Benefícios de morar no assentamento



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Apenas 14 famílias disseram que o acesso ao PAA e PNAE foi uma melhora significativa, pois conseguiram entregar os alimentos e contribuir para a renda familiar. No entanto, os outros assentados não conseguiram acesso aos programas, pois a maioria não consegue produzir o suficiente para suprir as demandas exigidas. Porém, 45 famílias conseguiram acessar o Pronaf, colocando isso como muito positivo, pois o programa ajudou maioria a estruturar seu lote, cercando, comprando bovinos, montando sistema de irrigação e fazendo pastagem. Isso também contribuiu para que conseguissem aumentar a produção e vender na feira livre.

Assim, 32 famílias conseguiram ter acesso a outros projetos que beneficiassem a produção, por exemplo, o projeto de irrigação via associação. As outras famílias disseram não ser beneficiadas. Já, com relação ao acesso aos programas sociais, 51 famílias disseram conseguir acessar, como bolsa família e o programa de caixas de captação de água da chuva, P1MC (Programa um milhão de cisternas). Os outros não conseguiram acessar ou não acessam nenhuma política pública.

A facilidade nos estudos foi um benefício citado por 43 famílias. Segundo elas, onde moravam não havia escolas próximas e o acesso ao transporte era muito complicado, impossibilitando que muitos estudassem. Isso fez com que maioria dos assentados não conseguisse concluir o ensino fundamental. Então, a mudança para o assentamento possibilitou

que os filhos estudassem e até alguns adultos concluíssem a sua formação, pois conseguiram construir uma escola dos anos iniciais do ensino fundamental e uma escola agrícola dos anos finais do ensino fundamental. Além disso, de conseguirem o transporte para levar os alunos para concluir o ensino médio na cidade. Isso ajudou muito a potencializar a formação das crianças e jovens, filhos dos assentados.

Em se tratando da organização dos assentados, seja em grupo de jovens, mulheres, igreja ou mesmo da associação, 21 famílias disseram não ser uma melhora em suas vidas, que não são atendidos por esses grupos direta ou indiretamente. Porém, para 36 famílias, esses grupos são ponto positivo, pois ajudam a manter viva a cultura do povo e suas raízes, além de facilitar projetos e benefícios coletivos pro assentamento. Dessa forma, 54 assentados relataram que o maior benefício foi ter sua terra para produzir, que tiveram mais facilidade, pois como viviam em terra com patrões cobrando o tempo todo, ficavam limitados a um pedaço de terra para produzir e sustentar a família. Isso fazia com que todos tivessem que buscar alternativas para contribuir com a alimentação e sobreviver, deixando de estudar para se dedicar ao trabalho dobrado. Ao ter seu lote, a família pode realizar uma produção em conjunto através de um trabalho mais livre, podendo trabalhar na quantidade de terra que conseguir e ao mesmo tempo implantar projetos, pois sabem que são os próprios donos das terras e dos meios de produção e ninguém poderá cobrar.

6 REFLEXÕES HISTÓRICAS, GEOGRÁFICAS E PRODUTIVAS

Adentrando mais sobre o contexto histórico, geográfico e produtivo do assentamento, realizou-se a aplicação de um roteiro de entrevista para um grupo de cinco agricultores assentados, entre eles, três são ex-presidentes da associação comunitária, um é o atual presidente e o outro é um dos que mais produz alimentos, sendo referências em se tratando de conhecimento da realidade do assentamento e também de produção agrícola. Dois são aposentados, mas continuam no trabalho com a lavoura, os outros três tem sua renda principal oriunda da produção e venda de excedentes.

6.1 A história a partir dos agricultores

Situado às margens do Rio Jequitinhonha e da BR 367, o assentamento que era antes uma fazenda muito produtiva, já foi considerada, pelos assentados, como uma das mais ricas da região, possuindo granjas com locais bem equipados e com grandes capacidades para criação de frangos, que eram abatidos e vendidos em várias cidades do entorno, além de possuir muitas pocilgas, criação de cavalos, gados de corte e de leite, olaria e criação de suínos. Produzia ainda uma quantidade relevante de milho, feijão e também arroz, por isso necessitavam contratar um número maior de mão de obra para trabalhar na produção.

Porém, com o falecimento do antigo proprietário, seus filhos não conseguiram dar continuidade ao desenvolvimento das atividades produtivas, sendo assim, acumularam muitas dívidas e acabaram deixando a terra improdutiva. Isso culminou na venda da propriedade para o Incra, a primeira vistoria realizou-se em julho de 1997 e a última em março de 1998.

A seleção dos futuros moradores para o assentamento foi pensada com muito cuidado, pois a prioridade deveria ser para pessoas que já tinham costume com a lida na agricultura e que permaneceriam no local, sem criar transtornos futuros. Dessa forma, com organização e planejamento, conseguiram vários projetos que beneficiassem a todos, ajudando-os em um recomeço naquele lugar. Dentre os projetos conseguidos, inicialmente foi um de R\$57 mil para encanação dos lotes no ano de 1999, em parceria com Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (Fetaemg); o crédito de fomento no ano de 1998, sendo um recurso de R\$1 mil por família com mais R\$400 reais de alimentação; crédito de moradia no ano 2000, uma quantia de R\$2,5 mil reais para fazer as casas, sendo que o montante só ajudou na compra de materiais, não deu para finalizar as construções; e depois o financiamento

na linha de crédito do Pronaf A, destinado à cercamento dos lotes, compra de caixas de água, entre outras benfeitorias.

As famílias assentadas são todas do município de Jequitinhonha, de comunidades vizinhas e alguns ex-agregados da própria fazenda, mas que já tinham um contato mais direto com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o que ajudou na busca pelo acesso à terra. Segundo um entrevistado, foi a partir do não pagamento dos direitos aos agregados pelo fazendeiro, que eles procuraram o sindicato e começaram a ver a fazenda como uma oportunidade ser indicada ao Incra. A emissão de posse foi dada no dia 08 de julho de 1999, ata em que, anualmente, comemoram o aniversário do assentamento.

A divisão dos lotes foi feita de forma pacífica. Os engenheiros do Incra foram até o local, mediram a área toda e distribuíram os lotes, ficando cada um no tamanho de 17 a 35 hectares. O tamanho variava conforme o relevo da terra, pois onde tivesse mais lajedo e morros, o lote era maior. As que fossem mais planas, sem lajedo ou próximas ao rio, eram menores. Mesmo assim, ao fazer a distribuição, quase todos ficaram no mesmo lote, onde já haviam marcado antes, quando tinham conversado entre eles mesmos. Somente dois assentados tiveram dificuldades em entender essa divisão, mas conseguiram resolver rapidamente a questão. Foi um trabalho elogiado pelo Incra, pois nos assentamentos em geral, a divisão é feita em forma de sorteio. Especificamente no Campo Novo tentaram usar dessa nova técnica de divisão, mas não pode ser aprovada devido a essas duas famílias.

Em todos os assentamentos é sorteio. É uma tristeza, que as vezes a pessoa tá num lugarzinho bom, já com a roça dele e tem que mudar pra lá, pra outro lugar diferente. Nós não tivemos essa dificuldade, a gente conseguiu. Também porque a gente tinha muito conhecimento do assentamento. O Incra respeitou essa decisão da gente de não ter sorteio. A única dificuldade que nós tivemos foi assim, que as vezes tinha duas famílias trabalhando, uma pertinho da outra, muito conhecida ou mesmo que achou melhor a terra ali, ou que era perto de uma caixa d'água trabalhando. Aquela sim, nós tivemos que apartar. Apartar sim, mas pelo gosto dele, ele procurar o lote que ele queria. Então não tivemos dificuldade nenhuma no assentamento ao alojar as famílias no lote, porque cada um foi pro lote que ele queria. Inclusive, eu fui o último a ficar, porque era presidente da associação, não podia escolher, né. Aí fiquei e dei sorte que um assentado desistiu do lote onde eu estou, pedindo um lote maior pra criar gado e tudo. Aí tinha um lote maior no assentamento. Quando ele olhou aquele, servia pra ele, então disse: cê tá morando aqui, então você segura esse aí pra mim. Porque senão eu ia ter que tá lá em outro lugar pra lá. Só já tinha uns três lotes pra escolher, e esse ficou pra mim (M. P. S.).

Para verificar a qualidade da terra, foi feito todo trabalho de topografia pelos engenheiros e técnicos do Incra, além de várias pesquisas e um pré-projeto com um mapa, que

foi apresentado aos assentados. Nas palavras de um entrevistado, foi importante para “nós analisar os valores do lote, os valores assim em tamanho, em qualidade, de terra, porque se não podia ter um lote que seria pequeno e não tinha qualidade de terra e a família passando necessidade. Isso foi muito bem olhado, principalmente por a gente que já conhecia a fazenda” (M.P.S.). Em seguida retornaram com o projeto já finalizado e pronto para a divisão.

Ao conseguir o lote, alguns assentados também puderam trazer os filhos para trabalhar, uma vez que eles haviam migrado para centros urbanos distantes. Como foi o caso de um dos entrevistados, o pai, pouco tempo depois de adquirir o lote, o convidou para morar com a família e ajudar na produção.

Primeiro quem tirou o terreno foi meu pai, né. Meu pai ele é muito ligado ao campo e trabalhava em fazenda para os grandes fazendeiros. Eu morava em Belo Horizonte, era metalúrgico, trabalhei 10 anos na área de metalúrgico, mas sempre ligado ao campo. Eu sempre gostei do campo, trabalhava lá porque não tinha outra opção, né. Aí meu pai adoeceu e me comunicou: “Ô Márcio você quer vir pra terra? porque eu não dou conta mais.” “Opa! É a coisa que eu mais quero, não porque o senhor adoeceu, mas sim porque eu gosto muito de tá na terra.” E acabei vindo pra cá em 2000, e agora eu não vou sair daqui nunca mais, porque minha mãe não quis ficar na terra, porque ela já tá numa certa idade e a gente tá na terra. Hoje a terra é da gente e tô criando meus filhos na terra, no campo e pra mim, eu me sinto realizado, né (A. G. S.).

Dessa forma, ao se alojarem e adaptarem aos lotes, houve uma organização no assentamento, criando a associação com um estatuto social que possui registro. A associação é renovada a cada dois anos, sendo composta por 12 membros: presidente, vice-presidente, tesoureiro, vice tesoureiro, secretário, vice-secretário, três titulares do conselho fiscal e três vice titulares. Um dos critérios para ser membro da associação é que sejam pessoas do próprio assentamento, assentado ou filho de assentado, que já vive há muito tempo no assentamento e que esteja em dia com as contribuições. As eleições são abertas, mas na maioria das vezes apresenta chapa única e, por ser um trabalho gratuito, que exige tempo e que colabore com o desenvolvimento de todos, quase ninguém quer ficar à frente.

A gente solta um edital quando vence o mandato de uma pessoa. Sempre solta um edital e com trinta dias a gente tem uma eleição de posse. Aí a gente coloca a comunidade pra eleger o novo presidente, então é a comunidade que vai votar. Então a gente vai observar quem tá em dia com o estatuto, com as leis que rege o estatuto, pra tá votando. Muitas vezes as pessoas não votam porque não tá em dia e geralmente tem que tá em dia pra votar, e quem elege o presidente é a comunidade (A. G. S.).

Através da associação comunitária, foi possível mais recursos e projetos que colaboraram para a manutenção da organização e desenvolvimento dos assentados. Suas reuniões são realizadas na antiga sede da fazenda, a qual é cuidada e mantida por um grupo de associados.

Como não tem posto de saúde, é na sede do assentamento que são realizados os atendimentos médico mensais, que já chegaram a ser realizados duas vezes por mês. Nesse dia, são feitas consultas, vacinas e pedidos de exames. Durante todo o mês, um agente de saúde fica à disposição das famílias. Quando necessitam de atendimento mais urgente com especialistas ou curativos, deslocam-se até a cidade. Assim, os assentados consideram que o atendimento é bom, pois eles têm cuidados básicos, mas ainda é fraco, devido à falta de especialistas e acesso aos exames para tratamentos. Além disso, nas consultas, há uma preocupação com a quantidade de vagas, que são limitadas, impedindo o acesso de um número maior de pacientes. Por isso, enfatizam a necessidade da construção de uma unidade de saúde para atender a todos, já que a área da comunidade tem um espaço para isso.

O assentamento ainda conta com duas escolas, uma municipal e uma privada. A escola municipal atende a alunos do pré-escolar e do ensino fundamental anos iniciais. Porém, antes do estabelecimento do assentamento, quando ainda era fazenda, a escola era localizada em uma área mais distante e atendia a um número maior de comunidades. Assim que os assentados mudaram, construíram a escola atual, que é localizada no centro, próximo à sede da associação. Ela foi reformada e ampliada de duas salas no ano de 2022 pela prefeitura municipal, que disponibiliza professoras, cozinheira e um motorista para o transporte interno dos alunos dentro do assentamento.

A escola privada é uma Escola Família Agrícola (EFA). No ano de 2002, o assentamento foi inserido no Programa de Consolidação e Emancipação dos Assentados, resultante da Reforma Agrária, pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), sendo contemplado com um valor significativo para projetos que contribuíssem para a titulação dos assentados. Então, reuniram-se e discutiram sobre implantar um modelo de educação que atendesse às necessidades dos filhos de agricultores do município e região. A partir de então, foram realizadas várias reuniões e discussões sobre o projeto com o Incra e instituições parceiras. Porém, mesmo tendo o projeto aprovado, devido às várias mudanças na associação comunitária, sua construção só foi realizada em 2011 e finalizada em 2012 em um local cedido através de um contrato de comodato pela Associação dos Assentados do Projeto Campo Novo (AAPOCAN) junto ao Incra para a Associação Escola Família Renascer de Jequitinhonha

(AEFARJE), que é responsável legal pela EFA. No local já havia uma construção antiga, que foi reformada, além da construção de alojamentos, salas de aula e refeitório.

Somente em 2016 foi autorizado o funcionamento da escola para as séries do 6º ao 9º ano do ensino fundamental anos finais, atendendo aos filhos de agricultores de comunidades do município de Jequitinhonha. Porém, o atendimento já se expandindo para outros municípios e visando à implantação do ensino médio. Regida por uma associação, ela funciona com a pedagogia da alternância, em que os estudantes alternam os períodos em tempos na escola e tempos na comunidade, sendo que em sua grade curricular contam com disciplinas como Agricultura e Zootecnia. De acordo os assentados, é muito relevante, pois a formação dialoga a todo momento com a realidade do aluno, além de fornecer uma formação voltada para o campo, sendo também visada por eles para a implantação da Educação de Jovens e Adultos, para que eles também consigam prosseguir os estudos na própria comunidade, pois a maioria não conseguiu concluir o ensino fundamental.

Apesar de ter dado suporte desde o início até a entrega dos títulos, mas afastado um pouco no ano de 2023, o Incra ainda colabora com o assentamento e sempre que solicitado pelos assentados, está presente para contribuir. Assim, mesmo tendo recebido o título do lote, os assentados não receberam ainda a escritura original e têm esperança de receber um restante de recurso para reformas das casas. Dessa forma, ainda ficam limitados aos planos sobre o lote e às heranças da terra, pois elas só podem ser repassadas após o documento oficial do título, antes disso nenhum tramite pode ser feito.

A herança da terra do assentamento só se torna depois de receber o documento oficial, o documento próprio. Até agora tem sido um problemão no assentamento, de assentados que morreram e que tá aquela coisa, assim, sem saber de quem é o lote. Às vezes o assentado lutou vinte ou mais de vinte anos até pra fazer alguma coisa, né. E hoje os filho que também, às vezes até por culpa deles também, por não ter ficado mais perto dos pais... Devido à situação ser difícil, os velho e os filho enquanto não estavam na idade que podia arranjar um emprego, estava ligados ali, passando por dificuldade, mas estava ligado, ajudando na roça. Mas quando os filhos teve assim o jeito de arranjar um emprego, eles se afastaram um pouco, né. Então, esse afastamento se tornou hoje prejuízo pra eles, mesmo porque, só hoje é que eles estão observando o que eles perdeu. Isso a gente fala de uns três lotes no assentamento que tá nessa situação, né. Já tem no assentamento lote que o assentado morreu. E aí os filho tá naquela briga: como que vai fazer, de quem é que vai ser o lote? (M. P. S.).

Ainda assim, há um conflito sobre o entendimento referente às áreas, pois, segundo os moradores, o Incra não deixou claro sobre a utilização das mesmas, visto que, a área total do assentamento é de 2.789,316 hectares, sendo uma área coletiva de 480 hectares no alto na

chapada e o restante dividido em 57 lotes individuais para os assentados e várias áreas comunitárias. Das áreas comunitárias, em uma localiza-se a sede da associação comunitária, com 27 hectares; em outra localiza-se a caixa principal de abastecimento de água para todos os lotes, que tem em média quatro hectares; uma outra que mede cerca de 26 hectares, em que localiza-se um lajedo e que ficou separada para que quando as pessoas precisassem de pedras para construir casas, retirassem desse lugar; e cinco áreas pequenas cedidas pelos assentados, onde localizam-se as caixas menores de distribuição de água e a área da EFA. A área próxima à sede é utilizada mais para projeto de bem comum da comunidade, como construção de escola, igreja e mesmo para alguns assentados a utilizarem para plantio. Porém, foi decidido pelo Incra que fosse feita a divisão das áreas comunitárias entre todos os assentados, o que gerou desconforto para alguns que utilizavam da mesma ou pensava nela como lugar para continuar a desenvolver projetos para todos do assentamento.

6.2 Da produção ao consumo e Segurança Alimentar

A produção de alimentos começou a partir do momento em que os agricultores, ao mudarem para o assentamento, agruparam-se na sede e começaram a fazer plantios comunitários de hortas e feijão, dividindo a produção, vendendo o que tinha e dividindo o dinheiro. Ao ser implantado o projeto de encanação das águas nos lotes, começaram a plantar hortaliças, pois se produzia mais rapidamente e precisavam disso naquele momento. Depois foram aumentando a produção, o que os motivou a continuar vivendo nesse espaço. Em seguida, passaram a comercializar o excedente da produção na feira livre da cidade. Porém, com o transporte todo custeado por eles mesmos, pois não conseguiram o convênio com a prefeitura, já que, segundo eles, “quando se está na luta, ninguém quer entrar no meio pra ajudar, nem prefeitura, vereador, ninguém, mas depois que tá licenciado, aí todo mundo cai dele, quer participar” (A. P. S).

Então, a partir da organização dos próprios assentados, fizeram projetos via associação e conseguiram um ônibus e um caminhão para transportar os produtos e os agricultores. No entanto, com os danos físicos no ônibus e não tendo mais conserto, atualmente possuem somente o caminhão, que vez ou outra não está disponível para o transporte dos produtos devido a falhas e quebras. Sendo assim, eles ainda buscam outros meios, como comprar veículos para transportar as mercadorias.

Dessa forma, os produtos são comercializados nas feiras livre que ocorrem às quartas e aos sábados e entregues por alguns assentados para os programas PAA e PNAE. Antes,

conseguiram plantar e colher alimentos através de hortas comunitárias, com o tempo, foram se individualizando e a produção ficou só entre as famílias. De acordo os entrevistados, a produção não chega a ser feita por 60 % dos assentados, o que é uma tristeza, pois

com tanta terra boa que tem, não são todos que produzem, mas os que produzem que seria no caso uns 30 assentados, mais o menos, esses a produção deles mais é escoada para a feira livre e pros programas da escola, hoje não tem, mas é uma coisa que a gente gostaria que voltasse que era de grupos trabalhando para voltar a entregar para o supermercado e, mesmo assim, ainda tem alguns assentados que entregam produtos para o supermercado, com a produção de tempero caseiro, corante, é poucas famílias que entrega mais entrega (M. P. S.).

A divisão das atividades produtivas ocorre entre os próprios membros das famílias, mesmo assim, alguns que querem trabalhar com uma produção maior, sempre buscam ajuda de outros assentados, seja na mão de obra ou mesmo no conhecimento. Uma das alternativas para quem tem essa produção é a entrega para os programas PAA e PNAE, os quais atuam no processo de compra para a alimentação escolar. Para isso, publicam edital, os agricultores concorrem e são analisados quais produtos eles têm para oferecer. Assim, fazem o cadastro, sendo que pra entregar no PAA, o município algumas vezes já procura as famílias que produzem e que são cadastradas, para ver a disponibilidade de entrega. É um compromisso muito importante, pois às vezes a entrega é mensal ou semanal, variando. Já aconteceu de alguns agricultores que tinham o contrato para entrega de legumes e verduras, não terem o produto na época da entrega e ele ter que procurar outros assentados de confiança que produzem para contribuir com os produtos, mas nunca deixam de entregar.

Muitos agricultores não cadastram e não entregam seus produtos devido às burocracias, por não entenderem o processo ou mesmo pela demora no recebimento do pagamento por seus produtos. Isso porque, às vezes, a entrega é em um mês e o pagamento em outro, podendo demorar até mais de três meses. Além disso, para receber, deve estar tudo certo, cadastrado e contabilizado. Então, optam por não participar do programa e continuar a vender na feira, para evitar esses transtornos.

Segundo os agricultores, o programa PAA paga um preço mais baixo pelos alimentos, preço das Centrais de Abastecimento (Ceasa), colocado pelo próprio governo. Já o PNAE paga um valor melhor. Os agricultores discutem o assunto em reunião e vendem os produtos no preço do mercado da cidade. Para isso, um funcionário da prefeitura vai até o mercado, faz a pesquisa de preço e coloca sobre os produtos dos agricultores, o que é mais viável para eles.

Eu mesmo, desde quando comecei, nunca parei. Todo ano entrego. Porém diminui, porque tinha meu filho que trabalhava comigo e ele foi embora. Aí eu fiquei com pouca gente. Então eu tive que diminuir. Eu cheguei a entregar em todas as escolas de Jequitinhonha, né, todos os grupos. Hoje eu tô só com a Prefeitura. Além que eu entregava no Ramiro, no Henrique, né, todos eles e ainda entregava em sete escolas da prefeitura. Hoje eu fiquei só com a prefeitura, esses outros, que é do estado, eu parei. Eu não dou conta mais de além da feira, entregar nesse tanto, eu não dou conta. Aí eu parei. Mas ainda continuo entregando pela prefeitura, ainda. Porém é o preço melhor, né. É, porém o que é melhor, não foi nem por causa de mim, porque isso aí eles já deixam o meu projeto é os outros, né. Veio a época de fazer o projeto eu nem faço, porque eu não dou conta de entregar não, de produzir pra entregar não (W. P. S.).

Dessa forma, o controle da produção é familiar, cada uma planeja e produz de acordo com suas necessidades e possibilidades. Alguns produzem menos, outros mais. Sendo assim, é possível identificar o que é produzido e vendido por cada família ao visitar a feira livre, pois produzem de quase tudo um pouco, e também observar o que alguns agricultores entregam de produtos para os programas de alimentação escolar. Como cada família administra o que produz, no assentamento não tem um controle e uma contabilidade mais específica de tudo. Antes o controle ainda era possível, pois as pessoas levavam todos os produtos no caminhão e iam no ônibus. No entanto, a associação precisou vender o ônibus ficando apenas o caminhão pequeno. Dessa forma, a maioria já vai de carro próprio e acaba não levando a mercadoria no caminhão, o que faz com que não saibam ou tenham um controle sobre a produção total.

Mesmo assim, alguns obtêm suporte do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) ou da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (Emater), sobre contabilidade e escala de produção, pois varia muito. Até porque, em determinadas épocas do ano, a produção é maior e em outras é menor. Somente as finanças referentes à associação conseguem ter um controle, sendo feito pelo tesoureiro, pois recebem mensalidades, projetos e precisam prestar conta, além de contratar um contador para o suporte.

Contudo, quanto à assistência técnica disponibilizada pelo Incra, nunca ocorreu no assentamento. A assistência que tiveram foi em parceria com a Emater, através de projetos do Pronaf. Isso foi o que também desmotivou alguns assentados a não produzir, pois não conheciam as técnicas adequadas e não tinham uma assistência direta, sendo essa muito importante para melhorar e crescer a produção.

Dessa forma, o principal problema enfrentado no assentamento atualmente é a água para produzir. Mesmo o assentamento sendo situado às margens do rio Jequitinhonha, a maioria das

casas não tem água encanada diretamente dele. A água que chega até os lotes é a encanada da nascente, cuja destinação é basicamente para o uso doméstico, mas que alguns ainda conseguem molhar pequenas hortalças. As lavouras são feitas, na maioria das vezes, na época mais chuvosa. No período de escassez de água, não é possível fazer plantios e muitas vezes se restringem apenas aos que se adaptam ou aos que dê para molhar com a água encanada.

Então, ao se tratar das produções agrícolas, esses assentados sempre deixam claro a importância delas na alimentação, pois para eles, alimentos saudáveis são produzidos na roça, sem agrotóxico, por eles mesmos. “Pra mim é alimento saudável, se pego um pimentão que eu plantei e não coloquei agrotóxico, não coloquei veneno” (M.P.S.), (Figura 11). Como alguns entregam alimentos para programas, os entrevistados relataram a responsabilidade de produzir alimentos orgânicos para entregar em uma escola onde várias crianças alimentam, o que exige ainda mais cuidado.

Figura 11: Pimentão produzido por um assentado



Fonte: Foto da autora (2023).

Nesse sentido, todos concordam que a produção de autoconsumo tem relação com a alimentação saudável, pois são alimentos orgânicos, uma das alimentações mais buscadas atualmente. De acordo os entrevistados, ao chegarem na feira livre, já tem bastante gente esperando pelos produtos, pois sabem que a produção de autoconsumo é para o sustento da família, então ela tem que plantar da melhor forma possível, pois ela não vai querer plantar um produto ruim para consumir. Dessa forma, se ele vende o que consome, não vai vender produto

ruim também. “Essa forma de plantar é importante demais, porque, além de estar comento alimento saudável, não está trazendo da cidade e tá ganhando dinheiro ao invés de comprar” (M. M. N. S.).

Então, essa forma de produção é importante para as famílias, pois ao produzir eles estão colocando alimentos na mesa, deixando de comprar e conseqüentemente, podem vender o excedente e comprar outras coisas que precisam, “às vezes levam umas coisas e trazem outras, então é quase uma troca e quando têm bastante coisas na roça, evita ir no mercado, então é uma grande ajuda” (W. P. S.). Acaba sendo importante até entre os próprios assentados, pois há uma troca de alimentos entre eles. Quando alguns produzem um alimento específico e os outros não, quem não tem, busca de quem tem, e quando tem algo diferente, leva como troca.

Se eu tenho, eu dou para as pessoas, se eu precisar, também tem um que vem e me ajuda. Às vezes eu tenho mandioca, mas não tenho milho verde. Às vezes eu não tenho milho verde, eu falo: O fulano tô precisando de tantas espigas de milho verde. Eu venho e pego, e ele tá precisando de mandioca vai lá e pega. Eu tenho coco lá, como essa semana mesmo, ele já foi lá buscar os cocos pra mexer nas pamonhas dele. Ele vai lá pega os cocos dele lá em casa, né. Eu precisei de outra coisa que lá não tem eu venho aqui. Então a gente faz essa troca de alimentação dentro do próprio assentamento. Isso é difícil, porque não é todo mundo que produz. Às vezes eu, por exemplo, eu faço mais doação do que troco, porque tem muito família, coitada que não tem (M. P. S.).

A família, ao produzir, acaba não o fazendo somente para o consumo próprio, pois dependendo da quantidade, precisa vender o que excede. Às vezes planta determinada quantia de uma cultura de alimentos e acaba vendendo uma parte para comprar outros que não conseguiu colher.

Uma das grandes mudanças ocorridas na produção de alimentos para o autoconsumo no assentamento foi devido à distribuição da água, pois inicialmente era mais abundante e com o tempo foi diminuindo. Conseqüentemente, os agricultores também tiveram que selecionar o que produzia e fazer em menor quantidade. Mesmo assim, eles terem seu pedaço de terra foi uma melhoria, pois “enquanto você morava com o fazendeiro, não tinha condições de plantar e de produzir. [...] Isso tem a enriquecer as famílias, o povo, o mercado, pois de todo jeito tá aumentando a produção de alimentos, e se aumenta a produção de alimento, as coisas melhoram” (W. P. S.). No entanto, eles não dão conta de produzir uma quantidade muito grande de todas as culturas devido à água, mesmo assim, tentam plantar um pouco de cada coisa. “Todo mundo aqui tem o seu próprio alimento. Planta feijão, planta verdura, planta o milho” (M. M. N. S.).

A quantidade produzida é satisfatória para esses assentados, mas há uma grande vontade de produzir mais, pois assim melhora a alimentação e renda das famílias, e “[...] como diz meu pai, melhor sobrar do que faltar” (A. G. S.). Além de produzir e contribuir com a alimentação da família no domicílio, eles contribuem ainda com outros parentes que moram na cidade e vizinhança.

O que a gente tem, além de ter pra gente, a gente ainda cede pra outra família. Por exemplo, eu em casa. Hoje eu vivo muito contente com o que eu consigo produzir, porque só de produzir pra casa, pra nós e pra meus filhos, que cada um já tem uma família, já é suficiente. E mais pros amigos que precisar, já é suficiente. Porque quando um filho meu, que às vezes tá morando em Jequitinhonha, que ele vem em casa e leva um tempero, que leva couve, leva a mandioca, leva tudo. Eu sinto assim, como se eu tivesse vendendo pra ele. Eu não tô vendendo, mas aquilo ele tá evitando de comprar lá na rua, né. Então a gente fica satisfeito. Por isso é que até hoje, eu nunca baixei a cabeça em produzir, eu luto com as dificuldades pra produzir, porque eu só penso nisso. Eu só penso assim: não, eu tenho que fazer o máximo pra que meus filhos ainda acreditem que um deles vai voltar pra aqui pra fazer pros filhos deles (M. P. S.).

Dessa forma, alguns já estão encanando água do rio por conta própria, pensando em aumentar futuramente a produção, principalmente de milho, mandioca e hortaliças. O milho e a mandioca são algumas das principais opções exatamente por ter uma diversidade de derivados, além de também servir como alimento para criação de galinhas e de porcos.

Apesar disso, para os entrevistados, não têm situações em que deixariam de produzir para o próprio consumo, apenas questão de saúde, pois segundo eles, quem mora na roça precisa produzir pra o consumo e sustentar a família. Assim, o que excede só pode ser comercializado após a família consumir e verificar que está bom, caso contrário, não pode ser levado para a feira. Alguns até desanimam na produção devido à falta de água, mas optam por plantar, mesmo que em pequenas quantidades, culturas mais resistentes.

Produzir alimentos para o próprio consumo significa que estão contribuindo para que sempre tenham alimentos na mesa e ainda de forma saudável, contribuindo para a melhoria da vida da família, até porque se não produzirem, tem que comprar. Assim, “é melhor produzir orgânico na zona rural do que comprar na cidade” (A. G. S.) e lá os produtos costumam ser bem mais. É por isso que tem agricultores que optam por realizar o plantio das lavouras o ano todo, pois segundo um agricultor: “eu costumo fazer lavoura o ano todo, pois se a gente não plantar, tem que comprar” (A. G. S.). Até porque, “não faz sentido morar no assentamento, conseguir uma área dessa pra trabalhar e não produzir nada. Na roça nós trabalhamos pra nós mesmos” (M. P. S.).

O conhecimento adquirido por esses agricultores foi repassado entre gerações, cresceram vendo e ajudando os pais a trabalhar nas lavouras e hortaliças. Alguns ainda permanecem somente com essas técnicas. Porém, outros, como as tecnologias foram inovando, buscaram também se atualizar para adaptar novas técnicas aos plantios, como os defensivos alternativos contra as pragas, épocas de plantios e adubação orgânica. Essas técnicas modernas foram aprendidas principalmente através de assistência recebida, cursos e, até mesmo, pela televisão ou canais de mídia da internet, como na Figura 12, em que um assentado buscou estratégias para melhorar sua produção de corante, adaptando uma máquina que fizesse o processamento mais rápido e prático.

Figura 12: Máquina para processar corante adaptada por um assentado



Fonte: Arquivo da autora (2022).

Assim, os hábitos alimentares dessas famílias foram repassados entre gerações como comer arroz e feijão nas alimentações diárias, a farinha de mandioca escaldada no feijão, tomar o leite de manhã, comer feijoada, verduras, frutas, mandioca cozida, beijú, requeijão, queijo, milho e seus derivados, café, canjica, galinhas e animais caipiras (criados nos próprios quintais), doces caseiros, biscoito e quitandas. Isso já vem da tradição familiar, representando uma cultura deles. Com o tempo, foram acrescentando outros alimentos de acordo o convívio com outras pessoas, aprendizados através de televisão e internet, como comer ovos e galinhas de granjas e tomar refrigerante. Além disso, aprenderam a mudar a forma de comer os alimentos que já

produzem, por exemplo, suco de couve, de beterraba e outros legumes que antes eram usados apenas no prato, puro, e as próprias verduras que existem em casa, fazendo-as de forma diferente.

Então, para eles isso tudo é cultura. É manter as tradições antigas da região, seja em festas, cavalgadas, piadas, brincadeiras, ter uma convivência satisfatória dentro da comunidade, é respeitar o tempo de quaresma e a Semana Santa jejuando e comendo os alimentos adequados, a forma de plantar de acordo as fases da lua e época das águas. Dessa forma, os traços culturais apontados que identificaram na comunidade foram os hábitos alimentares repassados de gerações, realizar as comemorações nas datas festivas, aniversários das pessoas, novenas e rezas da igreja.

As festividades ocorrem sempre na igreja ou na sede, que ficam próximas, no assentamento. No mês de maio é realizada a festa de Santa Rita, que é a padroeira da comunidade, em que uma família rouba a bandeira e fica responsável por custear as despesas alimentícias, fogos e a ornamentação para o próximo ano. No dia da festa, o padre celebra uma missa na igreja, após se deslocam para o lado de fora, onde levantam a bandeira, realizam um batuque e seguem para a sede ao lado, servindo um jantar e dançando um forró.

No mês de junho fazem as fogueiras em cada domicílio e, às vezes, encontram-se na sede para fazer uma quadrilha e dançar, pois o mês mais aguardado é agosto, o aniversário do assentamento. Durante o mês fazem uma cavalgada, uma feijoada para arrecadar recursos para a igreja, celebram a missa, fazem *shows* com cantores locais e dançam.

As festividades seguem no mês de outubro com a festa de Nossa Senhora Aparecida, da mesma forma que ocorre no mês de maio; rezas, entrega da bandeira e comidas. Em dezembro finalizam com a festa de virada de ano, novamente com rezas, comidas e danças.

A alimentação tem grande influência nessas festas e culturas, pois por ser repassada entre gerações, a comunidade sempre tenta manter os costumes. Nas épocas festivas são feitas as comidas típicas, como Natal, em que fazem assados ou matam algum animal para comer em família; na Quaresma e Semana Santa, buscam comer mais peixes e evitar carnes; no São João, fazem biscoitos, canjica, quentão, caldos e quitandas; e na maioria das festas na sede ou igreja, fazem uma janta.

Os agricultores quando não estão na lida com a lavoura e hortaliças, ocupam seu tempo trabalhando com outras atividades como gado e criações pequenas de galinhas e porcos. No entanto, alguns ainda tentam se envolver um pouco com mutirões para reforma da sede e da

igreja, cavalgando e mesmo trabalhando com trator para outros fazendeiros em troca de usá-lo em seu lote.

Em se tratando da produção, para os agricultores, ela é fundamental para mantê-los no campo. Afinal, se fossem comprar o que produzem nos lotes, gastariam em média de R\$300 a R\$700 reais por mês, dependendo da produção, pois em alguns meses tem tanta fartura que poucas coisas compram. Porém, em outros meses, devido à produção menor, aumentam as despesas. Outros não conseguem definir a média que economizam, pois dificilmente vão a feira comprar. “Eu não tenho bem uma média de gastos, a gente não senta muito pra fazer essa matemática pra ver quanto que gasta. Eu sei que a minha despesa hoje, graças a Deus, é leve devido o que a gente planta e a família pequena” (W. P. S.).

No entanto, a maioria dos agricultores não selecionam produção somente para a venda ou para o consumo, utilizam da mesma lavoura para ambos, mas sempre priorizando na alimentação da família e o excedente, vende. Porém, ao ter esses produtos em quantidade que dê para levar a feira, procuram com cuidado, escolhendo os mais bonitos e saudáveis, buscando levar alimentos de qualidade, também uma forma de fidelizar os clientes. Mesmo assim, alguns são cientes da importância de vender os produtos na feira não só para custear as despesas da casa, mas ajudar na circulação de produtos de qualidade para as pessoas na cidade.

Quando você aumenta a produção, você vende o que sobrou. Se eu plantei horta, eu não dou conta de comer, então tenho que vender ela, porque eu não vou deixar minhas coisas perder, né. Eu tenho que vender. Se eu plantei o milho, produziu e sobrou, eu tenho que vender porque não pode perder, né. Qualquer coisa que você planta, tudo tem valor, né. Não tem nada que cê pode deixar perder, porque tudo tem valor. Porque é o seguinte, nós que mora na roça, a nossa obrigação, não é só com a gente. Nós levamos pra feira, não é só porque nós temos que levar lá pra vender, pra ter dinheiro não. É porque nós também temos a obrigação com quem tá lá. Então a ordem é, se quem tá lá, o médico não planta nada, ele tem que viver do que eu planto. O açougueiro vende a carne pra mim e ele tem que comer das coisas que ele não usa lá, ele tem que comer do que eu planto. O comerciante que vende as coisas lá que eu tenho que ir lá comprar, é do mesmo jeito. [...] Aqui cê chega no supermercado, às vezes, não tem uma coisa, então eles falam: ah, vou ali no galpão pegar lá. Quando não tem, cê tem que ir em outro lugar buscar, pois lá não fabrica, lá já vem de fora, né. Então, se a gente não tiver essa preocupação, o que que acontece? Vai faltar lá. Além de faltar lá, pra quem não planta e colhe, pode faltar. Pode encarecer as coisas também, né. Porque se eu não levo lá, por exemplo, se não tem a feira livre e o povo vai tudo pro supermercado, é claro que o supermercado vai subir o preço das coisas. Porque cê não tem a feira ali pra poder vender uma coisa mais barata. Uma coisa é dizer assim: eu tô vendendo uma coisa de boa qualidade. Então ele vai subir o preço, ne. Então, no caso da família é produzir pro consumo próprio (A. P. S.).

A partir do momento que a quantidade produzida é grande, o produto deixa de ser considerado só para o consumo da família e começa a ser comercializado. “Se você produziu uma quantidade que não dá conta de consumir, então você tem que vender” (A. G. S.).

Nos domicílios o trabalho é dividido. Na maioria o homem fica responsável pelas decisões na produção e pelo trabalho manual na lavoura, e a mulher pelos cuidados domésticos, limpeza e embalagem dos produtos, os quais são comercializados na feira livre do município. Algumas famílias entregam para os programas PAA e PNAE, e como tem um grupo de feira *online*, criado na pandemia do Covid 19, em que alguns assentados fazem parte, os clientes fazem o pedido e eles entregam diretamente nas casas. Mas tem ainda algumas casas em que o trabalho é dividido de forma que o homem fica no trabalho na lavoura e a mulher responsável por fazer quitandas e pela comercialização dos produtos na feira.

A feira... ela tem a feira toda quarta-feira e sábado na Avenida Franco Duarte, e de frente o mercado em Jequitinhonha. E a gente leva os produtos da gente, né. Várias comunidades todas levam. É tanto dos assentamentos quanto das comunidades vizinhas que tem, né. E pra gente é o momento de tá vendendo o produto da gente, comprando aquilo que a gente precisa na roça também, uma semente, uma ferramenta, alguma coisa que precisa no campo que a gente tem que comprar. Isso pra gente tem que ter, não adianta (A. G. S.).

Dos cinco entrevistados, dois são aposentados e relataram que continuam produzindo. Um deles porque, devido a questões de saúde, o salário não dá para custear as despesas. O outro, porque gosta mesmo da lida na roça, de poder plantar e colher os próprios produtos e de ver a lavoura farta, também por uma preocupação com as outras pessoas, em levar alimentos para a mesa de outras pessoas, pois “a alimentação é que gira o mundo até pra própria educação. Tudo tem que trabalhar junto: saúde, educação e alimentação” (M. P. S.).

De acordo os agricultores, foram apontadas algumas mudanças e melhoras após a chegada da mecanização e dos insumos industrializados. Mesmo não acompanhando diretamente essas mudanças em tudo, em algumas coisas acompanham. Antes as roças eram feitas todas de enxada, depois conseguiram o arado de boi e por último o trator. O que facilita muito a produção, pois “se eu não tiver um trator para fazer a terra, não dou conta mais de plantar” (W. P. S.). Aqueles que não têm condições de fazer plantios em maior quantidade e plantam apenas no quintal, ainda utilizam enxadas para fazer o manejo e adubação na terra para melhorar o desenvolvimento da planta. No entanto, nos lotes, sempre prezaram por guardar sementes crioulas para plantar as lavouras anualmente, sendo principalmente de milho, feijão e manivas de mandioca. De hortaliças guardam pouco, pois são mais sensíveis para a estocagem, mas ainda conseguem de couve, alface, cebola e coentro.

No início da pandemia do Covid19, os agricultores ficaram um pouco assustados, pois a maioria das fontes de renda para despesa nas casas era da comercialização de produtos na feira livre às quartas e sábado. Então, com o agravante do vírus, o município teve que impedir o funcionamento da mesma. Isso fez com que as famílias preocupassem em como se manter. Sendo assim, tornou-se um período ainda mais preocupante e doloroso. Além disso, vinha a preocupação das pessoas na cidade em ficar sem os alimentos, já que não podiam produzir e os preços nos supermercados haviam aumentado muito. Foi quando começaram a se organizar para entregar na cidade, diretamente nas casas das pessoas. Então, o município criou grupos de vendas *onlines*, via redes sociais na internet. Os agricultores colocavam no grupo os produtos que tinham, as pessoas encomendavam e recebiam diretamente na casa. Porém, isso foi apontado por alguns como ponto negativo, porque às vezes ficavam o dia inteiro fazendo entregas e, se não tivesse alguém habilitado para pilotar moto e realizar o trabalho, ficavam sem vender. Mas como a maioria conseguiu receber o auxílio emergencial, deu pra conduzir as despesas e passar pelo período.

Assim, os projetos de futuro desses agricultores são diversos como qualificar os filhos para que permaneçam contribuindo com a produção no campo, irrigar áreas, aumentar a produção, plantar mais culturas, ter a área registrada em seus nomes para fazer financiamento, implantar mais projetos no lote, plantar de forma que sobre pra vender e aprender mais técnicas para contribuir com a agricultura, produzindo alimentos saudáveis. Investir no lote é um sonho de todos, principalmente quando se trata de irrigar áreas para aumentar a produção. No entanto, o que deixa a desejar é a falta de mão de obra para ajudar na execução das atividades, pois as famílias são compostas por poucos membros, que nem sempre dão conta de realizar o trabalho.

Apesar disso, conseguem se organizar com os projetos que já conquistaram ou que estão alcançando através da associação, como o de encanar água do rio para residências, por exemplo. No entanto, o valor do projeto não dá para custear de forma a atender todos os domicílios, estando ainda parado. Todavia, relatam a necessidade dele ou de um que atenda a todos, já que, dentre os problemas que tiveram com água nos lotes, está a diminuição da mesma, o que gerou uma série de conflitos, pois a água encanada que abastece o assentamento vem de uma nascente, é boa, mas é uma quantidade que não dá para usar em grande produção. Algumas pessoas fazem plantios mesmo assim e acabam perdendo a plantação e conseqüentemente se desestimulando. No entanto, para quem consegue encanar água diretamente do rio, uma grande vantagem é a possibilidade de fazer o plano noturno de energia, através do qual as pessoas pagam uma tarifa bem baixa pelo uso.

Os assentados que possuem água irrigada nos lotes fazem lavoura o ano todo. Quem não tem a encanação, faz o plantio de acordo o período chuvoso e quando podem, utilizam uma pequena quantidade da água encanada da nascente.

No tempo das águas que chove muito, costumo plantar hortaliça mesmo. Ela dá uma queda, né. Aí vem o feijão, vem o milho, a mandioca, a verdura que produz muito bem no tempo das águas, da chuva mais forte. E mesmo a batata também, né. Batata Doce produz muito bem, banana, as frutas: laranja, mamão. Então, tem as coisas que quando no tempo chuvoso produz muito bem, só hortaliças tem que dar uma queda. Então, desses aí a gente tira pra gente comer e os outros que sobrar vende, né? Que sobrar não, que a gente não dá conta de comer a gente vende que é no caso, o feijão, o milho, banana, mandioca, batata. A melancia esse a gente vende, vende muito mesmo (M. M. N. S.)

Assim, costumam plantar de tudo um pouco: hortaliças, feijão, batata doce, milho, mandioca e frutíferas. Desses, o feijão é mais para o consumo doméstico, e o milho mais para a venda (Figura 13). Dessa forma, adequam as plantações às épocas do ano, variando muito de agricultor. A maioria costuma plantar o milho o ano todo, mas o feijão, eles plantam de março até maio. Um certo agricultor, por exemplo, além do feijão, não consegue produzir as hortaliças o ano todo, destacando ainda que na época das águas, aumenta a quantidade de milho produzida e além disso, ele não usa da água bombeada do rio, contribuindo para um maior lucro na produção. Ele enfatiza ainda que se os agricultores conseguissem produzir o ano todo, seria importante para o município, pois a demanda de produtos em determinadas épocas é muito grande, principalmente no mês de dezembro e janeiro, e é importante também que se tenha opções para atender as pessoas.

Nós plantamos aqui de tudo. Então, hoje a mulher vai na cidade, ela leva de tudo um pouco por causa disso. Às vezes ela fala assim: “Ah, mas tem fregueses que compra cinquenta reais na minha mão, compra setenta, compra trinta”. Se eu vou pra rua hoje e levo cem molho de maxixe, você vai comprar na minha mão, você vai comprar um molho de maxixe. Mas se eu levo um beijú, se eu levo uma pamonha, se eu levo um milho verde, se eu levo um maxixe, se eu levo uma alface, se eu levo uma couve, se eu levo um tempero verde, se eu levo um repolho, se eu levo um couve-flor, chega lá, você dá vontade de cada coisa dessa, comprar uma coisa. Então às vezes acaba ao invés de você comprar cinco, você compra dez, você compra vinte, você compra trinta, por causa que você olha assim e tem de tudo. Então é por isso que aí eu falo com ela, que nós podia plantar só milho, que eu produzo com mais facilidade. Antigamente a gente vendia o milho por um preço, hoje o milho tá muito bom. A espiga se for boa, você faz três espiga de milho por cinco reais, que antigamente era dez centavos. Você faz uma pamonha hoje por cinco reais, apesar que ela dá muito trabalho. Mas, então é por causa disso que a gente planta esse tanto de coisa (W. P. S.).

Figura 13: Plantio de feijão no lote de um assentado

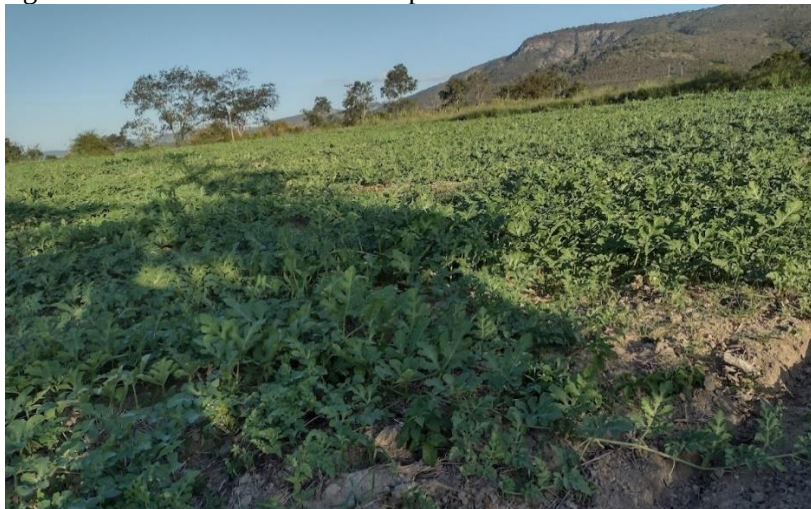


Fonte: Foto da autora (2023).

No assentamento as famílias sempre buscam contribuir umas com as outras, principalmente nas lavouras, trocando sementes para os plantios. Não costumam trocar diárias de serviços, pois não tiveram esse hábito nas fazendas em que trabalhavam, exatamente por terem uma ligação direta na fazenda e morar lá, além de que os fazendeiros não gostavam que os agregados saíssem para trabalhar em outra. Mas quando se trata de alimentos, sempre trocam ou doam para quem quiser ou estiver precisando, o que não ocorre muito quase hoje em dia, pois segundo os assentados, não tem mais gente passando necessidade de doação por não ter alimentos algum em casa. Os assentados costumam se reunir todo fim de ano para montar cestas de alimentos e doar para instituições ou pessoas que estejam passando por necessidades.

Alguns agricultores fazem o plantio em parceria. Como a divisão das áreas comunitárias ainda não tinham sido definidas pelo Incra, os assentados utilizavam da mesma para plantios em parcerias ou individuais. Um trabalho em específico, realizado por dois assentados, foi exemplo de organização, planejamento e rentabilidade. Sempre trabalharam juntos, um contribuindo com o outro em hortaliças e mesmo nas lavouras, mas foi através de um plantio de melancia que a produção se destacou no assentamento. Araram uma área de quase um hectare, irrigaram através de gotejamento e plantaram 100 covas de melancia, colhendo uma média de 3 mil (Figura 14). Todo investimento foi dividido, assim como o lucro das vendas, sendo essas realizadas na feira livre e no próprio assentamento a um preço bem acessível. Ainda assim, sem nenhum acompanhamento técnico, fizeram pesquisas na internet sobre os manejos adequados para a cultura e juntos realizaram diariamente os cuidados com a produção.

Figura 14: Plantio de melancia em parceria de dois assentados



Fonte: Foto da autora (2023).

Sendo assim, um fator importante nessa parceria é que apesar da grande quantidade de vendas, os assentados fizeram muitas doações, tanto para os vizinhos assentados quanto para instituições e amigos na cidade. No entanto, após o Incra avisar que as áreas deveriam ser divididas, eles tiveram que tirar todo material, mas o trabalho foi tão bem feito que o planejamento futuro é continuar a parceria em seus próprios lotes, na produção de outras culturas.

No município, o Assentamento Campo Novo é um dos maiores em quantidades de famílias assentadas e também é um dos lugares que tem mais agricultores vendendo produtos na feira. Mesmo passando por longos períodos de estiagem, muitos não desanimam e insistem no trabalho na lavoura. Qualquer oportunidade de chuva, as pessoas plantam, “você planta, às vezes não sai, mas o objetivo é a gente sempre está plantando” (A. G. S.).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agricultura familiar atua como importante parte na alimentação dos brasileiros. No município de Jequitinhonha, Minas Gerais, a produção agrícola é uma das principais fontes de alimentação e renda de agricultores familiares. Nesse sentido, o objetivo da pesquisa foi analisar a Segurança Alimentar e Nutricional a partir da produção de alimentos para autoconsumo das famílias no Assentamento Campo Novo. Então, para alcançá-lo, foi preciso conhecer a caracterização geográfica, bem como os sujeitos que ocupam aquele espaço e guardam a memória e tradição de toda uma cultura local. Para isso, realizou-se uma pesquisa de campo com aplicação de questionários para todos os 57 agricultores assentados, bem como entrevistas individuais com um grupo que foram ou são lideranças do assentamento, investigando a produção de alimentos para o autoconsumo, o acesso à terra e as condições de Segurança Alimentar e Nutricional das famílias.

De acordo os resultados da pesquisa, o povoamento da região deu-se de forma expansiva e conflituosa. O assentamento Campo Novo, assim como os demais do município, foi implementado com muita luta e organização das pessoas junto aos movimentos sindicais existentes na época. O agrego crescente e as faltas de administrações da produção e da propriedade por parte de alguns fazendeiros corroborava para a não utilização de toda a terra e mesmo falência, o que possibilitou contato e intervenção com o Incra para intermediar o processo da compra e efetivação da posse de agricultores, tornando-se assentados. Com a articulação e apoio, conseguiram projetos que possibilitaram a produção de alimentos nos lotes, bem como a comercialização dos excedentes na feira livre. Apesar de o assentamento estar situado às margens do Rio Jequitinhonha, nem todos conseguem acessar a água para o plantio, já que a água para o uso doméstico oriunda da nascente não é suficiente para realizar essas atividades.

Dessa forma, os longos períodos de estiagem acarretam a diminuição ou falta de produção de alguns assentados, que se restringem a produzir alimentos que se adequem à pouca quantidade de água. Os períodos chuvosos que concentram muita quantidade de água em poucos meses favorecem plantios específicos. Então, respondendo à questão norteadora da pesquisa, não são todos os assentados que conseguem obter Segurança Alimentar e Nutricional apenas com a produção de autoconsumo, sendo o principal problema e agravante a falta de água. Os assentados que moram às margens ou mais próximos do rio conseguem encanar água e obter alimentos o ano todo. No entanto, quem mora na extremidade do assentamento, mais próximos à rodovia, não conseguem uma grande e diversificada produção.

Não conseguindo produzir, as famílias optam por obter alimentos através dos mercados da cidade, mas nem sempre têm a escolha de comprar verduras, legumes, frutas e tubérculos semanalmente devido ao alto custo. Assim, restringem-se a massas, embutidos ou outros produtos mais baratos, acarretando no processo de Insegurança Alimentar e Nutricional de algumas famílias.

Ainda assim, as famílias que conseguem produzir para o autoconsumo, apresentam uma diversidade de culturas. A disponibilidade dos tratores foi uma das possibilidades que facilitou bastante o processo de manejo da terra e plantio, além de diminuir a mão de obra dos agricultores nos serviços braçais nas lavouras. Esses, por sua vez, procuram utilizar sempre da produção agroecológica, sendo que 96,5% dos agricultores utilizam de esterco bovino nas plantações, contribuindo para o fortalecimento das plantas e 78,9% utilizam sementes crioulas ou de paiol, que são sementes guardadas de plantios anteriores, resistentes e que contribuem para um bom rendimento da produção. Isso mostra a preocupação deles com uma alimentação saudável, livre de agrotóxicos e que auxilie na sustentabilidade local, além de contribuir com a conservação ambiental através da utilização de sementes por seleção natural que guarda a memória e cultura de seus ancestrais.

Dentre as culturas produzidas, encontram-se mandioca, milho, feijão, café, cana-de-açúcar, abacate, banana, tomate, coco, batata-doce, cebola e melancia. Sendo que 89,3% das famílias fazem o plantio de horta no terreno, e mesmo que 24% tenham relatado que não é suficiente para atender às necessidades da família, ainda assim, isso mostra que as hortaliças e verduras são um dos principais alimentos que constam nas refeições diárias de maioria dos assentados, já que 81,6% disseram nunca comprar verduras, pois produzem no terreno.

Um dos grandes avanços no assentamento foi a criação da associação. Através dos projetos, ela possibilitou que várias pessoas conseguissem permanecer no local, se estabelecendo enquanto agricultor familiar. Dentre esses projetos, a aquisição de um caminhão e ônibus para transportar os agricultores até a feira livre na cidade para comercializar os excedentes da produção foi muito relevante, pois possibilitou ao agricultor a autonomia para produzir e auferir renda para sua família de forma a favorecer o trabalho familiar.

Um fator preocupante é que, apesar de maioria dos domicílios possuir aposentados, receberem auxílio do governo ou mesmo oriundos de trabalhos fora do terreno, nem todos têm condições de comprar um veículo. Então, a opção é levar os produtos em transporte particular, porém, com o custo das passagens é alto. Isso acaba desmotivando para fazerem plantios com objetivo de vendas, optando apenas para o consumo da família.

Em se tratando de programas PAA e PNAE, são importantes meios para que os agricultores que têm condições de produzir uma diversidade de culturas continuem motivados e comercializem seus produtos, além de possibilitar aos alunos da escola pública uma alimentação saudável, variada, contribuindo para o bem estar deles nas instituições. As linhas de créditos do Pronaf também foram um meio que permitiu que os agricultores iniciassem a organização em seus lotes, favorecendo o desenvolvimento das atividades agrícolas e agropecuárias.

As famílias que conseguem estruturar uma irrigação no lote optam por produzir culturas mais específicas para a venda, como o milho. Quem não tem água encanada nos lotes, além da nascente para o consumo doméstico, fazem pequenas hortas nos quintais para plantios de temperos como coentro e cebola, alguns canteiros de cenouras, beterraba, couve e alface.

No assentamento percebe-se que a produção de autoconsumo é o principal fator que impulsiona os agricultores a estarem nos lotes. Através dela, o coletivo se interage seja por meio da associação para conseguir projetos para o bem comum, trabalhando em parceria com outros assentados ou apenas colaborando com os vizinhos. A interação favorece ainda para a preservação da cultura e memória dos seus ancestrais através da alimentação, dos festejos, das rezas e organização interna de todos de forma a manter essas tradições.

O trabalho na lavoura favorece o vínculo com a família, porém, verificou-se que, apesar da falta de água, os agricultores não pretendem parar de produzir mesmo em pequena quantidade. No entanto, um outro fator que interfere na produção é que grande parte dos assentados já são idosos e muitas vezes não aguentam o trabalho na lavoura devido a problemas de saúde ou casos em que os filhos com preparo físico para ajudá-los já não residem com eles no lote, ficando sem condições de realizar os plantios. Além disso, falta mão de obra para serviços nessas atividades. Porém, um fator considerável que ocorreu foi o retorno para o assentamento de algumas famílias, filhos de assentados que moravam em centros urbanos distantes decidiram dar continuidade nas atividades agrícolas e ter seu sustento a partir dela.

De acordo os resultados, apesar da união e organização interna dentro do assentamento, ainda existem famílias em situação de Insegurança Alimentar e Nutricional. Nos domicílios com menores de 18 anos, 38% estão em Segurança Alimentar, 36% em Insegurança Alimentar leve, um domicílio em Insegurança Alimentar grave e nenhum em Insegurança Alimentar moderada. Já nos domicílios sem menores de 18 anos, 60% estão em Segurança Alimentar, 20% em Insegurança Alimentar leve, 20% em Insegurança Alimentar moderada e nenhum em

Insegurança Alimentar grave. Dessa forma, 40% encontram-se em situação de Insegurança Alimentar, sendo que maioria está em grau leve.

Mesmo grande com parte dessas famílias que estão em situação de Insegurança Alimentar e Nutricional afirmando que comem “bem”¹², não é sempre que conseguem obter alimentos saudáveis nas alimentações diárias. Outras optam por ter alimentos que não são saudáveis em suas dietas, apenas por gostar mesmo do produto, por exemplo, refrigerante e alguns embutidos.

Nesse sentido, uma solução seria a inserção de projetos que permitissem a essas famílias aumentarem sua produção para vender o excedente, gerando renda para compra de outros produtos para o sustento das famílias. Além disso, é importante que sejam desenvolvidos cursos e palestras sobre alimentação saudável e sustentável de forma que quem conseguir ter a opção de comprar, evite alimentos industrializados e não saudáveis.

O estudo mostra que é viável a criação de assentamentos e que a Reforma Agrária aconteça, permitindo que agricultores tenham sua terra para produzir e que se fixem no campo. Além disso, é importante que os programas PAA e PNAE atuem como suporte para essas pessoas continuarem a produzir. A água e a energia são os principais gargalos que interferem e encontram-se como centro de dificuldade para produzir, pois os projetos que já foram visados para esse feito não conseguem abranger todos os assentados, somente uma parte é beneficiada.

Portanto, através dos dados deste trabalho, percebe-se que a produção agrícola para autoconsumo dos assentados do Assentamento Campo Novo é uma importante fonte de alimentação das famílias, além de ainda se destacar muito nas feiras livres, sendo parte importante do consumo de famílias urbanas no município de Jequitinhonha. Os produtos são reconhecidos e desejados pelos clientes na cidade. Ainda assim, é importante que o poder público tenha um olhar mais atento e cuidadoso para essas famílias assentadas, contribuindo com a execução de projetos e favorecendo no desenvolvimento de suas atividades, possibilitando que através da produção de alimentos para o autoconsumo, consigam estar em situação de Segurança Alimentar e Nutricional.

¹² Comer bem para eles seria comer uma grande quantidade de alimentos, mesmo que não seja saudável.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: Repensando o desenvolvimento Rural. In: SEMINÁRIO SOBRE REFORMA AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. **Economia Aplicada**, n. 2, v. IV, p. 379-397, abr.- jun., 2000.

ANJOS, Flávio Sacco dos; BECKER, Cláudio. Agricultura Familiar e Mercados Institucionais: O Desenvolvimento como Liberdade. **Rev. Econ. NE. Fortaleza**, v. 45, Suplemento especial, p.107-117, out.-dez., 2014. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/revista/ren/article/view/502>. Acesso em: 07 fev. 2023.

BABBIE, Earl. **Métodos de pesquisa de Survey**. 2. reimp. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

BAIARDI, Amilcar; ALENCAR, Cristina Maria Macêdo. Agricultura Familiar, seu interesse acadêmico, sua lógica constitutiva e sua resiliência no Brasil. **RESR**, Piracicaba-SP, v. 52, Supl.1, p.45-62, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/dxsbz7BBkJBzrBSTKJMHwkwf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 07 out. 2022.

BALBINO, Tomás de Faria. **Um olhar para o desenvolvimento rural do Vale do Jequitinhonha a partir dos meios de vida das famílias rurais**. 2021. 187f. Dissertação (Mestrado em Planejamento, Desenvolvimento e Território) - Universidade Federal de São João Del Rei. São João Del Rei-MG, 2021.

BARBOSA, Lucas Fernandes. **Produção, consumo e circulação de alimentos durante a seca: um estudo sobre famílias lavradoras em Medina, Vale do Jequitinhonha**. 2020. 2162f. Dissertação (Mestrado em Saúde, Ambiente e Trabalho) - Universidade Federal de Minas Gerais/Instituto de Ciências Agrárias. Montes Claros - MG, 2020.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Org.) **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som – um manual prático**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 64-84.

BORGES, Danilo Marinho Lamêgo; ARAÚJO, Vanessa Marzano; RIBEIRO, Eduardo Magalhães; CRUZ, Maria Sirlene da; SANTOS, Lucas Rocha. A comercialização de Produtos do Agroextrativismo em Feiras Livres do Alto Jequitinhonha. **Campo-Território: Revista Geografia Agrária**. Edição especial, p.325-356, jul., 2020.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. **Sociedade e Cultura**, v.10, n.1, Jan.-Jun., 2007.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Plantar, colher, comer: um estudo sobre o campesinato goiano**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 27 de julho de 2006a. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm>. Acesso em: 23 mai. 2023.

BRASIL. Lei n. 11. 346. 2006. Lei de Segurança Alimentar e Nutricional. **Diário Oficial da União**, 18 set. 2006b, p.1. Brasília-DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm>. Acesso em: 07 fev. 2023.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2.ed., 1. Reimpr. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRAUNER, Maria Cláudia Crespo; GRAFF, Laíse. Segurança Alimentar e Produção Agrícola: Reflexões sob a Ótica da Justiça Ambiental. **Veredas do Direito**. v. 12, n. 24, p. 375-400. Belo Horizonte, Dez. 2015. Disponível em: d<<http://revista.domhelder.edu.br/index.php/veredas/article/view/280>>. Acesso em: 07 out. 2022.

BUSTAMANTE, Paula Margarita Andrea Cares. **O Pronaf como política pública para a redução da pobreza no meio rural: avanços e desafios**. 2022. 205f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Social) - Universidade Estadual de Montes Claros. Montes Claros - MG, 2022.

CANDIDO, A. **Os parceiros do rio Bonito**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1975.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. 10. ed. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

DOMBEK, Luiz Antônio. **Autoconsumo e Segurança Alimentar em assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema**. 2006. 94f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola, Campinas, SP. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalhe/404240>>. Acesso em: 07 out. 2022.

FOOD AND AGRICULTURAL ORGANIZATION (FAO.). **El Trabajo de la FAO em la Agricultura Familiar: Prepararse para el Decenio Internacional de Agricultura Familiar (2019-2028) para alcanzar los ODS**. Nova York, Estados Unidos: FAO, 2018. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/ca1465es/CA1465ES.pdf>>. Acesso em: 14 mai. 2023.

FREITAS, Maria do Carmo Soares de. **Agonia da fome**. Rio de Janeiro/Salvador: FIOCRUZ/EDUFBA, 2003. 281 p. Disponível em: <<https://books.scielo.org/id/r9y7f>>. Acesso em: 03 jan 2024.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Informativo FJP: Informações Territoriais dos Municípios da Região Intermediária de Teófilo Otoni**. Rio de Janeiro: FJP, 2021. v.3, n.8. Disponível em: https://fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2021/08/Inf_CIT_08_2021.pdf. Acesso em: 09 jan. 2023.

FURTADO, C. O subdesenvolvimento revisitado. **Economia e Sociedade**. Campinas, Unicamp, v.1, n.1, p.5–19, Ago., 1992. Disponível em:

<<https://www.eco.unicamp.br/economia-e-sociedade/vol-1-n-1-f-1-p-1-167-ago-1992/O%20Subdesenvolvimento%20Revisitado>>. Acesso em: 5 abr. 2023.

GODINHO NETO, Dilson de Quadros. **Acesso, uso e gestão da terra e da água:** análise comparativa entre a lei e os direitos costumeiros em comunidades rurais do Vale do Jequitinhonha. 2020. 142 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território) - Universidade Federal de Minas Gerais / Instituto de Ciências Agrárias, Montes Claros, 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GUANZIROLI, Carlos Enrique; CARDIM, Silvia Elizabeth (Coord.). **Novo retrato da Agricultura Familiar:** O Brasil redescoberto. Brasília: Projeto de Cooperação Técnica FAO/INCRA, 2000. 74p.

HOFFMANN, Rodolfo. Determinantes da Insegurança Alimentar no Brasil: análise dos dados da PNAD de 2004. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 15, n. 1, p.49-61, 2008.

IBGE. **IBGE Biblioteca**. 2017. Disponível em:
<<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2100600>>. Acesso em: 09 jan. 2023.

IBGE. **IBGE Cidades**. 2023. Disponível em:
<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/jequitinhonha/historico>> Acesso em: 24 jan. 2023.

IBGE. **IBGE Cidades**. Censo 2022b. Disponível em:
<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/almenara/panorama>>. Acesso em: 24 jan. 2024.

IBGE. **IBGE Cidades**. Censo 2022c. Disponível em:
<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/jequitinhonha/panorama>>. Acesso em: 24 jan. 2024.

IBGE. **IBGE Cidades e Estados**. Censo 2022a. Disponível em:
<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/teofilo-otoni/panorama>>. Acesso em: 24 jan. 2024.

IBGE. **Divisões regionais do Brasil**. 2017. Disponível em:
<<https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/redes-geograficas/15778-divisoes-regionais-do-brasil.html?=&t=acesso-ao-produto>>. Acesso em: 08 de fev. 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Nota Técnica n. 69** - Agricultura familiar e abastecimento alimentar no contexto do Covid-19: uma abordagem das ações públicas emergenciais. Brasília: IPEA, 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Políticas sociais:** acompanhamento e análise, Brasília: IPEA, 2008.

JANNUZI, P. M. Avaliação de programas sociais: conceitos e referenciais de quem a realiza. **Est. Aval. Educ.**, São Paulo, v. 25, n. 58, p. 22-42, maio-ago., 2014.

MARTINE, G.; BESKOW, P. R. O modelo, os instrumentos e as transformações na estrutura de produção agrícola. In: MARTINE, G.; GARCIA, R. C. (Org.). **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Caetés, 1987. P. 19-39.

MATTEI, Lauro. Políticas de apoio ao desenvolvimento da Agricultura Familiar no Brasil: O caso recente do Pronaf. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 38, n. 1, 2007.

MINAS GERAIS. Câmara Governamental Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais – CAISAN/MG. **V Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais**. 2021/2023. Belo Horizonte: CAISAN, 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.) **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2002.

OLIVEIRA, Siumara Santos; ASEVEDO, Tayrone Roger Antunes. Do Latifúndio ao Assentamento: recriando a agricultura camponesa no Mato Grosso. **Agriculturas: Agroecologia e a superação da pobreza**, v. 11, n. 2, p. 21-24, jul., 2014. Disponível em: <https://fase.org.br/wp-content/uploads/2014/10/Artigo-Roseli-Nunes.pdf>. Acesso em: 13 de jul. 2022.

PANZUTTI, N. P. M. **De que agricultura familiar estamos falando?** 2005. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=3727>>. Acesso em: 4 de dez. 2023.

PIRES, Álvaro P. A amostragem e pesquisa qualitativa: ensaio teórico e metodológico. In: POUPART *et al.* **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães. **Estradas da vida: terra e trabalho nas fronteiras agrícolas do Jequitinhonha e Mucuri**, Minas Gerais. Editora UFMG: Belo Horizonte, 2013.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães; GALIZONI, Flávia Maria; SILVESTRE, Luiz Henrique; CALIXTO, Juliana Sena; ASSIS, Thiago de Paula; AYRES, Eduardo Barbosa. Agricultura familiar e programas de desenvolvimento rural no Alto Jequitinhonha. **RER**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 4, p. 1.075-1.102, out.-dez., 2007.

RIBEIRO, E. M; GALIZONI, F. M.; MOREIRA, T. M. B.; AYRES, E. B. Da fraqueza à força: produção de autoconsumo e uso de programas públicos por agricultores do Jequitinhonha mineiro. **Agriculturas**, v. 11, n. 2, 2014.

ROCHA, S. O programa Bolsa-Família: evolução e efeitos sobre a pobreza. Campinas. **Economia e Sociedade**, v. 20, n. 41, p. 113-139, abr. 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ecos/a/HHjfN6yK4Pgy6PYMfPNp5BK/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 5 abr. 2022.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?** Rio de Janeiro: FGV, 2003.

SARDINHA, Luciana Monteiro Vasconcelos. **Escala Brasileira de Insegurança Alimentar–EBIA: análise psicométrica de uma dimensão da Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2014.

SCHUBERT, Maycon Noremberg; TONIN, Jeferson; SCHNEIDER, Sergio (Orgs.). **Desafios e tendências da alimentação contemporânea: consumo, mercados e ação pública**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2023.

SILVA, Pereira Sandro. **A trajetória histórica da Segurança Alimentar e Nutricional na Agenda Política Nacional: projetos, discontinuidades e consolidação**. Texto para discussão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Rio de Janeiro: IPEA, 2014.

SOUZA FILHO, Hildo Meirelles; BUAINAIN, Antônio Márcio; FONSECA, Rinaldo Barcia. A Reforma Agrária e o Novo Contexto Institucional de Políticas de Combate à Pobreza Rural. **Travessia- Revista do Migrante**, n. 39, jan.-abr., 2001.

TAVARES, Lucas Hermann da Silva; LIMA, Ana Carolina da Cruz. Segurança Alimentar, composição domiciliar e pobreza no Brasil: um estudo a partir dos microdados da PNAD para o período 2004-2013. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 58, p. 101-144, 2021.

TROIAN, A.; MACHADO, E. T. L. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar no Brasil: análise da evolução e distribuição entre 1999 e 2017. **Desenvolvimento em Questão**, v. 18, n. 50, p. 109-128, 2020. Disponível em: <<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/8489>>. Acesso em: 08 jul. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (UFV). Departamento de Economia Rural. **PA Campo Novo: localização da Bacia do Rio Jequitinhonha**. [20??]a. Disponível em: <<https://assentamentos.com.br/uploads/assentamentos.com.br/projetos/Jequitinhonha/campo%20novo%20-%20localizacao%20na%20bacia.jpg>>. Acesso em: 13 mar. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (UFV). Departamento de Economia Rural. **PA Campo Novo: Projeto final de assentamento**. [20??]b. Disponível em: <<https://assentamentos.com.br/uploads/assentamentos.com.br/projetos/Jequitinhonha/campo%20novo%20-%20projeto%20final%20de%20assentamento.jpg>>. Acesso em: 13 mar. 2022.

VEIGA, José Eli da. Agricultura Familiar e Sustentabilidade. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 13, n. 3, p. 383-404, 1996.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Agricultura Familiar e Campesinato: rupturas e continuidade**. Texto para aula inaugural. CPDA/UFRJ, 2004. Disponível em: <<https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/238>>. Acesso em: 08. jul. 2023.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20. GT 17. Processos sociais agrários. **Anais...** Caxambu, MG, 1996.

WOORTMANN, Klaas. Migração, família e campesinato. **Revista Brasileira de Estudos de População**. Jan-jun., 1990. Disponível em: https://www.rebep.org.br/revista/article/view/546/pdf_520. Acesso em: 08. jul. 2023.

APÊNDICES

APÊNDICE A: Entrevista individual com os agricultores assentados

IDENTIFICAÇÃO/COMPOSIÇÃO FAMILIAR

1_ Nome: _____

2_ Idade: _____

3_ Qual o seu estado civil?

() casado(a) () solteiro(a) () união estável () divorciado(a)

4_ A quanto tempo reside no lote?

() mais de 3 anos () mais de cinco anos () mais de 7 anos () mais de 10 anos

5_ O título do lote é seu? () sim () não

_ Se não, é de qual membro familiar? () esposo(a) () filho(a) () irmão(ã) () mãe () pai

6_ Quantos membros fazem parte da sua família?

() 1 a 2 () 3 a 4 () 5 a 6 () mais de 7

_Referente a esse ponto responda:

1.Nomes	2.Parentesco	3.idade	4.escolaridade	5.Reside com você	6.ocupação	7.Qual a localidade do trabalho	8.Horas de trabalho por dia em atividades produtivas

2) (1) Responsável, (2) Cônjuge, (3) Filho(a), (4) Pais, (5) Irmãos, (6) Netos, (7) outros.

4) SE- sem escolaridade, PE- pré-escola, EFI- ensino fundamental incompleto, EFC- ensino fundamental completo, EMI- ensino médio incompleto, EMC- ensino médio completo, ESI- ensino superior incompleto, ESC- ensino superior completo.

6) Ocupação: (1) Agricultor; (2) Do lar; (3) Estudante; (4) Trabalho assalariado agrícola; (5) Trabalho assalariado não agrícola; (6) Aposentado/pensionista, (7) Autônomo, (8) Caseiro, (9) Não rem ocupação-criança.

7) (1) na propriedade; (2) no meio rural; (3) no meio urbano; (4) na região; (5) outros.

8) (1) Nenhuma (2) menos de uma hora; (3) 1 hora; (4) 2 horas; (5) 3 horas; (6) 4 horas; (7) mais de 5 horas.

CONDIÇÃO DO DOMICÍLIO

I_ O que possui em sua residência?

() Energia elétrica em casa

() Celular/telefone

() Água dentro ou próximo da casa

() Internet

- | | |
|--|--|
| ☐ Banheiro dentro de casa | ☐ Computador |
| ☐ Fogão a gás | ☐ Carro próprio |
| ☐ Chuveiro elétrico | ☐ Motocicleta |
| ☐ Geladeira | ☐ Tanquinho/máq. de lavar |
| ☐ Bicicleta | ☐ Parabólica |
| ☐ Ferro elétrico | ☐ Linha de Telefone Fixo |
| ☐ Fogão à lenha | |

II_ Condições de moradia:

- 1_ Como avalia as condições de sua moradia? ☐ ótima ☐ Boa ☐ Razoável ☐ Ruim
- 2_ Como é a destinação do esgoto de sua residência? ☐ Fossa negra ☐ Rede ☐ Vala, sanga
- 3_ Qual a destinação do lixo orgânico (restos de animais e vegetais)?
☐ Enterra ☐ Céu aberto/vala ☐ compostagem/adubo ☐ Coleta pública ____ vezes/ano.
- 4_ Qual a destinação do lixo inorgânico?
☐ Enterra ☐ Queima ☐ Coleta pública ____ vezes/ano.

Acesso a água

- 1_ Quais as fontes de água que a família tem no terreno?
☐ rio ☐ nascente ☐ poço artesiano ☐ cisterna de água da chuva ☐ outros _____
 _Pra quais locais são destinadas essas águas?
☐ uso doméstico ☐ hortaliças ☐ criação de animais
☐ lavouras ☐ frutíferas ☐ outros
- 2_ Como a família classifica a qualidade das fontes e água disponível?
☐ péssima ☐ ruim ☐ boa ☐ ótima
- 3_ Em algum mês falta água no terreno? ☐ não ☐ sim. Qual? _____

ACESSO AOS SERVIÇOS

I_ Assistência social:

A família recebe algum benefício ou transferência do governo como Bolsa Família, aposentadoria, pensão e outros? ☐ não ☐ sim, qual.

- 1_ Membro da família que recebe:
- 2_ Tipo de benefício:
3. Valor do benefício:
4. Destinação principal do recurso:

II_ Transporte utilizado pela família:

- | | |
|---|--|
| 1_ Coletivo público: ☐ sim; ☐ não. | 2_ Coletivo privado: ☐ sim; ☐ não. |
| 3_ Carro próprio: ☐ sim; ☐ não. | 4_ Moto própria: ☐ sim; ☐ não. |
| 5_ Bicicleta própria: ☐ sim; ☐ não. | 6_ Outros: _____ |

ÁREA DE PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

1_ Qual tamanho da área que a família trabalha?

() 2 a 5 hectares () 6 a 10 hectares () 11 a 15 hectares () mais de 16 hectares

2_ A família faz lavoura o ano todo? () sim; () não.

3_ Qual o tamanho aproximadamente da área plantada anualmente?

Pasto: () 0 () menos de 1 ha () 2 a 3 ha () 4 a 7 ha () 8 a 10 ha () mais de 11 ha
lavoura: () 0 () menos de 1 ha () 2 a 3 ha () 4 a 7 ha () 8 a 10 ha () mais de 11 ha
outras: () 0 () menos de 1 ha () 2 a 3 ha () 4 a 7 ha () 8 a 10 ha () mais de 11 há

4_ O que usam para produzir?

() Esterco	() Desintegrador
() Trab. Humano	() Animal de serviço
() Trator	() Engenho
() Calcário	() Motor elétrico
() Semente de paiol	() Lenha
() Semente comprada	() Energia elétrica
() Adubo químico	() _____

5_ Quais são os principais gastos para produzir?

() energia () água () mão de obra () trator/aragem () insumos

6_ Quais animais a família cria?

() gado () galinha () porcos () cabras e bodes
() ovelhas e carneiros () cavalos, mulas e jumentos () abelhas

- Destino:

() venda () consumo familiar () parte para o consumo familiar e parte para a venda

7_ Quais são as produções de origem animal?

_Destino:

() consumo familiar () venda () parte para a venda e parte para o consumo familiar

8_ Qual é a produção de cultura temporária?

() mandioca () milho () feijão () café () cana-de-açúcar () abacate
() banana () cebola () tomate () coco () batata-doce () melancia

_ são utilizados para:

() consumo familiar () venda () parte para venda e parte para consumo familiar

9_ Possui horta no terreno? () sim () não

10_ Possui quintal no terreno? () sim () não

11_ Quais produtos são beneficiados dentro do terreno?

() farinha de milho () farinha de mandioca () requeijão () queijo () conservas
() pão () biscoito () goma () beijú de goma

_ qual destino dos produtos

☐ venda ☐ consumo familiar ☐ parte para a venda e parte para o consumo familiar

12_ A família fornece alimentos para escolas públicas através do PNAE? ☐ sim ☐ não

13_ A família fornece alimentos para o município através do PAA? ☐ sim ☐ não

14_ Vocês acessam ou acessaram PRONAF? ☐ não ☐ sim.

Valor: _____

15_ Utilização de mão de obra externa para trabalhos na produção? ☐ sim ☐ não

16_ Tem alguém na família que é mais responsável pela produção para o autoconsumo?
☐ não ☐ sim. _ Por quê?

17_ Quais alimentos **NUNCA** são comprados na cidade?

☐ verduras ☐ legumes ☐ frutas ☐ tubérculos ☐ carnes ☐ outros. _____

18_ Quais alimentos que **SEMPRE** são comprados?

☐ verduras ☐ legumes ☐ frutas ☐ tubérculos ☐ carnes ☐ outros. _____

19_ Os recursos para compra dos alimentos nesta casa vêm principalmente de onde?

☐ atividade agropecuária ☐ bolsa família/renda Brasil ☐ aposentadoria rural
☐ diárias fora do terreno ☐ trabalho na cidade ☐ outros

20_ Qual (is) mês (es) a família tem maior disponibilidade de alimentos?

☐ janeiro ☐ fevereiro ☐ março ☐ abril ☐ maio ☐ junho
☐ julho ☐ agosto ☐ setembro ☐ outubro ☐ novembro ☐ dezembro

21_ Têm alguma época ou mês que falta algum alimento? ☐ não ☐ sim

_quais meses? ☐ janeiro ☐ fevereiro ☐ março ☐ abril ☐ maio ☐ junho
☐ julho ☐ agosto ☐ setembro ☐ outubro ☐ novembro ☐ dezembro

22_ Quais alimentos da família mudam no período da seca e no período chuvoso?

☐ hortaliças ☐ criação de animais ☐ frutíferas ☐ lavouras ☐ nenhum

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

1 - Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio tiveram preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais comida? ☐ Sim ☐ Não

2 - Nos últimos três meses, os alimentos acabaram antes que os moradores deste domicílio tivessem dinheiro para comprar mais comida? ☐ Sim ☐ Não

3 - Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada? ☐ Sim ☐ Não

4 - Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio comeram apenas alguns alimentos que ainda tinham porque o dinheiro acabou? ☐ Sim ☐ Não

5 - Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade deixou de fazer uma refeição porque não havia dinheiro para comprar comida? ()Sim ()Não

6 - Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez comeu menos do que devia porque não havia dinheiro para comprar comida? ()Sim ()Não

7 - Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez sentiu fome, mas não comeu, porque não havia dinheiro para comprar comida? ()Sim ()Não

8 - Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou um dia inteiro sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida? ()Sim ()Não

9 - Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez, deixou de ter uma alimentação saudável e variada porque não havia dinheiro para comprar comida? ()Sim ()Não

10 - Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez, não comeu quantidade suficiente de comida porque não havia dinheiro para comprar comida? ()Sim ()Não

11 - Nos últimos três meses, alguma vez, foi diminuída a quantidade de alimentos das refeições de algum morador com menos de 18 anos de idade, porque não havia dinheiro para comprar comida? ()Sim ()Não

12 - Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade deixou de fazer alguma refeição, porque não havia dinheiro para comprar comida? ()Sim ()Não

13 - Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade, sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida? ()Sim ()Não

14 - Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou sem comer por um dia inteiro porque não havia dinheiro para comprar comida? ()Sim ()Não

15 _A(o) senhora(sr) come, diariamente, pelo menos 1 vez ao dia:

a) Cereais e derivados (arroz, macarrão, pão, milho, bolachas). () Sim ()Não

b) Tubérculos e raízes (mandioca/macaxeira, farinha de mandioca, batata,). () Sim ()Não

c) Leite. () Sim ()Não

d) Ovos. () Sim ()Não

e) Frutas e sucos naturais. () Sim ()Não

f) Verduras, legumes. () Sim ()Não

g) Leguminosas (feijão, feijão de corda, feijão verde, ervilha, lentilha). () Sim ()Não

h) Carnes () Sim ()Não

i) Margarina, manteiga, óleos. () Sim ()Não

j) Embutidos (salsicha ou mortadela ou linguiça (calabresa) ou presunto. () Sim ()Não

k) Açúcar, mel, melado de cana (usado para adoçar). () Sim ()Não

l) Refrigerantes e sucos industrializados. () Sim ()Não

16 _ O que melhorou em sua vida após a vinda para o Assentamento?

() Aquisição de estrutura física para moradia () Aquisição de benfeitorias

() Acesso aos programas PAA/PNAE () Acesso a projetos que beneficiem a produção

() Organização dos assentados – grupo de mulheres, grupo de jovens, grupos da igreja.

- () Acesso ao PRONAF
- () Facilidade na Produção

- () Facilidade/acesso aos estudos
- () Acesso à programas sociais

APÊNDICE B: Roteiro grupo focal

Acesso os Lotes do Assentamento

1. Como se formou o grupo de Assentados? (De quem foi a ideia?)
2. De onde vieram?
3. Quantas pessoas tinham no local?
4. Como foi o momento de efetivação da posse?
5. Como foram divididos os hectares por lote?
6. Quantas famílias / pessoas o assentamento possui?
7. O assentamento tem posto de saúde?
8. O assentamento tem escola?
9. O assentamento possui estatuto? Há votação?
10. Como é a escolha da diretoria e quais são os seus membros?
11. Como o INCRA está participando após a efetivação da terra?
12. Como funciona a herança sobre as terras deste assentamento?
13. Tem alguma área comunitária?

Produção de alimentos/Segurança Alimentar e Nutricional

1. Qual o processo de venda do que é produzido no assentamento?
2. Como se organiza a produção?
3. Como os programas PNAE e PAB atuam no processo de compra da produção?
4. É possível identificar o que é produzido e vendido por família? Como é feito o controle? Há contabilidade?
5. Como se administra as finanças do assentamento e dos assentados?
6. Com relação à assistência técnica, o INCRA a disponibiliza? Se sim, é eficiente?
7. Quais os problemas enfrentados atualmente pelos assentados?
8. O que significa alimento saudável para você? Para você, a produção para o autoconsumo tem alguma relação com a alimentação saudável? Qual?
9. O que você acha que aconteceu com a produção de alimentos para o autoconsumo no decorrer do tempo?
10. Essa produção é importante para você e sua família?
11. Alguma vez já pensou em deixar de produzir para o autoconsumo?
12. A quantidade de alimentos produzida supre as necessidades da família? Pretende aumentar ou diminuir a produção?

13. O que significa para você produzir alimentos para o autoconsumo?
14. Como foram adquiridos os seus conhecimentos sobre a produção de alimentos para o autoconsumo?
15. Quais alimentos consumidos pela família foram integrados com o tempo através de outros meios e quais foram adquiridos a partir da tradição familiar?
16. O que é cultura para vocês? Quais traços culturais consegue identificar na comunidade?
17. Quais festividades tem na comunidade e em quais épocas ocorrem?
18. Qual influência tem a alimentação nos costumes e cultura das famílias da comunidade?
19. Além do trabalho com a agricultura, com quais atividades vocês mais ocupa seus tempos?
20. A família utiliza de sementes crioulas nos plantios? Quais?
21. Caso a família comprasse os alimentos que produzem para o autoconsumo, quanto em dinheiro, gastariam por mês?
22. Qual critério a família utiliza entre o que produzir para o autoconsumo e produzir para a venda?
23. Com a chegada da mecanização e dos insumos industrializados, houve mudanças na produção de autoconsumo? Quais?
24. Quais problemas já tiveram com a água nos lotes?
25. Vocês costumam trocar/doar/emprestar alimentos, diárias e sementes na comunidade? Se sim, quais?
26. Vocês fazem lavoura o ano todo?
27. O que costumam plantar? Do que colhe, o que comercializa?
28. Quais mudanças ocorreram na produção e consumo de alimentos com a pandemia do Covid-19?
29. A família tem algum projeto de futuro? Atenderá a produção de autoconsumo?
30. Para você, qual relação tem a segurança alimentar e nutricional com a produção do autoconsumo?

APÊNDICE C: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário, na pesquisa “Agricultura Familiar: Um Estudo sobre Segurança Alimentar e Nutricional no Assentamento Campo Novo do Município de Jequitinhonha/MG.

Após ler com atenção este documento e ser esclarecido (a) em todas as suas dúvidas sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine em todas as páginas e ao final deste documento, que está em duas vias e também será assinado por mim, pesquisador, em todas as páginas, uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável.

Em caso de dúvida sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com o pesquisador responsável, inclusive por ligação, para Vanessa Marzano Araújo. Telefones: (38) 2101-7925 ou (38) 99166-0608, e também no endereço Instituto de Ciências Agrárias (ICA) - UFMG - Campus Regional de Montes Claros, situado na Avenida Universitária, 1.000 – Bairro Universitário, Montes Claros – MG – CEP – 39.404-547. e-mail: vanessamarzano@gmail.com. Em caso de dúvidas sobre os seus direitos como participante nesta pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais – CEP UFMG situada na Av. Antônio Carlos, 6627. Unidade Administrativa II - 2º andar - Sala 2005. Campus Pampulha. Belo Horizonte, MG – Brasil. CEP: 31270-901. E-mail: coop@prpq.ufmg.br. Tel: 34094592. Atendimento: de 09:00h às 11:00h e de 14:00h às 16:00h.

INFORMAÇÕES IMPORTANTES QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE A PESQUISA:

Título da pesquisa: Agricultura Familiar: Um Estudo sobre Segurança Alimentar e Nutricional no Assentamento Campo Novo do Município de Jequitinhonha/MG.

Pesquisador responsável: Vanessa Marzano Araújo.

Endereço e telefone do pesquisador: Instituto de Ciências Agrárias (ICA) - UFMG - Campus Regional de Montes Claros. Avenida Universitária, 1.000 – Bairro Universitário. Montes Claros – MG – CEP – 39.404-547. Telefone: (38) 2101-7925 ou (38) 99166-0608.

Endereço e telefone do Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG: P Av. Antônio Carlos, 6627. Unidade Administrativa II - 2º andar - Sala 2005. Campus Pampulha. Belo Horizonte, MG – Brasil. CEP: 31270-901. E-mail: coop@prpq.ufmg.br. Tel: 34094592

Atenção: Antes de aceitar participar desta pesquisa, é importante que você leia e compreenda a seguinte explicação sobre os procedimentos propostos. Este termo descreve o objetivo, metodologia/ procedimentos, benefícios, riscos, desconfortos e precauções do estudo. Também descreve os procedimentos alternativos que estão disponíveis e o seu direito de interromper o estudo a qualquer momento. Nenhuma garantia ou promessa pode ser feita sobre os resultados do estudo.

- 1. Objetivo:** Analisar a segurança alimentar e nutricional na produção de alimentos para o autoconsumo das famílias no Assentamento Campo Novo, município Jequitinhonha/MG.
- 2. Metodologia/procedimentos:** O percurso metodológico será a partir de uma abordagem qualitativa, buscando entrevistar famílias do assentamento com formulários contendo perguntas

Rubrica do Pesquisador

Rubrica do participante

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA

fechadas sobre a realidade em que vivem, produção e alimentação. Será ainda realizado um grupo focal com agricultores familiares selecionados a partir da quantidade e também escoamento da produção os quais responderão um roteiro referente a realidade da produção bem como a história da luta e conquista do assentamento. As entrevistas serão realizadas apenas uma vez na unidade domiciliar de cada família, assim como o grupo focal, que será realizado apenas uma vez na sede da Associação Comunitária do Assentamento. Essas ações têm um tempo médio de duração de 1 hora para cada participante.

3. **Justificativa:** O interesse pela pesquisa se deu a partir de vivências e práticas com a agricultura familiar, principalmente a forma de organização da produção dos agricultores para se manterem no campo, bem como a importância da alimentação saudável, o que torna relevante para a segurança alimentar e nutricional.
4. **Benefícios:** A pesquisa tem o potencial de contribuir para que outras pessoas conheçam as práticas realizadas pelas famílias da comunidade, possibilitando que outras instituições continuem com o desenvolvimento de pesquisas, apoiando a agricultura familiar e buscando políticas públicas de apoio. Os participantes dessa pesquisa poderão disponibilizar informações para que possíveis ações possam ser realizadas por instituições buscando contribuir com as famílias da comunidade.
5. **Desconfortos e riscos:** Pode-se apontar como possíveis riscos decorrentes desta pesquisa, a interferência na rotina dos participantes, bem como a realização das entrevistas que podem, em algum momento, talvez constrangê-los e/ou causar cansaço. No intuito de evitar ou minimizar os possíveis riscos, serão fornecidas informações claras sobre a liberdade dos participantes para participarem, continuarem ou não na pesquisa. As questões serão elaboradas da forma mais sucinta e objetiva possível. Dessa forma, você não deve participar deste estudo se não se sentir à vontade para responder as questões pretendidas, ou se caso considerar que não irá permitir o uso das informações prestadas na entrevista. Caso queira retirar qualquer informação, ou mesmo se retirar da conversa, ficará à vontade, pois a participação na pesquisa é de forma voluntária.
6. **Danos:** Serão evitados danos, já que para que uma pesquisa seja considerada ética, deve atender aos princípios da autonomia, respeito à dignidade humana, beneficência (máximo de benefícios e mínimo de riscos e danos), não maleficência (danos preveníveis serão evitados), justiça e equidade (relevância social da pesquisa e garantias iguais aos participantes da mesma). A pesquisa tem por finalidade maximizar possíveis benefícios, minimizando prejuízos, desconfortos e riscos. Exemplo: Em relação aos danos, podemos indicar que para alguns participantes, participar ativamente de entrevistas pode gerar algum stress ou cansaço psicológico por exemplo. Nesse caso, os participantes serão conscientizados acerca da importância de participar das entrevistas propostas e informados que sua participação é voluntária.
7. **Confidencialidade das informações:** Em hipótese alguma o material coletado será divulgado sem sua autorização. Haverá publicações e apresentações relacionadas à pesquisa, e nenhuma informação que você não autorize será revelada sem sua autorização.
8. **Compensação/indenização:** Não será cobrado valor monetário para a realização desta pesquisa, pois não haverá nenhum tipo de gasto para os alunos participantes, não havendo, assim, previsão de ressarcimentos ou indenizações financeiras. No entanto, em qualquer

Rubrica do Pesquisador

Rubrica do participante

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA

momento, se o participante sofrer algum dano comprovadamente decorrente desta investigação, este terá direito à indenização e as despesas serão cobertas sob a responsabilidade da coordenação da pesquisa e não da instituição a qual ela esteja vinculada. É importante esclarecer que a participação é voluntária e o participante não terá nenhum tipo de penalização ou prejuízo caso queira, a qualquer tempo, recusar participar, retirar seu consentimento ou descontinuar a participação se assim preferir.

9. **Outras informações pertinentes:** Em caso de dúvida, você pode entrar em contato com os pesquisadores responsáveis através dos telefones e endereços eletrônicos fornecidos neste termo.
10. **Consentimento:** Li e entendi as informações precedentes. Tive oportunidade de fazer perguntas e todas as minhas dúvidas foram respondidas a contento. Este formulário está sendo assinado voluntariamente por mim, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, indicando meu consentimento para participar nesta pesquisa, até que eu decida o contrário. Receberei uma via assinada deste consentimento.

Nome completo do (a) participante

Assinatura

____/____/____
Data

Nome completo do (a) pesquisador

Assinatura

____/____/____
Data

Rubrica do Pesquisador

Rubrica do participante